

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Catarina Filipa Murteira da Silva

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS
MULHERES**
O CASO DAS MULHERES ACOMPANHADAS PELA
APAV

**Monografia no âmbito do Mestrado em Serviço Social, orientada
pela Professora Doutora Jacqueline Ferreira Marques e apresentada
à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

Outubro de 2020

Catarina Filipa Murteira da Silva

**Violência de Género Contra as
Mulheres**

**O Caso das Mulheres
Acompanhadas na APAV**

**Dissertação de Mestrado em Serviço Social orientada pela
Professora Doutora Jacqueline Ferreira Marques apresentada à
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**



**UNIVERSIDADE D
COIMBRA**

A quem procura por um mundo mais justo, mais equitativo e sem violência, a quem enfrenta esta realidade e a quem precisa de coragem para a enfrentar.

“Ser livre, ser independente, poder ser aquilo que você quiser, fazer o que quiser”.

Vítima entrevistada

“Toda a vez que uma mulher se defende, sem nem perceber que isso é possível, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres”.

Maya Angelou

“Temos a permissão de ser exatamente quem somos”.

Nina Simone

“Nothing could be worse than the fear that one had given up too soon, and left one unexpended effort that might have saved the world”.

Jane Addams

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Professora Doutora Jacqueline Ferreira Marques por acreditar em mim e neste trabalho. Agradeço-lhe pela inspiração, transmissão de conhecimentos e orientação. Obrigada por me acompanhar!

Ao Serviço Social por me inspirar na minha prática e no meu dia-a-dia enquanto cidadã pela procura de um mundo mais justo. A todos/as os/as professores/as do mestrado pela inspiração, crescimento e aprendizagem.

À APAV pelo excelente trabalho que faz, agradeço especialmente à APAV do Porto que tão bem me acolheu e permitiu que eu evoluísse a nível profissional e pessoal ao seu lado. Obrigada Doutora Ana Castro Sousa por me orientar aquando a realização do estágio e obrigada a toda a equipa, são sem dúvida um exemplo a seguir.

À Casa Abrigo que com todos os cuidados imprescindíveis à proteção das suas utentes me abriu as portas, a minha enorme gratidão.

A todas as mulheres que anonimamente prestaram o seu testemunho de coragem e luta, por me fazerem acreditar que toda esta monografia vale cada segundo do meu trabalho, pois não estão sozinhas, um enorme obrigada!

À minha mãe, ao meu pai, ao meu irmão e à Inês eu agradeço profundamente por acreditarem, por me apoiarem e caminharem comigo! Ao Alex que há quase dez anos me faz acreditar que tudo aquilo que eu sonho é possível e que as minhas conquistas se devem ao meu esforço e mérito! A família é amor, e só com ele é que podemos seguir!

À Diana, que para além de família, foi a minha ancora neste processo, obrigada pelas conversas de café que tanto me fizeram sonhar e acreditar num mundo melhor.

A todos/as colegas de mestrado, especialmente às Elsas e à Carol, foi um caminho muito mais enriquecedor ao vosso lado.

Obrigada!

Resumo

Este relatório de estágio apresenta a problemática violência contra as mulheres nas relações de intimidade. Ainda que o conceito de violência doméstica seja mais frequentemente utilizado, não entendemos ser assaz específico para conduzir ao cerne da questão investigada no presente trabalho. Apesar de estarmos perante um fenómeno que, hoje, granjeia mais visibilidade, sendo de crescente interesse por parte dos poderes políticos, nomeadamente tendo em conta a mobilização dos esforços que têm sido empreendidos na sua resolução, o certo é que o número de mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade é crescente, bem como o número de homicídios. É, de facto, um flagelo a nível mundial e, ainda que existam estudos nesse sentido, torna-se necessário continuar a investigar para uma melhor compreensão do fenómeno. Nesse sentido, foi proposto a elaboração do estágio na APAV do Porto, de modo a compreender e operacionalizar a intervenção desenvolvida com mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade e entender as principais características e necessidades das mesmas.

O estudo procurou perceber qual a influência da situação económica das mulheres que são vítimas de violência nas relações de intimidade durante o processo de autonomização, ou seja, após a rutura da relação. A pesquisa foi desenvolvida por meio da adoção de uma metodologia qualitativa, que utilizou entrevistas narrativas. Foram realizadas quatro entrevistas, sendo que duas foram no local de estágio e as restantes numa casa abrigo.

O estudo demonstra que a rede de apoio formal (neste estudo é analisado o apoio prestado pela APAV) são imprescindíveis no atendimento e acompanhamento das mulheres vítimas nas relações de intimidade. Verificamos que os apoios são muito limitados tendo em conta as dificuldades económicas, nomeadamente no que se refere ao apoio a habitação. Apesar das mulheres com a rutura conquistarem a autonomia de gestão financeira, são diversas as dificuldades que enfrentam em termos de aquisição dos bens. O estudo demonstra, igualmente, uma diferença no processo de autonomização entre as mulheres que integram a casa abrigo e as outras, pelo facto de durante o período que se encontram na casa abrigo ser garantida a habitação e o acesso a alimentação e outros bens essenciais. Deverão, pois, ser repensadas políticas de apoio às vítimas no processo de autonomização, particularmente daquelas que pretendem concretizar este processo de forma mais autónoma, sem recorrerem a casa abrigo.

Palavras chave: Violência de género contra a mulher; Mulheres vítimas nas relações de intimidade; Processo de autonomização; Situação económica; APAV

Abstract

This internship report presents the problematic of violence against women in intimate relationships. Although the concept of domestic violence is more frequently used, we don't understand it to be quite specific to lead to the heart of the issue investigated in the present study. Although we're facing a phenomenon that today, gains more visibility, being part of increasing interest by part of the political powers, namely taking into account the mobilization of the efforts that have been undertaken in its resolution, the fact is that the number of women victims of violence in intimate relationships is growing, as well as the number of homicides. It is, in fact, a scourge worldwide and, although there are studies in this direction, it is necessary to continue investigating for a better understanding of the phenomenon. That way, it was proposed to prepare the internship at APAV in Porto, in order to understand and operationalize the intervention developed with women victims of violence in intimate relationships and to understand their main characteristics and needs.

The study sought to understand the influence of the economic situation of women who are victims of violence in intimate relationships during the process of empowerment, that is, after the break of the relationship. The research was developed through the adoption of a qualitative methodology, which used narrative interviews. Four interviews were conducted, two of which took place at the internship site and the rest at a Casa Abrigo.

The study demonstrates that the formal support network (in this study, the support provided by APAV is analyzed) are essential in the care and monitoring of women victims in intimate relationships. We find that support is very limited in view of economic difficulties, particularly with regard to housing support. Despite the ruptured women gaining autonomy in financial management, there are several difficulties they face in terms of acquiring assets. The study also demonstrates a difference in the autonomization process between women who are part of the shelter and the others, due to the fact that during the period they are in the shelter housing and access to food and other essential goods are guaranteed. Therefore, policies to support victims in the autonomization process should be rethought, particularly those that intend to carry out this process more autonomously, without resorting to a shelter.

Keywords: Gender-based violence against women; Women victims in intimate relationships; Autonomization process; Economic situation; APAV

Índice

Introdução.....	9
Capítulo 1. A Associação de Apoio à Vítima do Porto: da prática à investigação	15
1.1 A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)	15
1.2 Estrutura Organizativa da APAV.....	16
1.3 Gabinete de Apoio à Vítima (GAV)	17
1.4 APAV no Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica.....	17
1.5 O Acompanhamento às Vítimas	18
1.5.1 O Processo de Acompanhamento às Vítimas.....	19
1.5.1.1 Práticas no atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e de Género.....	20
1.6 Serviço Social no atendimento e acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica	23
1.6.1 Apoio Social às Vítimas.....	24
Capítulo 2. Atividades desenvolvidas ao longo do estágio	25
2.1. Atividades de Integração Institucional	25
2.2. Atividades associadas à intervenção	26
2.3. Atividades Associadas à Atividade de Investigação	27
Capítulo 3. Apresentação da Investigação.....	29
3.1. Tema do estudo e fundamentação	29
3.2. Questão Central e Objetivos de Investigação.....	30
3.3. Apresentação das categorias de análise	32
3.3.1. Modelo de Análise.....	32
Capítulo 4. Revisão da literatura	34
4.1. Género e Violência Contra as Mulheres	34
4.1.1. Género e Construção Socio-histórica.....	34
4.1.2. Violência de Género Contra as Mulheres	36
4.1.3. Família como Processo de Socialização	38
4.1.4. Violência Contra a Mulher nas Relações de Intimidade	40
4.1.5. Formas de Violência	43
4.1.6. Ciclo da Violência Doméstica.....	44
4.1.7. Consequências da violência	46
4.1.8. Teorias explicativas da violência: o movimento feminista.....	46
4.2. Enquadramento Legal	49

4.2.1. Instrumentos Jurídicos Internacionais e Nacionais	49
4.2.2. Planos Nacionais Contra a Violência Doméstica	51
4.2.3. Estratégia para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) 2018-2030.....	54
4.3. Rutura das Relações Violentas.....	55
4.3.1. Respostas Sociais e Proteção das Vítimas	56
4.4. Autonomização e Projeto de Vida	57
4.4.1. O processo na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.....	58
4.4.2. Integração em Casa Abrigo.....	58
4.5. Classes e desigualdades sociais	59
4.6. Desigualdades Sociais e Género	63
4.7. Indicadores de desigualdade económica	66
4.8. Justiça Social e de Género	71
Capítulo 5. Estratégias Metodológicas	72
5.1. Metodologia e Método.....	72
5.2. População alvo/amostra	74
5.3. Instrumentos de recolha de dados	76
5.3.1. Pesquisa Bibliográfica.....	76
5.3.2. Entrevistas semiestruturadas.....	76
5.4. Procedimentos éticos	78
5.5. Metodologia de análise de dados	79
Capítulo 6. Apresentação e discussão dos resultados.....	80
6.1 Análise de Conteúdo das Entrevistas: GAV APAV Porto e Casa Abrigo.....	80
6.2. Discussão dos resultados das Entrevistas: GAV APAV Porto e Casa Abrigo	
112	
Conclusão	123
Bibliografia	128

Lista de Siglas

AMCV- Associação de Mulheres Contra a Violência

APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CEDAW- Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

CIDM- Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres

CIG- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

ENIND - Estratégia para a Igualdade e a Não Discriminação

EPAV- Equipas de Proximidade e Apoio às Vítimas

GAIV- Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima

GAV- Gabinete de Apoio à Vítima

GNR- Guarda Nacional Republicana

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

IMH- Igualdade entre Mulheres e Homens

NIAVE- Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas

OIC- Orientação sexual, identidade de género e características sexuais

ONU- Organização das Nações Unidas

PSP- Polícia de Segurança Pública

RSI- Rendimento Social de Inserção

SNS- Serviço Nacional de Saúde

UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta

VMVD- Violência contra as mulheres e violência doméstica

VPI- Violência entre parceiros íntimos

Introdução

A violência doméstica começou a ser entendida enquanto problema e a ganhar visibilidade a partir dos anos 70 do século XX, tornando-se crime público. Atualmente, apresenta-se ainda como flagelo a nível mundial e são muitos os esforços empreendidos no sentido de lhe dar resolução. Existem, em conformidade, dois paradigmas centrais que acabaram por ganhar destaque na procura de respostas para a compreensão do fenómeno. Por um lado, as perspetivas feministas e, por outro, as perspetivas mais concatenadas com a violência no seio familiar. Ainda que o conceito de violência doméstica seja o mais utilizado, não entendemos ser suficientemente específico para conduzir ao cerne da questão investigada no presente trabalho, pelo que consideramos então o termo de violência de género contra as mulheres nas relações de intimidade. A legislação, quando retrata a violência doméstica, não identifica a vítima associando-a a uma questão de género, sendo que, neste trabalho, tivemos como pretensão focar, precisamente, a mulher enquanto vítima e o homem enquanto agressor, procurando uma análise mais detalhada no que diz respeito ao género e à sua construção. Não querendo, obviamente, minimizar qualquer outra forma de violência, pois consideramos que toda a violência deve ser identificada, trabalhada e corrigida. De referir que “estamos perante uma forma de violência contra a mulher global, sistemática e que se encontra enraizada nas diferenças de poder e de desigualdade estrutural entre mulheres e homens, transpondo especificidades históricas, sociais, religiosas, económicas e políticas” (Paulino e Rodrigues, 2016, p.27).

Um tipo de crime que deixa marcas indefinidamente e cujas consequências são devastadoras, quer para as vítimas, quer para outros familiares expostos a este tipo de violência, nomeadamente, as crianças. Em consonância com os dados estatísticos da APAV (2020), em 2019 através do apoio prestado pela Rede de Apoio a Familiares e Amigos de Vítimas de Homicídio e de Vítimas de Terrorismos, entre os anos de 2013 e 2019 foram apoiadas 632 pessoas pela rede. Os dados avançam, ainda, que 52% dos autores/as de homicídio tentado e 42% de homicídio consumado tinham uma relação de intimidade ou familiar com as vítimas. Dos 88 homicídios consumados em Portugal, 41 eram homicídios em contexto de violência doméstica e desses, 22 eram pessoas do sexo feminino vítimas de homicídio perpetrado por uma pessoa que tinha mantido ou mantinha uma relação de intimidade. Em Portugal, no presente ano (2020), até ao momento, já foram assassinadas 10 mulheres vítimas deste crime. Estatísticas europeias demonstram, igualmente, que uma em cada quatro mulheres é vítima de violência doméstica (Dias,

2018). Estima-se, por sua vez, que a situação pandémica que estamos a atravessar, devido à necessidade de confinamento, tenha incitado um aumento da violência doméstica (Vieira, Garcia, Maciel, 2020). No entanto, ao longo da investigação, não são apurados dados que possam sustentar melhor esta informação. Os dados estatísticos serão, por outro lado, explicados e caracterizados de forma mais detalhada ao longo da monografia.

O tema aqui retratado deriva de um interesse pessoal, a que se acrescenta também, uma preocupação com a necessidade de encontrar respostas para a problemática em estudo. É um tema atual que, apesar de há muito estar reconhecido, é agora mais evidente, sendo, por isso, também, inúmeros os esforços que estão a ser reunidos e direcionados para a sua resolução. Como assistente social, considera-se que esta problemática pode abrir portas para um campo de investigação nessa mesma área, bem como conduzir os/as profissionais nas práticas a utilizar no desempenho das suas funções.

A questão central desta investigação é, assim, perceber a influência da situação económica das mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade no seu processo de autonomização. Após a definição do tema central, optou-se pelo desenvolvimento de um estágio na área de incidência do tema em estudo.

Nesse sentido, após uma procura extensiva de locais, o GAV da APAV do Porto abriu portas para a realização do estágio. A APAV apoia vítimas de crimes, os seus familiares e/ou amigos/as da vítima. Presta apoio confidencial e gratuito quer a nível social, jurídico e psicológico.

O Serviço Social apresenta-se como uma profissão baseada no respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos, tendo o dever de promover e defender a integridade e o bem-estar físico, psicológico, emocional e espiritual de cada pessoa. O Serviço Social tem um papel importante no atendimento nas mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade, aquando a prestação do apoio social (e.g. gabinetes de apoio à vítima), na mobilização e articulação com os serviços disponíveis.

A intenção de realizar um estágio, advém da necessidade de adquirir competências junto de técnicos/as de apoio às mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade, uma vez que, antes de passar para a recolha de dados, houve uma indispensável preparação prévia para melhor compreender o fenómeno em causa, bem como das diferentes formas de atuação. Na tentativa de que a recolha dos dados não incorresse numa forma de vitimação secundária para as vítimas que fariam parte do estudo. Assim sendo, durante sensivelmente quatro meses, obtive formação e desenvolvi funções no atendimento e acompanhamento de vítimas de crime. Mais uma vez, face ao isolamento

provocado pelo COVID-19, apresentaram-se algumas dificuldades nomeadamente no que concerne à aproximação das vítimas cujas entrevistas faziam parte da recolha dos dados. Por outro lado, devido à sensibilidade do tema e das questões colocadas, procurou-se que estas entrevistas não fossem realizadas à distancia. Desse modo, foi possível entrevistar quatro vítimas, ao contrário do que tinha sido definido inicialmente.

Ao longo da monografia surgirá, por diversas vezes, o termo violência doméstica, no entanto, devido à sua abrangência (perfis distintos de vítimas e agressores) optou-se por utilizar o conceito de violência contra as mulheres nas relações de intimidade, uma vez que abordamos especificamente esta problemática. Essa alusão, bem como a apresentação dos conceitos surge mais à frente nesta monografia, no entanto, de referir que estamos a falar de uma forma de violência muito específica, em que os números nos mostram o quanto é realidade presente no mundo, pelo que abordar o termo violência doméstica pode fazer com que escape o olhar para esta problemática em concreto.

Foi utilizada a metodologia qualitativa e como método de recolha de dados foram realizadas entrevistas narrativas a quatro mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade, sendo que duas seriam acompanhadas no GAV e as restantes em casa abrigo. Houve a preocupação de perceber quais as semelhanças ou distinções nos percursos das entrevistas, uma vez que seguiram respostas de apoios distintos durante o processo de autonomização. Os estudos existentes nas áreas são múltiplos e, após uma procura extensa de informação fidedigna acerca da problemática em estudo, destacaram-se manuais/guias e autores como Isabel Dias (2018) com o livro “Violência doméstica e de género”, os autores Mauro Paulino e Miguel Rodrigues com o livro “Violência doméstica: identificar para intervir”, os manuais e guias da APAV (e.g. Manual Alcipe, Manuel EMAV) e o Manual pluridisciplinar “Violência doméstica: implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno”.

A presente monografia foi estruturada em seis capítulos, agrupados em duas partes. A primeira parte refere-se ao processo de estágio e engloba os dois primeiros capítulos. A segunda parte integra a parte empírica engloba os restantes capítulos.

O primeiro capítulo pretende apresentar a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), mais especificamente o gabinete de apoio à vítima (GAV) do Porto, local que me acolheu para o desenvolvimento do estágio de investigação. Procura, além disso, demonstrar o papel que tem no atendimento às vítimas de crime (no geral) e mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade (em específico). Nesse sentido

e, já que aquando da realização do estágio desenvolveu-se funções na área do serviço social, será elencado aqui qual o seu papel no atendimento e acompanhamento às vítimas.

No segundo capítulo é apresentada a investigação e atividades desenvolvidas ao longo do estágio, que contempla atividades de integração institucional, atividades associadas à intervenção e atividades associadas à investigação.

O terceiro capítulo pretende explicar detalhadamente toda a investigação, demonstrando a complexidade na escolha do tema, da definição da questão central e dos objetivos gerais e específicos a atingir.

Após o traçado da investigação, procurou-se através da revisão da literatura, conseguir denotar um fio condutor, que nos permitisse orientar, esclarecer e aprofundar a problemática em estudo. Esse trabalho exaustivo, mas absolutamente pertinente, patenteia-se no quarto capítulo através da definição dos conceitos, na apresentação das teorias que mais surgem ligadas ao tema, na compreensão das várias formas de violência, do ciclo de violência e das consequências que dela provêm. Entre as teorias abordadas, a teoria feminista é aquela que mais ganha ênfase para a explicação do fenómeno. No mesmo capítulo, será ainda aduzido o enquadramento legal que abrange os instrumentos jurídicos internacionais, os planos nacionais contra a violência doméstica e a estratégia (atual- 2018-2030) para a igualdade e a não discriminação (ENIND). A compreensão da rutura das relações violentas e quais as respostas existentes de proteção às vítimas, numa visão alargada do papel da rede de suporte formal e informal têm no apoio às vítimas, bem como é realizado o acompanhamento no processo de autonomização das vítimas, após a rutura da relação. O fator económico desponta da preocupação em perceber qual a sua influência no processo de autonomização e, assim sendo, ainda neste capítulo, serão abordados os conceitos de classes e de desigualdades sociais, como se interliga esta forma de igualdade com o género e são apresentados os indicadores de desigualdade económica. Por fim, é demonstrado de que forma a procura contínua pela justiça social é imprescindível no combate às injustiças existentes que geram desigualdades irremediáveis.

No quinto capítulo são apresentadas as estratégias metodológicas, sendo que o estudo seguiu uma pesquisa qualitativa orientada por um paradigma interpretativo. Foram realizadas entrevistas narrativas (um total de quatro entrevistas), com recurso a gravador, como forma de instrumentos de recolha de dados, de modo a compreender e interpretar num dado contexto social os significados construídos pelas mulheres acerca da influência da situação económica no momento de rutura e autonomização.

Por último, no sexto capítulo, será apresentada a análise dos dados, bem como a discussão dos mesmos, onde será possível verificar qual a influencia da situação económica das mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade, aquando o processo de rutura.

PARTE I.
CONTEXTUALIZAÇÃO: ENQUADRAMENTO DA
INTERVENÇÃO SOCIAL

1. A Associação de Apoio à Vítima do Porto: da prática à investigação

O presente capítulo pretende apresentar o local de estágio desenvolvido no âmbito do mestrado em Serviço Social, na APAV do Porto, especificamente no Gabinete de Apoio a Vítima (GAV). Desse modo, iniciamos com uma caracterização da instituição, do seu plano de ação e intervenção. No segundo ponto apresentamos os Gabinetes de Apoio a Vítima, de forma mais específica o do Porto e o seu papel no atendimento às vítimas de violência doméstica. Em seguida apresentamos as funções no âmbito do Serviço Social, retratando o papel do/a assistente social na APAV, bem como, no atendimento às vítimas de violência doméstica.

1.1A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

Com base nos estatutos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (adiante também designada APAV ou Associação) esta foi fundada em 1990, a nível nacional, com a sua sede na capital do País-Lisboa. É uma Instituição Particular de Solidariedade Social e uma organização governamental. É uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais.

A APAV tem como objetivo primordial a promoção e contribuição para a informação, proteção e apoio aos cidadãos/as vítimas de infrações penais. Até ao surgimento da APAV, não existia qualquer organização para apoiar vítimas de crime e os seus familiares e/ou amigos.

De acordo com a sua página oficial, a APAV rege-se pelos seguintes princípios e valores: de solidariedade social; de voluntariado social; de independência e autonomia; de apolítica e não confessional; de igualdade de oportunidades e de tratamento; de não discriminação em função do género, raça ou etnia, religião, orientação sexual, idade, condição sócio económica, nível de escolaridade, ideologia ou outros; de promoção da justiça e práticas restaurativas na resolução de conflitos; de prestação de serviços gratuitos, confidenciais e de qualidade a todas as vítimas de crime; de respeito pela vítima e respeito pelas suas opiniões e decisões; de defesa e promoção dos direitos, das necessidades e interesses específicos das vítimas.

Como é possível verificar nos estatutos da Associação, para atingir o seu objetivo estatutário, a APAV propõe:

- a) Defender os direitos humanos, promovendo a proteção e o apoio a vítimas de infrações penais em geral e em particular às mais carenciadas e vulneráveis,

designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico; b) Colaborar com as competentes entidades da administração da justiça, policiais, de segurança social, da saúde, bem como as autarquias locais, regiões autónomas e outras entidades públicas ou particulares na defesa e exercício efetivo dos direitos e interesses das vítimas de infrações penais, seus familiares e amigos; c) Incentivar e promover a solidariedade social, designadamente através da formação e gestão de redes de voluntariado e do mecenato social, d) Promover a mediação vítima-infrator e outras práticas de justiça restaurativa; e) Fomentar e patrocinar a realização de investigação e estudos sobre os problemas da vítima, para a mais adequada satisfação dos seus interesses; f) Promover e participar em programas, projetos e ações de informação e sensibilização da opinião pública e de prevenção da violência, da criminalidade e da discriminação; g) Contribuir para a adoção de medidas legislativas, regulamentares e administrativas, bem como de códigos de conduta e de boas práticas, facilitadoras da defesa, proteção e apoio à vítima de infrações penais, com vista à garantia do exercício efetivo dos seus direitos, à prevenção dos riscos de vitimação e vitimação secundária e à atenuação dos seus efeitos; h) Estabelecer contactos com organismos internacionais e colaborar com entidades que em outros países prosseguem fins análogos; i) Promover a inclusão social das vítimas de crime e o combate à violência, tentando colmatar a exclusão da vítima dos diferentes domínios que compreendem a vida em sociedade e o deterioramento das suas condições de vida; j) Promover a formação dos profissionais que lidam, direta ou indiretamente, com as vítimas de violência e de crime; k) Promover os direitos económicos e sociais da vítima de crime, nomeadamente, na saúde, na justiça, na educação, na segurança social e no trabalho; l) Promover a igualdade entre homens e mulheres; m) Promover o apoio às famílias através do desenvolvimento de ações destinadas à melhoria efetiva das suas condições de vida e dos seus direitos enquanto vítimas de violência e de crime.

A APAV acredita (e trabalha) para que em Portugal o estatuto de vítima seja plenamente reconhecido, valorizado e efetivo. A sua missão é apoiar vítimas de crimes, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas.

1.2 Estrutura organizativa da APAV

A APAV é composta por um modelo organizativo-funcional circular, não hierárquico e de trabalho em rede. Com base nos estatutos da APAV, os órgãos sociais eleitos que compõem a sua estrutura organizativa são a Assembleia Geral; o Conselho Fiscal; a Direção (órgão executivo da APAV) que tem competências como representação da associação, gestão de topo e estratégica, definição de objetivos e orientações gerais de execução, orientação e garantia da gestão dos recursos humanos de acordo com o modelo organizativo-funcional em rede, circular e por equipas de projeto; Conselho de

Associados Fundadores; Conselho de Gestores; Serviços Centrais de Sede; Serviços de Sede no Porto; Centro de Formação.

A APAV também é composta por um/a presidente de direção que tem funções executivas permanentes, pelo/a secretária-geral tem como função coadjuvar à gestão do funcionamento dos serviços, pelo/a coordenador/a de operações que tem como responsabilidade a coordenação dos serviços de proximidade da APAV no território nacional e pelo/a financeiro que é o/a responsável pelos serviços contabilístico-financeiros.

Para além da rede nacional de gabinetes de apoio à vítima, a Associação é ainda é composta por sub-redes especializadas: rede de apoio à vítima migrante e de discriminação (UAVMD); rede de apoio a familiares e amigos de vítimas de homicídio e de terrorismo (RAFAVHT); rede nacional de casas de abrigo. Tem a linha de apoio à vítima cuja chamada é gratuita (116 006) e está disponível nos dias úteis (09:00H-21:00H).

1.3 Gabinete de Apoio à Vítima (GAV)

Todas as vítimas de crime, familiares e/ou amigos/as que procuram a APAV são escutadas de forma atenta e interessada, bem como são informadas sobre todos os seus direitos e a forma de concebê-los. Intervém junto das vítimas e seus familiares de modo a que estes superarem o sofrimento sentido. Apoia e encaminha para os apoios existentes (emocional, jurídico, psicológico e social), num processo de apoio qualificado. Acompanha e esclarece no procedimento com as autoridades policiais e judiciárias. Todos os serviços prestados são gratuitos e confidenciais (salvo as exceções mencionadas anteriormente). Estes apoios são prestados através da linha de apoio à vítima, via email ou diretamente nos GAV. Como é verificável no site da APAV (2020), os GAV são gabinetes locais que prestam os serviços anteriormente descritos e compõem a rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima da APAV. Os serviços estão presentes em diversas comunidades locais, desenvolvem relações de proximidade para que os recursos disponíveis às vítimas de crime sejam otimizados e para que a resposta seja mais eficaz. Fazem parte de cada GAV um/a Gestor/a que é o responsável administrativo/a e técnico/a de trabalhos do Gabinete; por um grupo de Técnicos de Apoio à Vítima Voluntários.

1.4 APAV no atendimento a vítimas de violência doméstica

Para a APAV (APAV, 1999, p.11) a violência doméstica é

como qualquer conduta ou omissão de natureza criminal, reiterada e/ou intensa ou não, que inflija sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, a qualquer pessoa que resida habitualmente no mesmo espaço doméstico ou que, não residindo, seja cônjuge ou ex-cônjuge, com companheiro/a ou ex-companheiro/a, namorado/a ou ex-namorado/a, ou progenitor de descendente comum, ou esteja ou estivesse estado, em situação análoga; ou que seja ascendente ou descendente, por consanguinidade, adoção ou afinidade.

De acordo com o relatório anual de estatísticas da APAV (2019), no total de 54403 atendimentos o que (conduziu ao acompanhamento efetivo de 11000 vítimas), 95,9% dos crimes são cometidos contra pessoas, com destaque para os crimes de violência doméstica (79%). No que diz respeito ao perfil das vítimas, na sua maioria são do sexo feminino (80,5%), entre os 25 e os 54 anos de idade (36,6%). Em relação ao grau de ensino das vítimas, cerca de 63% corresponde ao ensino superior e 4,6% ao ensino secundário. Quando é referida a relação entre o autor e a vítima, 45,4% das situações ocorrem nas relações de intimidade (cônjuge/companheiro/a, ex-cônjuge/ex-companheiro, namorado/ex-namorado). A violência ocorre de forma continuada e apresenta-se mais referenciada na residência comum (51,2%) e na residência da própria vítima (16%). Das 11676 vítimas, a APAV registou 11836 autores de crime (cerca de 66% eram do sexo masculino e 18,2% com idades entre os 35 e os 54 anos).

Será pertinente referenciar o manual Alcipe (APAV, 1999) “Para Atendimento de Mulheres Vítimas de Violência”, recriando e atualizando um manual publicado em 1998 pela APAV, com base no Projeto Alcipe- Formação e Informação no Combate à Violência Exercida Contra Mulheres. Este projeto foi pioneiro em Portugal sobre violência doméstica e violência sexual. Este manual, foi editado pela APAV e pode ser utilizado por profissionais que atendam vítimas de violência doméstica (as vítimas não serão unicamente mulheres, embora o manual esteja focalizado apenas nas mulheres enquanto vítimas de violência doméstica). O manual EMVA (Equipa Multidisciplinar de Apoio à Vítima de Violência Doméstica e de Género) cuja APAV foi promotora, também apresenta procedimentos, recursos no atendimento e encaminhamento de vítimas de violência doméstica e de género.

1.5 O acompanhamento às vítimas

O acompanhamento às vítimas inicia-se após o contacto e abertura do processo de acompanhamento. Neste ponto, embora grande parte dos procedimentos sejam comuns na intervenção junto das vítimas de crime, iremos cingir a explicação (alguns

procedimentos e cuidados são gerais) ao tema em estudo nesta monografia e, portanto, perceber quais os procedimentos no acompanhamento de vítimas de violência doméstica. A APAV presta apoio emocional, psicológico, social e jurídico. Após o primeiro atendimento a vítima e familiares poderão ser encaminhados para um desses serviços de apoio. No apoio social prestado são elaborados diagnósticos, sinalizações, relatórios, pareceres, encaminhamento e articulação com outras instituições e serviços para que a vítima consiga apoios sociais (e.g. habitação, alimentação, saúde, entre outros que se apresentem pertinentes).

1.5.1 O processo de acompanhamento às vítimas

Entende-se que o/a profissional que acompanha deverá ter um conhecimento dos fenómenos em causa, nomeadamente no que compreende a vitimação e o enquadramento legal. Para intervir, o/a profissional, necessita de conhecimento e preparação de modo a responder às necessidades do mesmo. Para tal, pretende-se que a intervenção seja realizada através de profissionais qualificados dentro das áreas de intervenção e serviços prestados pela instituição onde se encontra (APAV, 1999).

O processo de acompanhamento passa por determinadas fases sendo que o primeiro contacto pode ser realizado presencialmente, por telefone/telemóvel ou escrito. Daí surgirá o primeiro atendimento à vítima, momento de grande importância, geralmente difícil não só para as vítimas pela situação em que se encontram, pelo desconhecimento dos apoios prestados, mas também para os próprios/as profissionais. Este atendimento deverá ser realizado por qualquer profissional que se encontre ao serviço (independentemente da sua área de intervenção). O primeiro atendimento pretende prestar apoio emocional à vítima, pela fragilidade em que se encontra, sendo que procura alguém que demonstre compreensão, empatia e pretende recolher a informação necessária em três níveis: história de pré-vitimação e pessoa; narração da vítima; história de pós-vitimação.

É o momento em que a vítima partilha informações com uma pessoa que lhe é estranha, apresenta medos e expectativas. Por outro lado, também para os/as profissionais acarreta influência e possíveis dificuldades, pelas exigências implicadas num primeiro atendimento e porque o/a profissional procura ir ao encontro das finalidades do mesmo. Para que o/a profissional consiga diminuir a ansiedade provocada pelo momento, e de modo a aliviar a tensão e os medos, são indicadas algumas sugestões como: conhecer o espaço físico onde se irá realizar o atendimento; perceber que não é obrigatório responder

a todas as perguntas colocadas; sentir que aquilo que é dito pode ser reparável; permitir os tempos de pausas e silêncios; evitar demonstrar estranheza e confusão.

No acompanhamento à vítima, como mencionado anteriormente, pode ser prestado apoio jurídico, psicológico e social. Cada serviço deve ser prestado pelos/as profissionais dessa mesma área, embora os/as profissionais devam ter conhecimentos gerais de modo a trabalharem em equipa no processo de apoio. De um modo sucinto no sentido de enquadrar os diferentes apoios prestados, o apoio jurídico, prestado por juristas pretende informar a pessoa vítima de crime acerca dos seus direitos; das etapas de um determinado processo judicial; e ajudar no preenchimento de requerimentos e peças processuais. O apoio psicológico, prestado por psicólogos, está disponível nos diversos serviços e instituições e o seu modo de atuação pode ser distinto de local para local e de profissional para profissional. Pode também ser prestado individualmente ou em grupos de autoajuda sendo que o apoio procura minimizar o sofrimento da vítima. O apoio social, aquele explicado em maior detalhe, mais em diante, é (ou deveria ser) prestado por assistentes sociais, “educadores sociais e outros profissionais de trabalho social devidamente qualificados” (APAV, 1999, p.107). Aquando a realização do estágio, a equipa técnica não era composta por nenhum dos/as técnicos/as mencionados anteriormente, apenas na equipa dos/as estagiários/as, pelo que o trabalho de apoio social era desenvolvido por profissionais com outras áreas de formação.

1.5.1.1 Práticas no atendimento às vítimas de violência doméstica e de género

Pela exigência inerente ao atendimento a vítimas de violência e de género, são exigidas aos/às profissionais competências pessoais e técnicas. As primeiras dizem respeito a características pessoais e deverão responder às exigências impostas neste tipo de intervenção, entre elas, as relacionais que compreende o modo como o/a profissional gere as relações humanas; de autogestão emocional, ou seja, o modo como o/a profissional gere as suas emoções principalmente em situações de grande questão; tolerância e respeito devendo respeitar os valores e costumes da vítima desde que estes não coloquem em causa as normas institucionais e leis em vigor; compaixão e empatia pelo sofrimento da vítima na compreensão dos sentimentos e do sofrimento que está a passar, deve ser empático, mas não demonstrar pena, choro e descontrolo. As competências técnicas referem-se ao trabalho técnico desenvolvido pelos/as profissionais no atendimento às vítimas de violência doméstica e de género sendo elas as competências

académicas, ou seja, o curso superior numa das áreas exigidas pelo atendimento; a formação específica e especializada no apoio às vítimas de crime e violência; competências específicas que podem ser exigidas pelo local em que o/a profissional se encontra.

Aquando o atendimento das vítimas de violência doméstica e de género, os/as profissionais devem evitar a vitimação secundária, assim sendo, serão elencadas algumas orientações globais que devem estar presentes e que segundo Machado & Gonçalves (2003 cit. in. p.81) passam por determinados objetivos e atitudes:

1. Valorizar a denúncia: reforçar a coragem e civismo ao comunicar o crime;
2. Validar a experiência: escuta empática e normalizar as reações apresentadas;
3. Reestabelecer o controle: dar informação de forma inteligível, não substituir a vítima na tomada de decisão, respeitar as escolhas da vítima;
4. Romper com a ideia de “caso único”: fornecer informações sobre o crime e sua prevalência;
5. Prevenir a culpabilização: não criticar, enquadrar as reações da vítima no contexto emocional do ato, valorizar tentativas prévias de proteção (no caso de crimes continuados), ainda que possam ter sido ineficazes, evitar a utilização de expressões do tipo “porque é que não...” e “devia ter...” e recomendar o mesmo à família da vítima;
6. Prevenir o evitamento: recomendar o retorno progressivo de atividades, evitar a hiperproteção por familiares e amigos/as (sem negligenciar a segurança da vítima);
7. Promover o processamento emocional e cognitivo da experiência: não aconselhar a vítima a “esquecer tudo” e recomendar às pessoas próximas que não o façam, sugerir a partilha de sentimentos e receios com aqueles em quem confia, recomendando aos últimos que mantenham uma posição de disponibilidade para a escuta, sem pressionarem à partilha;
8. Prevenir novos crimes: discutir estratégias de segurança com a vítima;
9. Prevenir o isolamento: mobilizar o suporte social.

O primeiro atendimento apresenta-se assim como um momento importante, pois é o primeiro contacto que o/a profissional tem com a vítima e este pode condicionar a intervenção. Para que tal não aconteça, deve ser estabelecida uma relação de confiança para que a intervenção decorra de forma eficaz. Nesse sentido, no primeiro contacto deverão ser considerados alguns cuidados como “acreditar no relato da vítima; incentivar a vítima a falar sobre a situação de vitimação..., respeitar a confidencialidade..., não emitir juízos de valor, transmitir à vítima que não é responsável pela situação de violência..., não pressionar a vítima a tomar decisões...” (Machado e Gonçalves, 2003, p.81).

Como referido anteriormente, os atendimentos podem ser presenciais, por telefone/telemóvel ou escritos. De forma breve serão indicados alguns cuidados que são importantes, no entanto, alguns deles diferem mediante o tipo de atendimento e/ou contacto, não propriamente no que diz respeito ao atendimento, mas sim ao modo como se recebe e/ou atende as vítimas, amigos e/ou familiares. No atendimento presencial as vítimas devem ser bem acolhidas e acompanhadas à sala de espera e/ou de atendimento; o tempo de espera deve ser curto (não ultrapassar os 15 minutos) e quando tal não acontece deve-se explicar o motivo; devem ficar acomodadas; devem ser atendidas por ordem de chegada a menos que tenham atendimento previamente agendado e as vítimas idosas, aquelas que se encontram numa situação de crise ou com sequelas físicas devem ter prioridade; devem sentar-se no lugar mais confortável; em caso de crise deve-se oferecer lenços e um copo de água com açúcar; devem ser atendidas educadamente e evitar atitudes de deselegância e à saída devem ser acompanhadas à porta de saída (APAV, 1999).

No atendimento telefónico, temos a voz e o discurso e, uma vez que a vítima não está presente, apesar de alguns cuidados anteriores poderem aplicar-se, deve-se ainda ter especial cuidado com: atender imediatamente as chamadas; ser gentil e assertivo/a; ter por perto a lista de contactos que podem ser uteis; evitar interromper a conversa e falar com outras pessoas; não mastigar nem comer; evitar interferências; utilizar frases curtas e simples; utilizar um tom de voz sereno; mostrarmo-nos disponíveis, presentes e ao dispor para ouvir; anotar as informações; sensibilizar para um atendimento presencial; terminar a chamada a perguntar se deseja deixar o nome e o contacto; agradecer e disponibilizar para contactos futuros.

No atendimento por escrito (carta, fax e/ou correio eletrónico) a resposta deve ser realizada do mesmo modo a menos que tenham solicitado outro modo. Dá-se prioridade aos casos urgentes e a resposta deve ocorrer nos oito dias após a receção. Na resposta deve constar a receção; a informação sobre os seus direitos e forma de concebê-los; sensibilizar para atendimento presencial; agradecer o contacto e assinar e identificarmo-nos.

A comunicação, empatia, afiguram-se como elementos imprescindíveis no acompanhamento às vítimas. O/a deve criar uma relação de empatia com as vítimas e a forma de comunicar com a mesma deve ser feita com qualidade. Deve assegurar que está a receber a informação de forma correta e que está a compreendê-la. Para tal, o/a profissional deve: apresentar-se; ouvir com atenção; reformular; questionar; não reprimir

a expressão de emoções e/ou sentimentos; informar; resumir; comunicar não verbalmente. A confidencialidade e segurança são necessárias para que o atendimento decorra de forma adequada e a partilha de informação requer de um consentimento por parte da mesma. Este tipo de procedimentos faz parte do respeito pelas pessoas acompanhadas e pela ética profissional da própria profissão (APAV, 1999).

Deve ser garantido o princípio pela autonomia da vítima sendo que os/as profissionais devem ir ao encontro das necessidades da vítima ainda que estas não se afigurem as mais urgentes para o/a profissional. A decisão da vítima deve ser informada pelo que a vítima deve: estar na posse das suas capacidades para tomar decisões; ter liberdade de decisão; ser informada dos seus direitos e procedimentos a adotar.

1.6 Serviço Social no atendimento e acompanhamento a vítimas de violência doméstica

Segundo Lisboa & Pinheiro (2005) o Serviço Social enquanto lutava por questões mais direcionadas à profissão, desvinculando-se das diretrizes que seguiam a doutrina social da igreja e um modelo mais conservador, não tinha na sua agenda a problemática da violência contra as mulheres, embora os movimentos feministas em prol dos direitos das mulheres ocorressem simultaneamente ao Serviço Social na sua transformação. Ao longo do seu trabalho interventivo, os assistentes sociais, procuram responder às situações apresentadas diariamente aquando o exercício da profissão, com aptidão, dotando-se de instrumentos e técnicas que abranjam as dimensões teórica, ética e política. Com base nas mesmas autoras, existem alguns instrumentos utilizados pelos/as assistentes sociais quando intervém junto de mulheres vítimas de violência, entre eles, a entrevista, a visita domiciliar, as reuniões com grupos de mulheres, as reuniões com a equipa institucional, elaboração de relatórios, parecer social e articulação em rede.

Iamamoto (1999 cit. in. Lisboa & Pinheiro, 2005) alude que os assistentes sociais são desafiados a se qualificarem e instruírem para conseguirem acompanhar as mudanças inerentes à realidade social com que se deparam. A produção de conhecimento da realidade em que estão inseridos demonstra-se pertinente para o processo interventivo. Iamamoto define “que o objeto de trabalho do Serviço Social compõe-se das expressões da questão social, entendidas como as consequências das desigualdades originadas pelo sistema capitalista” (Iamamoto, 1999 cit. in. Lisboa & Pinheiro, 2005, p. 203). Em prol dos movimentos socioculturais que nos alertavam para questões sociais (e.g. diferenças, injustiças, migração, violência contra as mulheres) demonstraram que estes necessitariam

de apoio de serviços sociais com exigência para a reconstrução do seu objeto interventivo. Com base nas mesmas autoras (p. 203) é necessário

trazer para a discussão e colocar na pauta da ação profissional dos assistentes sociais essas outras dimensões da realidade, sobretudo a relação de gênero, que repercute diretamente na questão do poder e da violência. Trabalhar com os novos dilemas familiares, incluindo a questão da violência.

Os/as assistentes sociais intervêm junto das vítimas, através dos instrumentos e técnicas, de modo a minimizar o sofrimento vivido pelas mesmas, orientando-as assim acerca dos seus direitos, apoios e respostas, para que consigam sair da situação em que se encontram. O/a profissional encaminha a vítimas para os serviços necessários de modo a haver um acompanhamento mais eficaz junto das mesmas (Silva, 2016).

1.6.1 Apoio social às vítimas

Anteriormente foi explicado em que consiste o apoio social bem como os/as profissionais que podem prestá-lo. São várias as metodologias que podem ser utilizadas no acompanhamento a vítimas de violência doméstica e de género, no entanto, aquela que se demonstra estar mais presente é o “Método de Casos” (p.107). Segundo o Manual Alcipe (APAV, 1999, p.107)

É, porém, importante sublinhar que a filosofia inerente à emergência deste método – a responsabilização e uma certa culpabilização das pessoas pela origem dos seus problemas – é aqui rejeitada, uma vez que as causas dos problemas e as possíveis soluções para estes decorrem de um conjunto de variáveis endógenas e exógenas. Entendemos, assim, que o trabalhador social tem que possuir uma qualificação técnica que lhe permita identificar as variáveis para a compreensão dos problemas sociais em foco, seleccionar os métodos e as respectivas técnicas a utilizar numa determinada intervenção e seu motivo e desenvolver um intenso papel de mediador.

É realizado um estudo de diagnóstico do problema que deve ser elaborado com base na informação recolhida aquando o primeiro atendimento e pode ser reajustado ao longo da intervenção. Mobilizam-se os bens e os serviços que permitiram a autonomização da vítima, fazendo face às necessidades sociais sentidas pela mesma decorrentes da situação vivenciada. Deve esclarecer-se junto da vítima quais as funções

e limites do apoio. As áreas de intervenção prestadas pelo apoio social dizem respeito ao acolhimento, alimentação e saúde.

2. Atividades desenvolvidas ao longo do estágio

Ao longo do estágio foram desenvolvidas atividades múltiplas e distintas, quer no grau de autonomia quer no tipo de tarefas desenvolvidas. Neste ponto que se segue pretendo explicar o meu percurso enquanto estagiária na APAV. Reforço que o estágio desenvolvido serviu de pilar para a recolha de dados desta monografia, no entanto durante todo o período alocado ao mesmo, desenvolvi atividades que me permitiram perceber todo o funcionamento da Associação e, deste modo, enquanto Técnica de Apoio à Vítima intervim junto de outras vítimas, que não apenas de violência doméstica. O facto de ser licenciada em Serviço Social permitiu desenvolver funções de acompanhamento psicossocial prestando apoio social. O estágio decorreu entre os meses de setembro e dezembro de 2019.

2.1. Atividades de integração institucional

As atividades de integração institucional integraram dinâmicas de proximidade com a prática institucional e do próprio local de estágio, ou seja, no GAV do Porto. Aquando o início do estágio fui conhecendo a instituição e os/as profissionais que dela faziam/fazem parte. Para além do conhecimento da sua estrutura organizativa e equipa, fui me inteirando de todo o seu funcionamento através da leitura de alguns documentos indispensáveis para a sua compreensão, no fundo documentos internos, como os Estatutos, que me permitiram conhecer os objetivos, os valores e princípios que regem a APAV, os direitos e deveres dos/as profissionais e das vítimas, amigos e/ou seus familiares. Através da leitura de outros documentos existentes (e.g. carta dos direitos e deveres dos/as utentes; código de boa conduta da APAV; ética nos serviços de apoio à vítima; política para a diversidade, igualdade e não discriminação na APAV), a própria pesquisa no site da APAV permitiu perceber quais os serviços e apoios prestados pela mesma, bem como a intervenção realizada. Para além do conhecimento das funções e dinâmicas dos/as profissionais que constituem a resposta da APAV, principalmente do GAV do Porto, procurei perceber qual a prática do/a assistente social, quer através da informação mais detalhada em que consistia o apoio social, bem como os através da leitura dos estudos/relatórios de diagnósticos elaborados. Inicialmente acompanhei os/as profissionais aquando os atendimentos (menos nos apoios psicológicos prestados) e fui

elaborando os registos dos atendimentos que têm de ser redigidos na plataforma PLAGA (Plataforma de Gestão de Atendimentos) utilizada na APAV.

2.2. Atividades associadas à intervenção

Para desenvolver funções no atendimento e acompanhamento a vítimas, a APAV exige uma formação específica que consiste na formação da APAV de Técnico/a de Apoio à Vítima (TAV). Esta formação permitiu intervir diretamente com as vítimas, dos seus familiares, bem como prestar informações e esclarecimentos junto de outras pessoas. A formação em causa é fornecida a todos/as os/as profissionais que queiram intervir junto das vítimas, familiares e/ou amigos das mesmas. Os/as voluntários/as que não têm a formação específica desenvolvem tarefas noutros âmbitos que não enquanto profissionais especializados.

No exercício das funções na APAV na qualidade de estagiários/as e/ou voluntários/as é necessário um curso superior de base, dentro das áreas de intervenção existentes na instituição e para o desempenho dessas mesmas funções é necessária a formação de Técnico/a de Apoio à Vítima (TAV). A estrutura do primeiro atendimento já está previamente definida (e.g. acolhimento, motivos que levaram a procurar a APAV, informação sobre o apoio prestado, procurando que a vítima se sinta confortável para expor toda a situação que a levou a procurar apoio). Este atendimento pode ser realizado por qualquer TAV, independentemente da área de formação. Uma das principais preocupações subjacentes ao primeiro atendimento é perceber a situação de risco e a problemática da vítima. De mencionar que o atendimento pode ser presencial ou pela linha telefónica disponível, sendo que a pessoa é sempre sensibilizada para a marcação de um atendimento presencial, ou no caso de não ser a vítima, o TAV dota essa pessoa de ferramentas para que procure sensibilizar a vítima a chegar até ao GAV.

Desenvolvi funções enquanto TAV e realizei vários atendimentos, não apenas a vítimas de violência doméstica, mas a todas as vítimas de crime que foram surgindo. No entanto, durante o tempo que permaneci no GAV do Porto foram mais as vítimas de violência doméstica que me foram surgindo para atendimento e/ou acompanhamento. No apoio social para além da elaboração de diagnóstico dos problemas realizei levantamento das necessidades básicas ao nível do acolhimento, alimentação e da saúde em alguns dos processos. Procurava-se mobilizar a rede primária de apoio analisando os recursos existentes e/ou inexistente (e.g. acolhimento em casa de familiares), bem como a rede secundária através da articulação em rede, na facilitação da relação entre a vítima e os

serviços que poderiam vir a intervir no processo. Este apoio é prestado de forma esporádica ou continua até que a vítima reorganize o seu projeto de vida. Ao longo do estágio, devido à curta duração do mesmo, não me foi possível acompanhar vítimas de uma forma continuada até que estas reorganizassem o seu projeto de vida, pois são processos demorados devido à situação vivenciada, entre outros fatores. Aquando os atendimentos eram elaborados planos de segurança às vítimas (juntamente com a mesma) através de uma lista de tarefas, sendo que algumas das estratégias utilizadas eram decorrentes de alguns modos de atuação utilizados já previamente pelas vítimas e que se demonstram eficazes na sua proteção e, outros, previamente definidos.

Acompanhei ações de sensibilização junto de jovens acerca de temas e problemáticas que surgem na APAV (e.g. violência no namoro, Bullying, cyberbully).

2.3. Atividades associadas à atividade de investigação

A componente de investigação mostrou-se articulada com o estágio embora a recolha dos dados desta investigação fosse realizada à posteriori e não aquando a realização do mesmo. Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas quer no GAV do Porto quer em casa abrigo. No entanto, o estágio serviu de suporte para uma compreensão e adquirento de competências para a intervenção junto de vítimas de crime e, mais especificamente visto ser a área de investigação, junto de mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade. Todo o planeamento da investigação e recolha, ou seja, toda a metodologia utilizada nesta investigação será detalhadamente explicada noutro/s capítulos desta monografia. Acrescento que elaborei um plano geral de investigação para que a APAV aprovasse a realização das entrevistas.

Todas as atividades de proximidade com as vítimas contribuíram para a minha evolução quer a nível pessoal quer profissional, bem como se apresentaram imprescindíveis para a preparação das entrevistas realizadas às vítimas. Considerando que sem uma experiência prévia e uma formação específica podemos encontrar alguns entraves. O contacto com a realidade permitiu uma reflexão aprofundada sobre as necessidades e preocupações das vítimas, auxiliando assim no levantamento de necessidades e preocupações que eram comuns às mesmas, e para a elaboração de uma investigação mais direcionada ao problema em estudo.

PARTE II.
O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

3. Apresentação da investigação

Antes de se partir para a investigação propriamente dita, surgem questões associadas ao tema, bem como aos métodos e técnicas que serão utilizados para a recolha dos dados. Apesar dessas questões poderem deixar-nos mais ou menos receosos quando partimos para a investigação, e dependendo do caminho que escolhemos, vir a ter conclusões distintas, estas não serão necessariamente menos válidas em detrimento das opções que não foram tomadas. Como referem os autores Bogdan & Biklen (1994, p.86) “independentemente da forma como surge um tópico, é essencial que ele seja importante e estimulante para si (...) Sem um toque de paixão pode não ter fôlego suficiente para manter o esforço necessário à conclusão do trabalho”.

3.1. Tema do estudo e fundamentação

As investigações partem de problemas que necessitam de uma maior compreensão e conhecimento, apresentando-se como problemas que necessitam de solução. Por vezes, mesmo já se tendo trabalhado na sua resolução, esta ainda não se apresenta suficiente. Para Adebo (1974, cit. in. Fortin, 1999, p.48) “um problema de investigação, é uma situação que necessita de uma solução, de um melhoramento ou de uma modificação”. A formulação de um problema tem presente na sua construção o facto da investigação contribuir com conhecimento sobre o fenómeno em estudo. Como sustenta Gauthier, (1992, citado em Fortin, 1999, p.62) formular um problema e investigação

é definir o fenómeno em estudo através de uma progressão lógica de elementos, de relações, de argumentos e de factos. O problema apresenta o domínio e justifica a escolha do estudo. A formulação do problema deve demonstrar, com a ajuda de uma argumentação cerrada, que a exploração empírica da questão é pertinente e que esta é susceptível de contribuir para o avanço dos conhecimentos. Esta argumentação deve ser coerente, completa e parcimoniosa.

A presente investigação tem como tema central a violência contra as mulheres nas relações de intimidade, sendo que toda a explicação acerca da questão do estudo encontra-se mais clarificada na apresentação do estado da arte, que aparecerá em capítulo posterior. Estudos demonstram que as mulheres permanecem numa relação violenta devido a variados fatores, entre eles, o “desconhecimento dos seus direitos, a dependência económica, a existência de filhos menores, o medo de que os agressores se tornem mais violentos ou então as promessas de que não voltará a acontecer” (Duarte, 2002, p.11).

Não podemos esquecer que, em regra, a mulher exposta às situações de violência duradoura está isolada, uma vez que o agressor foi cortando as relações que a vítima possuía com a sua rede de suporte, para impedir o contacto com outras pessoas e o, conseqüente, pedido de ajuda (Batista, Silva, Silva e Neves, 2003, p.49). Muitas vezes a mulher só consegue romper com esta situação se obtiver ajuda externa, já que enfrentará um conjunto considerável de dificuldades, nomeadamente a procura de nova casa, de novo emprego, de viver com apenas um salário (diminuindo o seu estilo de vida), a luta pela guarda dos filhos (quando existem), etc. O isolamento social das vítimas e os problemas enunciados implicam uma intervenção que impulse a criação de uma rede de apoio e suporte. Não podemos esquecer que a situação socioeconómica frágil ou de dependência é um fator quer de agravamento da violência, quer de obstáculo na decisão de sair dela.

Apesar de existirem diversos estudos (Guareschi, Comunello, Nardini & Hoenisch, 2004) que questionam a relação entre pobreza e violência, já que tal associação poderia levar a um aumento do estigma social das famílias pobres, sabemos que a dificuldade ou ausência de capacidade económica é um fator que se impõe no quotidiano das mulheres que vivenciam uma situação de violência. Mesmo que não se encontrem em situação de pobreza, a possibilidade de, com a rutura conjugal, surgirem diversas (e profundas) dificuldades económicas pode constituir um obstáculo no processo de autonomização destas mulheres.

A compreensão da VPI deve ter em conta, então, a diversidade de fatores, como sejam económicos, de classe social, nível de escolaridade e status ocupacional das mulheres vitimadas. Desse modo, os estudos poderão contribuir para a melhoria das políticas e das respostas a este problema que assume ainda uma prevalência preocupante nos dias de hoje.

3.2. Questão central e objetivos de investigação

Antes da definição do problema de investigação, procuramos um tema que, como reforçamos anteriormente, constitua uma situação problemática existente, ao mesmo passo que se formula uma questão que orientará a investigação. A questão de investigação “expressa-se sob a forma de uma interrogação explícita relativa ao problema a examinar e a analisar com o objetivo de obter novas informações” (Fortin, 1999, p.48).

A questão serve de ponto de partida para a revisão da literatura e define-se como uma interrogação explícita relativa a um domínio que se deve explorar com vista a obter novas informações. É um enunciado interrogativo claro e não equívoco

que precisa os conceitos-chave, específica a natureza da população que se quer estudar e sugere uma investigação empírica (Fortin, 1999, p.48).

O domínio e a questão pivô prendem-se a duas componentes precisas no campo da investigação (Brink & Wood, 1994 cit. in Fortin 1999). O primeiro está ligado ao aspeto geral do problema em estudo (e.g. comportamentos, populações, observações, conceitos) e o segundo guia a investigação, “precede o domínio no enunciado da questão (...) situa o problema no contexto dos conhecimentos” (Fortin, 1999, p.51). As questões pivô enquadram-se em quatro níveis de conhecimento sendo que as questões de partida desta investigação enquadram-se no nível III, uma vez que, se constroem a partir dos resultados de investigação e de uma base teórica.

Os estudos de verificação de associações são apropriados quando os fatores foram já descritos num nível de precedente e quando existe uma boa razão para crer que eles estão associados. Neste contexto, pressupõe-se que o fenómeno foi descrito e definido. (...) A associação é uma forma particular de relação entre fatores. Associação e correlação significam que os fatores variam juntos. Nos estudos de nível III, nenhuma tentativa é feita para dizer que uma variável causa a outra (Fortin, 1999, p.55).

O estudo pretende obter resultados que permitam compreender o processo de autonomização, nomeadamente a influência da situação socioeconómica da mulher e o impacto da rutura na mesma.

Nesse seguimento pretende-se compreender de que modo o fator económico é preponderante na decisão acerca da rutura e nas dificuldades que a mulher sente durante o seu processo de autonomização.

Para a investigação são definidos objetivos que nos indicam o porquê desse estudo que “especifica as variáveis-chave, a população alvo e o contexto. (...) É um enunciado declarativo que precisa a orientação da investigação segundo o nível dos conhecimentos estabelecidos no domínio em questão” (Fortin, 1999, p.100). Esta investigação, enquadrando-se no nível III, o estudo procura perceber “a força e a direção das relações”. Portanto, o objetivo geral do presente estudo é:

- Compreender a influência da situação económica das mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade no seu processo de autonomização.

Partindo do geral para o particular seguem os objetivos específicos desta investigação:

1. Caracterização sociodemográfica dos participantes do estudo;

2. Caracterizar a classe socioeconómica de pertença da mulher antes e após rutura;
3. Identificar e entender o impacto da rutura conjugal no percurso profissional da mulher;
4. Entender a perceção das mulheres sobre o impacto da rutura no seu estilo de vida e do seu agregado familiar (quando existir);
5. Compreender as dificuldades existentes no processo de autonomização;
6. Compreender a perspetiva da mulher face à violência e aos agressores e o seu entendimento acerca do papel da mulher.

3.3. Apresentação das categorias de análise

A figura 1 apresenta as categorias de análise que estão enquadradas nos seguintes conceitos: influência da situação económica no processo de autonomização- analisado em três categorias (situação económica; perceção do estilo de vida; situação profissional); o processo de autonomização- analisado em três categorias (apoios informais; apoios formais - GAV do Porto e casa abrigo; queixa; futuro); exposição à violência- analisado numa categoria (exposição dos/as filhos/as à violência) e violência na mulher- analisado em quatro categorias (violência contra a mulher; violência de género contra a mulher; ser mulher; violência contra as mulheres nas relações de intimidade).

3.3.1. Modelo de Análise

Figura 1. Modelo de análise

Conceito	Categorias	Subcategorias
Influência da situação económica no processo de autonomização	Situação económica	-Rendimento antes e apoios -Gestão do rendimento
	Perceção do estilo de vida	-Capacidade de compra de bens essenciais

		-Capacidade de compra em relação a outros bens (e.g. habitação, conforto)
	Situação profissional	-Relação com o trabalho antes e após a rutura;
Processo de autonomização	Apoios formais e informais - GAV do Porto no processo de autonomização - Casa Abrigo da APAV no Processo de autonomização - Queixa - Futuro	-Rede de suporte informal no projeto de vida -Rede de suporte formal no projeto de vida -Tipos de apoios sociais -Estatuto de Vítima -Perspetivas para futuro
Exposição à violência	-Exposição dos/as filhos/as à violência	-Impacto da violência Influência na vida dos/as filhos/as da rutura e autonomização -Responsabilidades Parentais
Violência na mulher	-Violência contra a mulher -Violência de género contra a mulher - Ser mulher	-Tipos de violência -Significado da violência -Significado da violência antes e após a rutura

--Mudanças após ruptura da relação

-Relação com o agressor
-Pedido de ajuda
-Violência contra as mulheres nas relações de intimidade
-Razão de sair
-Consumo de álcool e/ou outras substâncias

Elaborado pela autora, 2020

Capítulo 4. Revisão da literatura

4.1. Gênero e violência contra as mulheres

Neste capítulo iremos focar a violência de gênero contra as mulheres, família como processo de socialização, violência contra a mulher nas relações de intimidade, formas de violência, ciclo da violência doméstica, consequências da violência, teorias explicativas da violência: o movimento feminista.

4.1.1. Gênero e construção socio-histórica

Sendo um conceito que será abordado ao longo da presente monografia e nos faz despertar para as desigualdades de gênero existentes, para além de nos permitir uma maior compreensão sobre as relações sociais do que é ser homem ou mulher na sociedade, importa conhecer o significado e alcance da palavra gênero. Segundo Torres (2001, cit. in Serra, 2014, p.12), deve evocar-se a palavra gêneros e não gênero no singular, porque o que é ser homem ou mulher varia de geração para geração, raça, etnia, tempo e lugar. Além do mais, é quase inevitável falar-se da palavra gênero sem pensar-se na palavra sexo, porque andam sempre anexas e, por vezes, há um equívoco face aos seus significados. Neste sentido, o vocábulo sexo é referente àquilo que é biológico, isto é, as

características físicas dos homens e das mulheres, ao contrário da palavra gênero que nos remete para a ordem social e cultural, para as diferenças social e culturalmente construídas (Bruschini, 1998 cit. in Serra, 2014, p.12).

Beauvoir, numas das suas célebres frases afirma “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. É aqui reside o cerne da questão, ou seja, aquilo que se identifica como gênero faz parte de uma construção social cujas pessoas adotaram como se fosse biológico, como se nascesse com elas. Também é certo que homens e mulheres podem sofrer quando não há uma identificação com aquilo que é associado à nossa identidade, e que é considerado natural e até predestinado. Ser homem ou ser mulher é definido culturalmente, diferente do sexo que é atribuído á nascença e, portanto, biológico.

As Ciências Sociais, definiram o conceito de gênero e procuram perceber quais as construções culturalmente definidas sobre o que é ser homem ou mulher, quais as diferenças culturais entre os sexos e qual a relação das diferenças com as desigualdades e discriminações existentes (Muszkat et al., 2008 cit. in, Canezin et al., 2017). Intimamente ligado a este conceito está o de socialização de gênero, que nos reporta para a aprendizagem dos papéis de gênero cujas diferenças são aprendidas culturalmente e estabelecem como cada pessoa, em função do sexo, se deve comportar e que atividades devem desenvolver (Serra, 2014, p. 12).

Um passo a registar foi precisamente quando a historiadora Joan Scott (1990) desenvolveu o conceito de gênero como categoria de análise, apresentando-se elementar para a compreensão do fenómeno. A autora refere que as palavras têm bastante significado e que têm história. Para as feministas a palavra gênero, no sentido mais literal, é a organização social da relação dos sexos, permitindo designar as relações sociais entre eles, bem como o carácter social das distinções baseadas no sexo. O uso do termo gênero muitas vezes substitui o termo mulher, no entanto, o seu significado geral, compreende as construções sociais associadas aos papéis atribuídos a ambos sexos (Scott, 1989).

Segundo os autores Paulino & Rodrigues (2016, p. 34) incluir a noção de gênero no conceito de violência “é imprescindível, uma vez que o gênero constitui a construção da hierarquização patriarcal, onde a desigualdade entre homens e mulheres se assume como crucial na discriminação sexista e originária da violência de gênero”.

Em conformidade com Serra (2014, p. 9) o fenómeno da violência doméstica deveria ser relacionado com o fenómeno da desigualdade de gênero, uma vez que muitas das práticas geradoras dessa desigualdade estão enraizadas na nossa sociedade e poderão

conduzir a condutas violentas. O género passou, assim, a ser uma categoria de análise na procura de explicações sobre desigualdade entre homens e mulheres.

Na sociedade patriarcal os papéis atribuídos e esperados a cada cidadão/ã são definidos consoante o sexo (e.g. ao sexo feminino, associado à esfera privada, expecta-se que as mulheres sejam emocionalmente frágeis, dedicadas ao cuidado do lar e dos filhos ao contrário do que se espera do sexo masculino, associado ao público em que competitividade e força ganham visibilidade nos papéis). Nesse âmbito, é pertinente perceber quais as representações sociais existentes em torno destas expectativas que têm presente estereótipos de género. Estereótipos esses que podem ser negativos e conduzir à discriminação. A esta atribuição de papéis podemos referir que o poder que uma pessoa pode impingir sobre a outra ganha destaque pela proporção de violência pois “a perceção da feminidade e masculinidade que (in)formam o social ajudam à construção da imagem da mulher como um ser dependente ou em fase de uma autonomia moderada, promovendo desigualdades”, em que o poder está principalmente sobre uma parte em relação a outra (Serra, 2014, p. 10).

As relações socialmente contruídas geram assimetrias passíveis de serem verificadas no dia-a-dia, quer nas atividades com maior reconhecimento (a atividade profissional) como nas atividades mais invisíveis (tarefas domésticas). Os papéis esperados socialmente podem ser aceites ou não por parte de quem é esperado determinadas tarefas. Quando não há uma aceitação dos mesmos pode despoletar-se um problema social.

Em forma de reflexão, o género é considerado uma categoria de análise “com estatuto teórico e epistémico e caracter estruturante da sociedade” (Saffioti, 1999; Scott, 1990; Segato, 2011, cit. in. Guimarães & Pedrosa, 2015, p.258) que consegue expor diversas formas de desigualdade, das quais as mulheres são alvo. É uma forma de expressão que está intimamente relacionada com a luta e reivindicações contra a violência e que tem bastante significado pela contribuição de mudanças sociais, políticas e jurídicas com vista à implementação de políticas públicas no combate ao problema (Bandeira, 2014, p. 462).

4.1.2. Violência de género contra as mulheres

Como avança Merry (2011, cit. in Rocha 2017, p.3) a violência de género é definida

como a violência cujo significado depende das identidades e gênero dos parceiros envolvidos e que inclui o insulto, humilhação, ameaças, assédio e perseguição, ou seja, qualquer tipo de comportamento dirigido pelo estereótipo gênero e que promova maus-tratos físicos e psicológicos.

O estudo da violência de gênero contra as mulheres não é recente, são décadas de investigação para a compreensão da mesma e também de procura de soluções mais eficazes para a sua eliminação. Tem sido um longo caminho, mas com várias conquistas. De mencionar que, neste sentido, o feminismo teve um papel significativo na identificação da violência contra a mulher e direcionou o nosso olhar para as condições históricas que suportaram as divisões sociais com base no sexo (Amâncio, 2003 cit in. Dias, 2018). Nos anos 80 do século XX, estas questões começaram a integrar políticas dos direitos humanos e parte da luta contra a discriminação baseada no sexo.

Todos os seres humanos se desenvolvem com base nos processos de socialização e este varia consoante a cultura, o país e o contexto em que as pessoas estão inseridas. Nesse processo há uma atribuição de papéis e comportamentos esperados regularmente distinto entre homens e mulheres, verificando-se que “neste cenário cultural e social, o gênero desponta como uma linguagem, uma forma de comunicação, uma ordenação do mundo que orienta a conduta das pessoas e que, muitas vezes, é base para preconceitos, discriminação e exclusão social” (Canezin et al., 2017).

O conceito de “violência contra a mulher” é distinto do conceito de “violência de gênero”. Quando ocorre violência de gênero contra a mulher, ocorre pelo facto de ser mulher, sendo impulsionado por essa mesma condição visto que, “a violência de gênero teoricamente engloba tanto a violência de homens para mulheres como a de mulheres para homens (...) assim como a violência da mulher contra a mulher” (Saffioti, 2014 cit. in Cavalcanti, 2018). A violência contra as mulheres “ocorre como uma manifestação desigual de poder entre homens e mulheres: seja pelos silêncios, pelas omissões ou pelos domínios” (Cavalcanti, 2018). No entanto, na violência de gênero verifica-se uma assimetria por parte de quem é vítima.

Em concordância, os autores Carmo & Moura (2010, p.1), a violência de gênero existe há séculos, já vem de uma época em que a mulher tem o papel de obedecer ao homem, quer na infância em que a autoridade emanava do pai e, após o casamento, em face da obediência ao marido, na realização das tarefas da habitação, ao cuidado dos filhos. Era-lhe atribuída a tarefa do cuidado, do lar, dos outros, a vida social era praticamente inexistente. Mesmo antes do casamento havia uma preparação para a

realização dessas tarefas. A opinião da mulher e o seu desejo eram entregues à dominação masculina. De facto, durante muito tempo a mulher não se via como um ser livre e autónomo, capaz de tomar as próprias decisões.

A violência de género, sustentada pela discriminação de género está intrinsecamente associada a espaços de poder e dominação por parte do homem e que resulta em violência e opressão sobre as mulheres. É uma forma de violência que se manifesta no seio da produção e reprodução das relações sociais (Carmo & Moura, 2010, p.4). A “violência de género é sem contestação uma situação que reflete o quadro de desigualdades sociais e económicas”, associada a força e poder por parte do homem (Almeida, 2007, p. 27 cit. in Carmo & Moura, 2010, p.3).

Com base em Saffioti (2001, p.115) violência de género abrange “vítimas mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos”, em que “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade punir o que se lhes apresenta como desvio”. Como declara a autora, não quer isto dizer que as mulheres não possam exercer violência sobre os homens, no entanto, não têm um projeto de “dominação-exploração” sobre eles, como existe ao invés.

Segundo Bandeira (2014, p.450) a violência de género “ocorre motivada pelas expressões de desigualdade baseadas na condição do sexo, a qual começa no universo familiar onde as construções de género se constituem no protótipo de relações hierárquicas”.

4.1.3. Família como processo de socialização

A violência doméstica é um crime público, no entanto, muito associado ao espaço privado, ao espaço doméstico, ainda tende a ser invisibilizada. Olhar desse modo para este problema é quase um assumir que a responsabilidade sobre ele é das pessoas que estão envolvidas diretamente. Descarta também a hipótese de terceiros se imiscuir, restringindo a esfera de atuação pública (Moura, 2007, p. 10). Por outro lado, a família está associada a um espaço de aprendizagem, amor, harmonia, segurança emocional e económica, mas por vezes, torna-se num ambiente propício à prática de violência, onde o elemento mais forte exerce poder e opressão (Moura, 2007, p. 10). Refletindo sobre o assunto, algumas questões sobre a segurança do lar, sobre o lugar onde à partida as pessoas se sentiriam seguras, sobre um espaço à partida indicado para o seu desenvolvimento, começa a observa-se que

o lar tem sido palco de um conjunto de violações dos direitos humanos das mulheres e também dos restantes membros da família. Agressões físicas, sexuais e psicológicas são alguns dos exemplos dos atos violentos que têm sido frequentemente ignorados pelas autoridades públicas. Em virtude desta ocultação deliberada, as respostas às violências têm sido igualmente omissas (Moura, 2007, p. 10).

Ao longo do tempo, os comportamentos violentos tendem a normalizar e as vítimas assumem sentimentos de culpa e responsabilidade face aos atos cometidos (Moura, 2007, p. 10).

Estritamente relacionado com o comportamento violento está a utilização de armas como forma de coação e ameaça, verificando-se a sua utilização na violência doméstica, no entanto, carece de atenção por parte da esfera pública, como refere Moura (2007, p. 10) “as armas funcionam como instrumentos de coerção, intimidação e ameaça, não tendo merecido, todavia, a atenção do poder público e das investigações no âmbito da violência doméstica”.

A família é vista como um processo de socialização cujos indivíduos têm o primeiro contato. Na família, durante muito tempo o papel da mulher estava associado, nomeadamente, ao cuidado da casa e à criação dos filhos, sendo que ao homem cabia o sustento da família. Esta divisão de tarefas não é uma questão biológica, mas é parte social e cultural que se adquire. É uma separação imposta pela sociedade que embora venha sendo alterada, ainda persiste conduzindo à "dupla-jornada" de trabalho para as mulheres (emprego e trabalho do foro doméstico).

Hoje, as alterações que têm ocorrido mostram-nos que as funções da família já não seguem uma hierarquia. As várias alterações, nem sempre aceites, podem gerar conflitos dentro do seio família, e não só (Canezin, Canezin & Cachapuz 2017).

O espaço familiar também é um espaço de conflitos, nem sempre presente de afetos, para além de que muitas vezes é a partir daí que são originados preconceitos e discriminação (Cavalcanti, 2018), não havendo uma transmissão de segurança e proteção para as pessoas (Sarti, 2014 cit. in. Cavalcanti, 2018). Nesse sentido,

a família patriarcal, hierarquizada, heteroparental e biológica transformou-se em democrática, igualitária e, além de hétero, pode ainda ser homoparental (Farias&Rosensvald, 2013). De unidade de produção e reprodução passou a unidade socioafetiva e passou de um caráter institucional para um caráter instrumental. Contudo, a convivência quando violenta, afeta negativamente todos os seus integrantes e abre espaços para além do privado, impondo debates, diálogos e marcos legais e institucionais capazes e eficazes de promover a justiça

e a liberdade social, bem como o acesso à cidadania e ao bem-estar coletivo (Cavalcanti, 2017, p.100).

A casa afigura-se nestes casos a um lugar inseguro para muitas mulheres, onde reina o medo sobre as pessoas que são vítimas de violência. Quando falamos da casa podemos igualmente falar da escola pois são os lugares onde, normalmente, a criança estabelece o primeiro contacto, onde cria laços e são, sobretudo, lugares de aprendizagem. Como refere Cavalcanti (2018, p.100), “preconceitos e discriminações são aprendidos tanto na família quanto na escola, ninguém nasce discriminador nem preconceituoso, torna-se produto do meio em que vive”.

O papel do Estado torna-se fundamental para regular e controlar as relações sociais bem como garantir o bem comum numa sociedade potenciadora e geradora de violência.

4.1.4. Violência contra a mulher nas relações de intimidade

O conceito de violência contra a mulher tem um sentido equivalente quando denominado das diversas expressões como: “violência doméstica”, “violência familiar”, “a violência nas relações de intimidade”, “violência conjugal”, “violência de género”, “violência contra a mulher” (Bandeira, 2014, p. 451), embora não possuam exatamente o mesmo significado (Gregori, 2006, cit. in Martins, 2015, p 12). São formas de violência, mas correspondem a formas, dinâmicas, relações sociais e comportamentos muito específicos.

A violência doméstica pode ser perpetuada de pais/mães para filhos/as, filhos/as para pais/mães, entre cônjuges, e mesmo que não coabitem, seja namorado/a, ex-namorado/a, companheiro/a, ex-companheiro/a ou familiar. É uma forma de violência continuada ou até de controlo em relação às vítimas. Os números indicam-nos que são as mulheres as principais vítimas de violência doméstica em todo mundo, em contrapartida, o homem surge como principal agressor. Por esse motivo, alguns autores falam de violência conjugal, em que um membro do casal exerce controlo sobre o outro (Paulino & Rodrigues, 2016, p. 33).

O conceito aqui adotado é o de violência de género contra as mulheres nas relações de intimidade, embora predomine na maioria dos estudos o conceito mais amplo, isto é, o de violência doméstica. Por esse mesmo motivo, algumas das referências utilizadas neste estudo fazem uso desse termo. São vários os conceitos em torno desta problemática

e, embora nos remetam para a violência, os significados são distintos. Entre eles temos a violência (no geral), a violência contra as mulheres (VSM), a violência doméstica (VD), a violência conjugal (VC) e os maus tratos (MT).

No seu conceito mais abrangente (CIG, 2016, p.21) “a violência é qualquer forma de uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiro ou toda a forma de ação intencional que, de algum modo, lese os direitos e necessidades dessa pessoa”.

A Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na resolução de 48/104, de dezembro de 1993 expressa que

violência contra as mulheres significa qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada

Segundo a APAV (2019)

a violência doméstica abarca comportamentos utilizados num relacionamento, por uma das partes, sobretudo para controlar a outra. As pessoas envolvidas podem ser casadas ou não, ser do mesmo sexo ou não, viver juntas, separadas ou namorar. As vítimas podem ser ricas ou pobres, de qualquer idade, sexo, religião, cultura, grupo étnico, orientação sexual, formação ou estado civil.

Como referencia Dias (2004, cit. in. Cavalcanti, 2018, p. 99) o conceito pode “tornar visíveis formas de violência doméstica, mas pode ocultar outras”, pois é mais amplo e implica violência no seio familiar, podendo esta ser perpetuada e direcionada por vários elementos da família, ao contrário da violência contra as mulheres nas relações de intimidade que ocupa a maior fatia nesse quadro.

A violência intrafamiliar “pode ser compreendida como qualquer ação ou omissão que resulte em dano físico, sexual, emocional, social ou patrimonial de um ser humano, onde exista vínculo familiar e íntimo entre a vítima e seu agressor” (Silva, Coelho & Caponi, 2007, p.96).

O conceito de violência familiar pode estender-se a outras vítimas e não apenas à mulher (e.g. idosos, crianças) o que implicaria que esta estivesse junto das restantes vítimas. Porém os números mostram-nos que as dinâmicas da violência são distintas conforme estarmos perante mulher, criança, idoso, entre outros.

A violência entre parceiros íntimos (VPI)

designa violência física, sexual, psicológica e emocional, a par da perseguição, bem como todo e qualquer ato de coação exercido por um parceiro íntimo, atual ou anterior (e.g., cônjuge ou ex-cônjuge de direito ou de facto, namorado ou ex-namorado, parceiro sexual em curso). Os parceiros íntimos são pessoas com quem se tem uma relação estreita e pessoal, caracterizada por uma forte ligação emocional, pelo contacto emocional, pelo contacto regular e físico, pelo comportamento sexual, pela familiaridade e conhecimento da vida do outro, mas sobretudo pela identidade enquanto casal. A relação não necessita de envolver todas estas dimensões e os parceiros íntimos podem, ou não coabitar e ser do sexo oposto ou do mesmo sexo (Breiding et al., 2015; Dias, 2016; Houston & Mckirnan, 2007 cit. in Dias, 2018, p.1).

A violência doméstica reconhecida como um problema, requer especial atenção a vários níveis e ao longo dos anos a definição do conceito tem vindo a alterar-se, bem como as políticas e estratégias de intervenção que são direcionadas para a atuação no problema.

A violência contra a mulher é uma forma de poder e submissão que impõe dependência e intimidação à mulher que é alvo de violência, em que parte das agressões estão relacionadas com conflitos interpessoais (Bandeira, 2014, p.460). O patriarcado é considerado um dos pilares quando se aborda a violência contra a mulher, no entanto, existem outros elementos que nos conduzem à melhor compreensão do fenómeno e da dinâmica da violência (Bandeira, 2014, p. 457). Segundo a mesma autora, por um lado, temos os movimentos feministas que ajudam a retirar do privado e a dar reconhecimento ao problema e, por outro lado, temos o poder familiar que contribui para o silenciar desta forma de violência. Esta forma de poder familiar alia-se à violência acabando por ser um motivo de manutenção da mulher em relações violentas “cabendo à mulher: reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar-se da independência económica (mulher em processo de ascensão social)” (Bandeira, 2014, p. 457). Ainda relativamente ao conjunto do conceito tão vasto, importará citar Bandeira (2014, p.461) porque segundo ele “os conceitos dialogam, se complementam e interagem. Dada a complexidade do fenómeno, não há como contê-lo em um sistema de classificação ou codificação com fronteiras nítidas de diferenciação”.

Entre estas formas de violência, a violência doméstica é aquela mais verificada quando falamos de violência contra as mulheres e visto que o maior número de agressores são homens, dentro da violência doméstica aquela que recai mais sobre as mulheres é a violência conjugal.

Quer as vítimas quer os agressores pertencem a qualquer estrato socioeconómico e atravessam todas as culturas, raças e classes. Analisando diversos estudos verifica-se uma maior incidência deste problema em famílias cujo estrato económico é mais desfavorecido. Tal facto pode ocorrer pela existência de fatores socioculturais mais legitimadores de violência, ou pelo facto das pessoas que pertencem a estes estratos recorrerem mais aos serviços de apoio à vítima. De referir ainda, ao contrário daquela que é a opinião de muitas pessoas, os abusadores não apresentam nenhuma patologia relevante, assim como problemas de alcoolismo e toxicod dependência. O consumo de drogas é erradamente atribuído como a causa da ocorrência de violência. O que se verifica é que está associado a ela, como sendo desencadeador ou facilitador (CIG, 2016).

4.1.5. Formas de violência

Na violência de género contra a mulher nas relações de intimidade, as mulheres são vítimas de múltiplas formas de violência. A mais visível, e que obtém maior atenção é a violência física, no entanto, outras formas de violência, como a psicológica, conseguem ter consequências devastadoras para as vítimas.

Aqui pretende-se abordar um pouco as várias formas de violência perpetuadas: a física, a psicológica, a social, a económica e a sexual. Procura-se, ao mesmo tempo, despertar a atenção sobre todas, pelos danos e consequências que apresentam para as vítimas. As múltiplas formas de violência tendem a aumentar ao longo do tempo quer na frequência com que são praticadas, quer na intensidade (Paulino & Rodrigues, 2016, p. 37).

A violência física é caracterizada pela prática de agressões por parte do agressor à vítima e podem, ou não, deixar marcas (e.g. empurrões; murros; estalos; pontapés; beliscões; empurrar; bater com a cabeça da vítima). Esta forma de violência pode causar consequências, nomeadamente físicas, no qual a vítima pode apresentar lesões no corpo ou até mesmo, em última instância, ser assassinada pelo agressor (Paulino & Rodrigues, 2016, p. 38; CIG, 2016, p. 32).

A violência psicológica pretende violentar psicologicamente a vítima, ocorre de forma mais silenciosa e invisível (e.g. ameaçar; humilhar em público em privado; comentar negativamente comportamentos; criticar; maltratar pessoas ou animais que lhe são queridos; desprezar; não permitir descansar) (Paulino & Rodrigues, 2016, p. 37; CIG, 2016, p.31).

A violência social pretende levar ao isolamento da vítima, romper com os seus vínculos afetivos de familiares e amigos (e.g. tem de dar justificações ou pedir permissão ao agressor para estar com outras pessoas; muitas vezes utiliza a manipulação ou ameaça para que a vítima desmarque encontros; impede a vítima de trabalhar fora de casa) (Paulino & Rodrigues, 2016, p. 39; CIG, 2016, .32).

A violência económica também pode ser exercida promovendo o isolamento da vítima, para conseguir controlá-la melhor. O agressor dificulta ou impede o acesso por parte desta ao dinheiro, acabando por fazer ele a gestão do mesmo. É mais comum nos casos em que a vítima não tem um emprego e depende economicamente do agressor, sendo que este é o único a adquirir rendimentos para garantir a subsistência da família. Quando a vítima tem um vencimento devido ao seu trabalho, embora seja mais difícil, o agressor tenta que a gestão do dinheiro por parte da vítima não seja autónoma (Paulino & Rodrigues, 2016, p. 39; CIG, 2016, p.32).

A violência sexual ocorre quando se impõe qualquer prática de cariz sexual, contactos ou interações sexuais contra a vontade da vítima (e.g. ato sexual; comentários sexuais indesejados). Aqui pode ser utilizada a força física, a ameaça ou a coação para que o ato se concretize. Muitas vezes estes atos não são reconhecidos pelas vítimas porque estas entendem que é normal, que é um dever enquanto casal e pode ocorrer sendo apenas vontade de uma das partes. Quando estas práticas ocorrem contra a vontade da pessoa estamos perante um crime sexual (Paulino & Rodrigues, 2016, p. 39; CIG, 2016, p.32).

4.1.6. Ciclo da violência doméstica

Diversos autores/as (Paulino & Rodrigues 2016; Carmo & Moura, 2010; CIG, 2016; APAV 2012) defendem a existência de um ciclo de violência doméstica que nos permite compreender melhor como uma pessoa se pode tornar vítima e o porquê de posteriormente a saída destes relacionamentos violentos ser mais difícil. A violência doméstica assume uma dependência por parte da vítima em relação ao agressor (e.g. económica, emocional), o que dificulta, entre outros fatores, a saída das relações de violência. Também caracterizada por um ciclo de violência, a violência doméstica funciona como um sistema circular e está dividido em três fases: tensão, explosão e reconciliação (Carmo & Moura, 2010, p.4).

Sendo um ciclo, repete-se, a fase de tensão está associada a violência psicológica, a fase de explosão à violência física e a fase de reconciliação à lua de mel. Nos relacionamentos existem episódios de discussão, do **aumento de tensão**, no entanto o

que distingue, essencialmente, um dos outros nesse determinado momento é a forma como o casal atua para que esse episódio não tome proporções mais graves. Se em alguns relacionamentos esse momento é interrompido por estratégias (e.g. acordo, conversa), noutros, o agressor pode agredir a vítima, não permitindo a adoção dessas estratégias. Nestas situações ele pretende dominar a vítima, fazendo prevalecer a sua vontade. São vários os pretextos que utiliza para criar esses episódios de tensão e conseqüentemente medo para a vítima (CIG, 2016, pp. 37-38; Paulino & Rodrigues, 2016, pp. 44-45).

A tensão ocorre, é seguida de discussão e posteriormente podem ocorrer atos mais violentos e dá-se a fase do **ataque violento**. A violência surge após a ocorrência de violência verbal e pode combinar várias formas de violência. Na fase de **explosão**, em que ocorrem as agressões, muitas vezes são utilizadas armas brancas ou de fogo para intimidar a vítima. Muitas vezes a vítima acaba por não reagir, ou reage passivamente, na tentativa de não piorarem as agressões, sendo que procura proteger-se e garantir a sua segurança. Na fase de tensão, o agressor faz ameaças, desrespeita, intimida, atribui culpas pelo próprio fracasso, constrange a vítima diante de outras pessoas. É nesta fase que a vítima acredita que haverá uma alteração do comportamento do agressor e que a violência propriamente dita não voltará a ocorrer. Após estes episódios as vítimas podem necessitar de cuidados médicos e nestes casos o próprio agressor pode acompanhar as vítimas ou negligenciar esse cuidado e não permitir que a vítima recorra a assistência médica. Quando acompanha é no sentido de controlar que esta não diga a verdade sobre as agressões e muitas vezes permite que tenha acesso porque a sua vida poderá estar em risco. Nestas fases o agressor procura desculpas para atenuar o que aconteceu e procura depositar a culpa na vítima ou a fatores externos (e.g. álcool) (CIG, 2016, pp. 37-38; Paulino & Rodrigues, 2016, pp. 44-45).

Na fase da **reconciliação**, também designada “**lua-de-mel**”, é uma fase de perdão, em que o agressor demonstra arrependimento, pede desculpa e tenta mostrar que foi algo esporádico e que não se volta a repetir. É a fase que dificulta a vítima, maioritariamente mulheres, a sair das relações violentas. Deste modo, é a fase em que o agressor procura demonstrar arrependimento pelos seus atos e demonstrar que foi um ato isolado e que não voltará a acontecer. O agressor procura motivos para justificar o que aconteceu e para que a vítima o desculpe. Neste momento, o agressor consegue enamorar totalmente a vítima, demonstrando afetos positivos e a depositar a máxima atenção nela. Estes episódios ora de “demonstração de afeto”, ora de agressão, trazem um impacto cognitivo-afetivo e dificultam a ruptura por parte da vítima deste tipo de relacionamentos (CIG, 2016, pp. 37-

38; Paulino & Rodrigues, 2016, pp. 45-46). Com base em Bruhn & Lara (2016, p. 71), vários estudos identificam fatores para a manutenção das vítimas em relações, como “a falta de apoio, a vitimização secundária e a atitude preconceituosa por parte dos/as profissionais que deveriam acolhê-las como problemas recorrentes”.

4.1.7. Consequências da violência

O crime de violência doméstica, aqui designado violência contra as mulheres nas relações de intimidade, tem consequências devastadoras para as vítimas, a nível físico, psicológico, social, profissional e económico. Os filhos, os familiares (e.g. pais) também podem ser vítimas. No que diz respeito aos filhos, a violência pode ser direta, quando tentam intervir, ou refletida, assistem à violência (Martins, 2015).

Esses indicadores podem ocorrer a curto-prazo, mais relacionadas com lesões corporais (e.g. pisaduras, aranhões, hematomas, fraturas ósseas) ou a médio-prazo com alterações no sono, sentimentos de medo, vergonhas e culpa, ansiedade e perturbações cognitivas de memória, atenção e concentração (e.g. perda de memória, fobias, stress pós-traumático) (APAV, 1999). Segundo Manita, Ribeiro & Peixoto (2009, p.11) “resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou privação económica da vítima, visa dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de medo permanente”.

Segundo a CIG (2016, p. 40) as consequências mais comuns são: a) danos corporais, físicos e cerebrais por vezes irreversíveis; b) alterações dos padrões do sono e perturbações alimentares; c) alterações na imagem e distúrbios alimentares; d) distúrbios cognitivos e de memória; e) distúrbios de ansiedade, medos, fobias, ataques de pânico; f) sentimentos de medo, vergonha e culpa; g) níveis reduzidos de autoestima vulnerabilidade ou dependência emocional; h) isolamento social ou evitamento; i) comportamentos depressivos, por vezes com tentativa de suicídio ou suicídio consumado. De referir que as vítimas podem apresentar um quadro de Perturbação de Stress Pós-Traumático (PTSD).

4.1.8. Teorias explicativas da violência: o movimento feminista

Apesar da sociologia investigar e teorizar sobre a violência, durante muito tempo a violência doméstica foi como que negligenciada pelos seus teóricos. Para a sociologia, a partir de diferentes teóricos, os estudos foram incidindo sobre vários temas como a

divisão sexual do trabalho, investigada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) que trouxeram uma análise sociológica sobre a família e cuja obra de Engels serviu de inspiração para diversos estudos feministas, para a análise de temas sobre a família moderna como opressora, a subordinação da mulher e as relações de gênero (Dias, 2018). Como sociólogos contemporâneos temos Goode (1959), Luhmann (1991), Giddens (1991,1996) e Bourdieu (1998), que apesar deste último fazer uma abordagem da dominação masculina, relacionam o amor como um elemento da estrutura social e não sobre violência doméstica (Dias, 2018).

A sociologia é uma disciplina que se distingue das restantes por entender a violência nas relações de intimidade como estrutura social ao contrário de outras disciplinas que a associam a uma patologia individual. Após a violência doméstica se tornar um problema social de grande visibilidade, teve um lugar de destaque na sociologia e, atualmente, as teorias sociológicas sobre a violência nas relações íntimas dividem-se em dois campos teóricos. Assim sendo, duas perspectivas sociológicas ganharam força, por um lado temos investigadores que olham a violência nas relações íntimas a partir da perspectiva da violência na família e outros através de uma perspectiva feminista (Dias, 2018).

A perspectiva sociológica da violência na família, desenvolvida essencialmente por dois teóricos, Richard Galles e Murray Straus, que para ambos os autores a violência na família é uma forma de resolução de conflitos. Segundo os autores, o conflito existe, é universal e inevitável dentro do seio familiar e, portanto, a unidade de análise deverá centrar-se na família como um todo. Procuram investigar o porquê do uso de violência como forma de resolução do conflito para uma melhor compreensão do fenómeno.

São algumas as abordagens utilizadas por sociólogos que se identificam com esta perspectiva, entre elas, a teoria dos sistemas, a teoria da troca, a teoria ecológica, a teoria da subcultura da violência, entre outras (Dias,2018).

Sintetizando algumas teorias consideram a existência de perspectivas intraindivuais que focam a sua atenção em características individuais do agressor e, também, na personalidade da vítima, indicando algumas das causas que podem levar àquele comportamento por parte do agressor, citando com alguma frequência o consumo do álcool e drogas por parte do mesmo. Nestas perspectivas há uma desresponsabilização por parte do comportamento do agressor e as características das mulheres acarretam quase que uma legitimidade para esse comportamento. No que se refere as perspectivas diádicas-familiares, entre as várias teorias existentes, aquela que tem maior foco é a teoria

intergeracional uma vez que “defende que a experiência de vitimação na infância favorece a sua perpetuação” (APAV, 1999, p. 14). Já as perspectivas socioculturais analisam fatores “históricos, sociais, culturais e políticos” que possam contribuir para a violência aqui retratada, fazendo referência à sociedade patriarcal em que vivemos (APAV, 1999, p. 15).

As atenções concentraram-se em 1993 quando se percebeu que estaríamos diante do maior crime encoberto e, por vários motivos, ou como forma de justificação para que mais medidas não fossem tomadas em prol deste crime, estariam “o resguardar a privacidade familiar, diferenças culturais sobre a conceção de violência, o medo de expor e de falar sobre o facto”, mas com o tempo, outros elementos, como os movimentos feministas permitiram que as atenções fossem direcionais para este problema, consciencializando e esclarecendo sobre o mesmo (Cavalcanti, 2018, p. 104).

Antes de avançar será importante desmistificar o conceito de feminismo. Segundo o dicionário da língua portuguesa é “o Movimento ideológico que preconiza a ampliação legal dos direitos civis e políticos da mulher ou a igualdade dos direitos dela aos do homem”. Numas das suas frases, Butler refere que o feminismo significa “que eu me oponho à discriminação das mulheres, a todas as formas de desigualdade baseadas no género, mas também significa que exijo uma política que leve em conta as restrições impostas pelo género ao desenvolvimento humano”.

Em 1970 as feministas americanas falavam do conceito de violência sexual contra a mulher que mais tarde veio a designar-se de violência contra a mulher, altura em que passou a ser uma área de investigação pela sociologia (Bandeira, 2014, p. 450).

As perspectivas feministas vieram defender que a violência nas relações íntimas, era sobretudo uma questão de género e ao contrário da perspectiva anterior, este tipo de violência não poderia ser analisado à luz desse fundamento. Visto que esta perspectiva trazia o foco no género, a análise não partiria da estrutura familiar como foco. A violência contra a mulher é um problema social, é uma forma de controlo e opressão da mulher sustentada num sistema patriarcal e, portanto, a análise sobre esta forma de violência tem de ter como base o género. Pois, considera-se um fenómeno autónomo, com causas próprias. Aqui o género assume uma unidade de análise fundamental para a sua compreensão, que de outro modo, as restantes teorias não seriam suficientemente eficazes para compreender a violências nas relações de intimidade. A par do conceito temos o conceito de poder porque nos encontramos numa sociedade patriarcal, onde a violência por parte do homem é legitimada (Yllo, 1993 cit. in Dias, 2018).

Na teoria feminista, a violência de género, é vista como um conceito central, considerando que a violência contra a mulher está na base de uma ideologia patriarcal, que incute desde cedo condutas de violências que são postas em prática em diversos contextos, perpetuando o poder e o controlo. Portanto, será esta ideologia um fator primordial para explicar a violência contra a mulher. Demonstra-nos que existem normas patriarcais vigentes que legitimam os comportamentos violentos

os homens aprendem, desde cedo, técnicas violentas que põem em prática em contextos que fomentam a agressão, com vista à manutenção do poder e do controlo. Por seu turno, a mesma teoria assegura que as vítimas não recebem assistência do sistema social e legal, o que encoraja os agressores (Lenton, 1995 cit.in Dias, 2018, p.14).

4.2. Enquadramento legal

Apresentamos em seguida o enquadramento legal da violência doméstica procurando demonstrar quais os instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, os planos nacionais contra a violência doméstica e a estratégia para a igualdade e a não discriminação (ENIND) 2018-2030.

4.2.1. Instrumentos jurídicos internacionais e nacionais

Embora a violência doméstica não seja um fenómeno recente, a sua visibilidade e preocupação como problema que mereceu destaque na agenda política, surge, em Portugal, nos anos 80/90 do Seculo XX. Na década de 90 inicia-se a problematização da violência doméstica, fruto das preocupações internacionais e dos compromissos assumidos por Portugal, nas convenções internacionais, resultando numa profunda transformação social na área. O reconhecimento como um problema deve-se, em grande parte, aos movimentos e organizações feministas, numa fase inicial, e posteriormente, pelo destaque nos meios de comunicação social. Nem sempre um problema social chega à agenda política e conseqüentemente à produção de políticas públicas que conduzam à eliminação do problema

mas, na maior parte das vezes, as políticas públicas têm por base o reconhecimento ou aceitação de determinada situação como desvantagem, afetando apenas algumas pessoas, ou como fonte de danos, implicando uma ação dirigida a determinadas categorias da população, e não necessariamente uma ação geral, ou ainda enquanto a violação de direitos humanos, obrigando a uma ação política, global, compreensiva e abrangente (Costa, 2018, p.124

Com base em Calvalcanti (2018) entre os anos 1975-1985 foi considerada a década da mulher e juntamente com o Ano Internacional da Mulher (1975) levou a que a sociedade internacional criasse mecanismos direcionados à erradicação da violência, sendo que os planos foram ratificados pelos Estados que pertenciam à Organização das Nações Unidas (ONU). Foram criadas estratégias que atuassem na prevenção e combate à violência contra as mulheres e Portugal não foi exceção, tendo implementado vários planos e estratégias com esse fim.

De modo a enquadrar os esforços realizados ao longo destes anos, serão elencados os principais instrumentos implementados relativos a esta matéria.

Elencando algumas das orientações internacionais fundamentais para a criação de políticas públicas para a violência doméstica, das quais Portugal é Estado Parte, destacamos a Organização das Nações Unidas (ONU), com a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), que foi adotada pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas e ratificada por Portugal em 1980. Outro instrumento, pela ONU, foi a Declaração de Pequim, abordada anteriormente.

Após a entrada de Portugal no Conselho da Europa em 1976, e aqui é de destacar a Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, através da Convenção de Istambul. Foi criado o primeiro instrumento europeu que inclui todas as formas de violência contra as mulheres: psicológica, perseguição (*stalking*), física, sexual e assédio sexual (Paulino & Rodrigues, 2018).

Portugal, ao longo destas décadas tem direcionado esforços preventivos e interventivos, através da criação de Políticas Públicas e Planos Nacionais para o combate à violência doméstica, à violência contra a mulher, à desigualdade de género e à discriminação. É estado parte nos instrumentos internacionais relativamente a esta matéria. Na estratégia mais recente procura medidas mais amplas, um envolvimento e compromisso de todos nas medidas a adotar.

Como pode ser verificado nos pontos 1) e 2), do artigo 13.º, da Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de abril de 1976, o princípio da igualdade,

todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei;
Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer

direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

Em 1991 foi aprovada a Lei n.º 61/91 de 13 de agosto, para garantir a proteção adequada às mulheres vítimas de violência, cujo objetivo primordial foi “o reforço dos mecanismos de proteção legal devida às mulheres vítimas de crimes de violência (...)”.

No ano de 1995 foi realizado o 1º inquérito em território nacional cuja pesquisa incidia sobre o estudo da violência contra as mulheres, restringida ao âmbito da violência conjugal, e outra pesquisa sobre a extrema violência conjugal, o homicídio. Os dados do inquérito mostraram que 52,2% das mulheres, em Portugal, “declararam ter sido vítimas de pelo menos um ato de violência”, sendo que, a violência física e a violência psicológica ganham lugar de destaque no espaço doméstico e são perpetuadas, principalmente, pelo homem (marido/companheiro). Aqui colocava-se a dúvida se, o número reduzido de situações de violência sexual, no cerne da violência doméstica, não ocorre porque não são percecionados como uma forma de violência por parte das mulheres. No que diz respeito às ruturas violentas da conjugalidade, as mulheres são as principais vítimas deste crime, sendo que este tipo de crime atinge em maior número “as pessoas dos estratos sociais mais baixos, que estão em contexto de grande constrangimento social ao divórcio/separação”. Muitas das vezes, as mulheres, tornam-se agressoras posteriormente a serem vítimas, e fazem-nos após sofrerem agressões (Lourenço, Lisboa, Pais, 2008). Os factos obtidos através do inquérito contribuíram para o avanço da ação política sobre o problema.

No mesmo ano (1995) é realizada a IV Conferência de Mulheres em Pequim, considerada a maior e mais importante “pelo número de participantes que reuniu, pelos avanços conceituais e programáticos que propiciou, e pela influência que continua a ter na promoção da situação da mulher” (Viotti, 1995, p.148). Foram identificadas 12 áreas de preocupação prioritária, entre elas a violência contra a mulher; a desigualdade na participação nas estruturas económicas e acesso a recursos. O conceito de género, a noção de empoderamento e o enfoque na transversalidade foram três das inovações adotadas.

4.2.2. Planos nacionais contra a violência doméstica

Em 1997, surge o Plano para a Igualdade de Direitos e Oportunidades e, apesar da igualdade entre homens e mulheres ser um dos princípios fundamentais da nossa Constituição e de serem vários os esforços nesse sentido, essa igualdade não se verificaria

na prática. Como consta na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, que embora se verificasse uma melhoria a vários níveis (e.g. lugares de decisão política, plano demográfico, plano económico), não foi suficiente quer no estatuto social das mulheres, quer no gozo pleno da cidadania, portanto, foi expresso na resolução que

tendo em conta os objetivos do XIII Governo Constitucional ao nível das políticas para a igualdade de oportunidades entre as mulheres e homens, os compromissos assumidos pelos países signatários da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres e o carácter prioritário destas políticas com vista ao desenvolvimento económico sustentado, ao alargamento da cidadania e ao aprofundamento da democracia, considera-se fundamental a aprovação do Plano Global para a Igualdade de Oportunidades.

O plano tinha como objetivos: 1. Integrar o princípio da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todas as políticas económicas, sociais e culturais; 2. Prevenir a violência e garantir a proteção adequada às mulheres vítimas de crimes de violência; 3. Promoção da igualdade de oportunidades no emprego e nas relações de trabalho; 4. Conciliação da vida privada e profissional; 5. Proteção social da família e da maternidade; 6. Saúde; 7. Educação, ciência e cultura.

Mais tarde, em 1999, na Resolução do Conselho de Ministro n.º 55/99, é aprovado o Plano Nacional contra a violência doméstica. Consta no plano que a “violência doméstica é do âmbito social e psicológico. Tem raízes no mais profundo dos indivíduos, mas também nas ideias, valores e mitos que estruturam a sociedade” e teve como objetivos a criação de medidas com vista à sensibilização e prevenção da violência doméstica; a intervenção no sentido de proteger as vítimas e, também, a investigação e estudos que permitissem a compreensão do problema. Com vista à proteção mais efetiva da vítima, foi aprovada a Lei n.º 107/99, de 3 de agosto, com a criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, também designadas de casas abrigo.

Em 1999 o problema da violência tem grande avanço a nível político porque passa do espaço doméstico, esfera privada, para a esfera pública.

Em 2002, através do Conselho de Ministros dos Estados-membros do Conselho da Europa, foi criado o 1º instrumento jurídico internacional como estratégia de prevenção e proteção das vítimas incluindo qualquer forma de violência baseada no género (Costa, 2018, p. 128).

Em 2003, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, aprova o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, com o objetivo de intervir no combate à Violência exercida sobre as mulheres no espaço doméstico.

No ano de 2007, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, é aprovado do III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010) que

corresponde a uma fase de consolidação da política nacional no domínio da igualdade de género, dando cumprimento aos compromissos assumidos quer a nível nacional, nomeadamente no Programa do XVII Governo Constitucional e nas Grandes Opções do Plano (2005-2009), quer a nível internacional, designadamente no Roteiro para a Igualdade entre Homens e Mulheres (2006-2010) da Comissão Europeia

e tem como objetivo o combate à desigualdade de género, em todos os domínios da área social, política económica e cultural e foram definidas cinco áreas estratégicas de intervenção.

Em 2011, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, foi implementado o IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação (2011-2013), com atuação em catorze áreas estratégicas e pretendia

afirmar a igualdade como factor de competitividade e desenvolvimento, numa tripla abordagem. Por um lado, o reforço da transversalização da dimensão de género, como requisito de boa governação, de modo a garantir a sua integração em todos os domínios de actividade política e da realidade social, para se construir uma cidadania plena nas esferas pública e privada. Por outro, a conjugação desta estratégia com acções específicas, incluindo acções positivas, destinadas a ultrapassar as desigualdades que afectam as mulheres em particular. E ainda, a introdução da perspectiva de género em todas as áreas de discriminação, prestando um olhar particular aos diferentes impactos desta junto dos homens e das mulheres

Em 2013, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013 foi aprovado o V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017), “inclui uma forte componente de transversalização da dimensão da igualdade de género na atividade de todos os ministérios, constituindo um importante meio para a coordenação intersectorial da política de igualdade de género e de não -discriminação em função do sexo e da orientação sexual” p. O reforço incide-se essencialmente na intervenção na área da saúde, educação e trabalho, como sendo as áreas onde devem ter maior investimento para o alargamento e aprofundamento de medidas.

4.2.3. Estratégia para a igualdade e a não discriminação (ENIND) 2018-2030

O XXI Governo Constitucional “reconhece a igualdade e a não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal, enquanto país que realiza efetivamente os direitos humanos e que assegura plenamente a participação de todas e de todos” (Presidência do Conselho de Ministros, 2018). Atualmente, com a elaboração da Estratégia para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND)- Portugal + Igual que está alinhada com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável -Agenda 2030. A estratégia está apoiada em três Planos Nacionais de Ação

que definem objetivos estratégicos e específicos em matéria de igualdade entre mulheres e homens (IMH), prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica (VMVD) e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (OIC).

A estratégia é alinhada com a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com a elaboração de 3 planos nacionais de ação:

que definem objetivos estratégicos e específicos em matéria de igualdade entre mulheres e homens (IMH), prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica (VMVD) e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade de género e características sexuais (OIC)(R2/2018).

Esta estratégia integra nos planos como preocupação central a eliminação de estereótipos de género uma vez que, estes estarão na base da discriminação, não permitindo que se atinja a igualdade (R2/2018).

A violência doméstica atualmente é um crime público, mas nem sempre assim foi. Um grande passo a nível legislativo ocorreu em 2000, aquando a implementação da lei n.º 7/2000, de 27 de maio, no qual o crime de maus-tratos contra cônjuges passou a ser considerado um crime público. Mas tarde, em 2007, com a lei n.º 59/2007, de 4 de setembro, ocorreu uma alteração e a violência doméstica passou a ser um tipo legal de crime (artigo 152º do código penal). Em 2010 foi criado o “Estatuto da vítima” (portaria 229-A/2010, de 23 de abril) (Paulino & Rodrigues, 2016).

4.3. Rutura das relações violentas

Neste capítulo pretende-se abordar a rutura de um relacionamento violento, altura em que se quebra o ciclo de violência doméstica e se procura mecanismos e estratégias para deixar a relação em segurança. Nem todas as vítimas rompem com este ciclo, portanto procuramos explicar possíveis entraves para a rutura. Para além disso, o término das relações violentas é o passo em que as vítimas procuram mecanismos, estratégias, suporte e apoios para que esta saída ocorra em segurança quer para si quer para os seus filhos (no caso de existirem). É uma decisão difícil em que o medo e a insegurança ganham poder. Ao longo deste capítulo também serão abordadas as respostas sociais existentes de proteção às vítimas, como e quando intervêm e o papel que desempenham.

Em todas as fases, mas sobretudo nesta, os/as profissionais que intervêm junto das vítimas têm um papel fundamental e devem estar preparados para lidar com esta problemática para que o acompanhamento seja marcado pelo respeito da dignidade humana e pela decisão das vítimas. Valorizar os seus sentimentos e não desvalorizar aquilo que ela está a passar porque correm o risco de uma vitimização secundária. Por vezes, torna-se como um fator de entrave quer para a saída ou até faz com que a vítima regresse à habitação e conseqüentemente para a relação violenta (Bruhn & Lara, 2016).

Existem alguns fatores que explicam a manutenção das vítimas em relações violentas, a título de exemplo a APAV (2012) elenca alguns motivos como o facto das vítimas poderem não reconhecer o comportamento do companheiro como violento; acreditam na mudança e que aquele comportamento não se repetirá; por vergonha; por medo de sentirem discriminação; por medo da reação do agressor; por não sentirem força para enfrentarem a rutura; por não quererem deixar a casa, os filhos e outras coisas importantes para si; por serem dependentes economicamente do agressor; por não quererem perder o estatuto económico/social; pela ausência de uma rede de suporte familiar e social. A autora Bandeira (2014) acrescenta atos de medo e sentimentos que são apreendidos socioculturalmente; medo de novas agressões e a perda da guarda dos filhos.

Todos os apoios tanto institucionais e aqueles que possam constituir a rede de suporte familiar e de amigos apresentam-se como um pilar para a reorganização e construção do projeto de vida da vítima. Existem várias formas que contribuem para tal e uma das respostas é a integração em casa abrigo, que embora não seja a única existente, para muitas vítimas apresenta-se como a única alternativa (Serra, 2014).

4.3.1. Respostas sociais e proteção das vítimas

A nível nacional existem respostas sociais e estruturas de apoio para as vítimas, algumas delas mesmo especializadas para o apoio de vítimas de violência nas relações de intimidade e que procuram ser eficazes no acompanhamento e encaminhamento das vítimas, procurando um suporte emocional, social, psicológico e jurídico. Serão elencadas as respostas existentes no terceiro setor e no setor público, bem como a rede de apoio formal e informal existentes. A rede de suporte primária nem sempre é eficaz ou até inexistente, portanto a rede institucional é um sustentáculo para a rutura do ciclo (Serra, 2014, p. 13). O estado constituiu-se assim um elemento regulador na implementação de uma rede de apoio estruturada com profissionais especializados na intervenção e combate da violência doméstica e integram respostas sociais públicas e privadas (Almeida, 2008 cit. in. Serra, 2014).

No que diz respeito aos serviços de proteção e integração social detemos estruturas de atendimento especializado (e.g. núcleos, centros e gabinetes de atendimento) e de acolhimento. A primeira constituída por uma equipa pluridisciplinar que assegura o atendimento especializado, o apoio e o encaminhamento das vítimas. No que concerne ao acolhimento, a nível nacional temos a rede de casas-abrigo, que acolhem as vítimas temporariamente e os seus filhos quando necessitam de manter a sua segurança e bem-estar. São acolhidas em estruturas próprias e não identificadas que serão analisadas posteriormente (Instituto da Segurança Social, 2009 cit. in Serra, 2014).

A intervenção social ocorre a partir do terceiro setor, do setor público reforçada pela rede de suporte formal e informal. A nível do terceiro setor existe a **Associação de Mulheres Contra a Violência** (AMCV) que promove a garantia dos direitos humanos, nomeadamente os direitos das mulheres, crianças e jovens; a **União de Mulheres Alternativa e Resposta** (UMAR), representada pelo Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres (CIDM); a **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima** (APAV) que apoia vítimas de violência dando apoio social, psicológico e jurídico (Martins, 2015). A intervenção social do setor público é constituída pela **Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género** (CIG) que se responsabiliza pela promoção e defesa de igualdade entre homens e mulheres e esta Comissão tem um protocolo em colaboração com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, P.I), para dar resposta a nível de habitação para as vítimas de violência doméstica contribuindo para o processo de autonomização das mesmas; pela **Guarda Nacional Republicana** (GNR) presta apoio policial às vítimas e tem Núcleos de Investigação e de Apoio a Vítimas

Específicas (NIAVE) direcionado para a violência sobre as mulheres e crianças; pela **Polícia de Segurança Pública (PSP)** que é uma força de segurança pública, com estruturas de apoio às vítimas de violência doméstica com Equipas de Proximidade e Apoio às Vítimas (EPAV) e o Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima (GAIV) da PSP do Porto; pelo **Instituto da Segurança Social I.P.**, apoia e acompanha a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, faz o levantamento das necessidades das mesma e em caso de se encontrarem desempregadas é atribuído o Rendimento Social de Inserção (RSI); pelo **Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)** com particular atenção no apoio às vítimas de Violência quer na inscrição quer no encaminhamento para medidas de emprego e formação, bem como na divulgação das ofertas de emprego existentes; pelo **Serviço Nacional de Saúde (SNS)** na formação de profissionais de saúde para este problema em concreto, dotando-os de ferramentas e mecanismos para a identificação de possíveis vítimas (Martins, 2015).

As casas abrigo constituem a principal rede de apoio formal e serão analisadas posteriormente neste estudo e os familiares, amigos e vizinhos são a principal rede de apoio informal. Esta última torna-se um suporte de extrema importância para a quebra do ciclo de violência, podendo criar as condições necessárias para que a rutura se concretize. Apresentam-se também como suporte das vítimas e ajudam a que esta procure respostas sociais, nomeadamente as que estão elencadas anteriormente. Algumas vítimas recorrem à habitação de familiares ao invés de casas abrigo. Se por um lado podem ser fulcrais no contribuindo para que a vítima saía da relação em segurança, por outro, muitos são aqueles que não intervêm ou não valorizam, nem validam os sentimentos das mesmas (Martins, 2015). Nos casos em que a vítima vai para a casa abrigo e têm uma boa rede de suporte informal, esta procura ajudar a mesma a sair em segurança da habitação. De referir ainda que, por vezes, depois da ajuda para a concretização da rutura, a vítima retoma a casa, para junto do agressor e a rede de suporte informal torna-se mais reticente para ajudar novamente.

4.4. Autonomização e projeto de vida

Após a panóplia apresentada de respostas de apoio quer do Estado ou das instituições do terceiro setor, que reúne os serviços de apoio às vítimas de violência contra as mulheres nas relações de intimidade, de seguida serão apresentadas as respostas de apoio APAV e casas abrigo presentes na (re)construção de um projeto de vida para as

vítimas. Estas não são as únicas que trabalham nesse sentido, no entanto, são aquelas que irão sustentar a investigação, fazendo parte integrante da mesma.

4.4.1. O processo na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) pertencente à resposta de intervenção social do terceiro setor, já analisada no primeiro capítulo desta monografia, e, portanto, não querendo alongar muito, mas reforçando o seu papel na resposta junto da das mulheres vítimas nas relações de intimidade, reforçamos que esta resposta procura, junto das vítimas, a reconstrução de um projeto de vida. Os gabinetes da APAV apoiam as vítimas durante todo o processo após e aquando a rutura, nos variados serviços de apoio disponíveis (social, psicológico e jurídico) para que ultrapassem a situação vivenciada. De um modo geral, no apoio social são mobilizados todos os recursos necessários para darem respostas às necessidades das vítimas (e.g. habitação, emprego, educação, formação) articulando com os diversos serviços e instituições, elaborando assim um relatório individual de cada utente. No apoio psicológico procura-se uma intervenção que minimize o sofrimento da vítima e possível encaminhamento (quando estão presentes psicopatologias). No apoio jurídico procura-se prevalecer os direitos das vítimas e explicar à mesma, quais os processos judiciais que podem estar em causa (Martins, 2015).

4.4.2. Integração em casa abrigo

As casas abrigo compõem a rede de apoio formal e o seu encaminhamento ocorre após a rutura do ciclo de violência e aquando a procura de apoio externo face à situação vivenciada. Após o contacto junto das redes de apoio (e.g. centros de atendimento, linhas de apoio telefónico), as vítimas poderão ser encaminhadas para uma casa abrigo (Martins, 2015), juntamente com os seus filhos menores. Será realizada uma avaliação do problema, através da realização de um diagnóstico elaborado por técnicos/as especializados/as, no sentido de perceberem o grau de risco tanto para as vítimas, dependentes e quanto ao perfil do próprio agressor, sendo que se poderá verificar a necessidade de um pedido de acolhimento em casa abrigo. O acolhimento em casa abrigo implica deixar a sua casa, restringir os seus contactos e, nos casos em que se encontram empregadas, terão de deixar ou pedir transferência confidencial do emprego e, nas situações em que têm os/as seus/suas filhos/as, estes terão de mudar de escola. Quando ocorre um encaminhamento para uma casa abrigo, a decisão deve ser “informada, consciente e voluntária da mulher” (CIG, 2009, citado por Martins, 2015 p. 40). Esta resposta surge como forma de garantia de segurança, bem como na procura de um novo projeto de vida.

Os poucos recursos económicos, o baixo nível educacional e o emprego precário apresentam-se como fatores que fazem com que se recorra a esta resposta (Rogers apud Grossman e Lundy, 2011; Galano, Hunter, Howell, Miller e Graham-Bermann, 2013, citado por Martins, 2015).

As Casas de Abrigo são espaços residenciais de acolhimento temporário (6 meses) que têm como objetivos: proporcionar às mulheres, e aos/às seus/suas filhos/as menores, uma alternativa habitacional segura e temporária, garantindo as condições necessárias à educação, saúde e bem-estar; promover aptidões pessoais, profissionais e sociais; e fomentar a mudança de modo a que a mulher se torne, de forma progressiva, mais apta a definir e a prosseguir o seu projeto de vida (Magalhães, Castro e Forte, 2013, citado por Martins, 2015, p.42).

4.5. Classes e desigualdades sociais

Após uma análise cuidada ao tema em estudo, torna-se igualmente necessário falarmos sobre classes e desigualdades sociais para uma compreensão mais detalhada das teorias e conceitos que sustentam ambos os temas e, deste modo, percebermos em que medida se relacionam com a violência de género contra a mulher nas relações de intimidade. O estudo acerca das classes, não é, atualmente, um tema central para a sociologia, mas ao longo dos anos, esta ciência, entre os variados objetos de estudo, tomou como tema preferencial as relações de poder e as desigualdades sociais. Embora estejamos a falar de dois campos de estudo autónomos (classes e desigualdades) existem, no entanto, linhas que se cruzam. Segundo Machado (2005, p.1)

por muito mais elementar e homogénea que seja uma sociedade ou um grupo, as relações que se estabelecem entre os indivíduos revelam sempre algum grau de assimetria: logo, configuram-se relações de poder que, por sua vez, refletem um determinado nível ou padrão de desigualdade.

As grandes teorias das classes surgem com os clássicos Marx e Engels, aquando da Revolução Industrial em Inglaterra. Entre os vários autores que debruçaram os seus estudos sobre o tema, Marx (1985), Weber e Durkheim, apesar de apresentarem perspetivas distintas, trouxeram “visões modernas do mundo do trabalho” e prestigiadas contribuições para a teoria de classes (Estanque & Costa, 2018, p.264). Importa aqui elencar os dois primeiros, uma vez que trouxeram debates importantes sobre o tema e permitiram uma maior compreensão sobre a teoria de classes e desigualdades sociais. Marx, ao longo do seu trabalho não definiu o conceito de classe, mas o seu estudo demonstrou o que se entenderia por classe, exploração, opressão e alienação permitindo

reunir algumas ideias chave. Segundo o autor, nessa época, as desigualdades surgiam sobretudo em dois grandes grupos, os “trabalhadores assalariados” e os “proprietários dos meios de produção ou capitalistas”, instaurando-se o conflito entre o trabalho e o capital (Estanque & Costa, 2018, p.263). Esse conflito assentava nas desigualdades económicas que se faziam sentir. As classes, por sua vez, não se definiam a partir do nível de renda, mas sim tendo em conta o maior ou menor acesso a um produto a que determinado grupo poderia ter direito, em função da sua posição na estrutura de classes (Collins, 1994, cit. in. Estanque & Costa, 2018). A forma capitalista de produção que imperava separava cada vez mais estas duas classes, dificultando a existência de classes intermediárias. Para Marx, a forma de eliminar o capitalismo seria então com o reforço classe operária na sua oposição em relação à classe capitalista, o que levaria, por fim, à ausência de classes (Edgell, 1993, cit.in. Estanque & Costa, 2018).

Marx também apresenta o conceito de emancipação humana que se baseava na crença de que todas as pessoas podiam emancipar-se na sociedade, efetivando assim o término do sistema capitalista, uma vez que, como refere o autor, é na sociedade capitalista que os trabalhadores são explorados (Carloto & Damião, 2017). Portanto, coloca-se aqui em ênfase (e relacionando com o tema central desta monografia) qual seria o papel da mulher e as suas condições na sua sociedade, em que medida a mulher, as classes e o capitalismo se enquadram neste assunto. Temos vindo a descrever conceitos como poder, patriarcado, sendo que este conceito e o de capitalismo estão relacionados. Para explicar de que forma esses conceitos se cruzam, é necessário fazer alusão à divisão sexual do trabalho, em que são determinados trabalhos para mulheres e trabalhos para homens, bem como é também concebida uma hierarquia onde os trabalhos são mais ou menos valorizados, neste caso seriam os dos homens, os de mais valor (Daniele Kergoat, 2000 cit. in Carloto & Damião, 2017). Embora a dominação masculina não tenha surgido no capitalismo e sim no patriarcado “a opressão das mulheres oriunda do patriarcado é apropriada e refuncionalizada a fim de intensificar a exploração capitalista e manter privilégios da classe dominante - nesse caso, a classe dominante tem classe, sexo e cor” Carloto & Damião, 2017).

Como afirmam Carloto & Damião (2017) o capitalismo “se utiliza de papeis e estereótipos socialmente impostos, oriundos do patriarcado, para intensificar e garantir a reprodução da força de trabalho, uma vez que se utiliza do trabalho não remunerado das mulheres na esfera reprodutiva”. Aliás, o próprio conceito de cidadania terá sido criado

por homens para que as mulheres não estejam dentro desse padrão. Essa diferença passou a constituir uma desigualdade, como retratado mais à frente (Carloto & Damião, 2017).

Em suma, toda a construção social acarreta na história inúmeras formas de desigualdade, em que as pessoas não sendo vistas como um todo, formam, assim, grupos e, dentro desses grupos, nem todos usufruem da mesma posição ou detêm igual acesso a direitos e deveres. Embora o fator económico seja importante para perceber a posição dos indivíduos na hierarquia social, para outros autores, não é suficiente para a compreensão das desigualdades sociais (Machado, 2005). A teoria de Marx terá dois equívocos porque a sua abordagem não é compatível com a realidade social, hoje, pois não existe mais essa dicotomia (e.g. atualmente temos a denominadas classes médias) e também porque o fator económico não é o único explicativo das desigualdades sociais.

Segundo Weber (1989, p.737 cit. in. Machado, 2005) o poder é a “possibilidade que um homem ou uma polaridade de homens tem de fazer prevalecer a sua própria vontade numa atuação comunitária, mesmo contra a resistência de outros intervenientes”. Weber também desenvolveu a sua teoria sobre classe social em torno da estratificação social. Para o autor existiam duas grandes classes, as privilegiadas (proprietários e comerciais) e as desprivilegiadas (as qualificadas, as semiquificadas e as sem qualificação) e entre estas apercebeu-se da existência de classes intermediárias. Assim sendo, para o autor, ao contrário de Marx, existiam quatro classes (trabalhadora, pequena burguesia, os especialistas e a classe privilegiada) (Edgell, 1993 cit. in. Estanque & Costa, 2018, p.263). Weber também constrói a sua teoria em torno do conceito de estratificação social e, ligado a esse, do conceito de poder, atribuindo-lhe especial atenção para uma compreensão do primeiro. Pois a forma como se distribui a ordem social está relacionada com a distribuição de poder (e.g. económico). A estratificação é a forma de organização dos indivíduos na sociedade e a posição em que um indivíduo se encontra numa determinada sociedade não está relacionada apenas com o poder económico, mas também, com a honra e o poder político (Lemos, 2012). O autor ainda definiu 3 dimensões de desigualdade, sendo elas a classe, referindo-se às oportunidades da vida, a distribuição de poder e o prestígio social, associado a um estilo de vida desejado por outros. Ao contrário de Marx, Weber acrescentou à sua teoria vários elementos (culturais, morais, estilo de vida), e não apenas o fator económico, para a conceção da sua ideia de classes sociais (Weber, 1976 cit.in. Estanque & Costa, 2018).

Em Portugal, atualmente, os estudos sobre classes estão a tornar-se escassos e aqueles que existem são de natureza mais subjetiva. A realidade social na sua

complexidade faz despertar o interesse pelo estudo e compreensão de outros temas (e.g. “diferença sexual”), e a classe deixa de ser o foco. No entanto, o estudo sobre classes mostra-se pertinente para a compreensão das desigualdades sociais atuais, articulando-se com outras formas de desigualdades e inserindo-se no contexto em que determinado grupo está inserido.

Em Portugal, os estudos existentes sobre classe centravam-se na teoria marxista e numa perspetiva compreensiva sobre as desigualdades sociais (Estanque, 2005). Segundo Santos (1998) a teoria marxista procurou demonstrar que as causas da exploração se deviam ao capitalismo, ao contrário do que demonstra o autor John Roemer que considera que o trabalho não é a única forma de exploração. O autor centra-se no conceito de exploração, aplicando a teoria a qualquer forma de exploração não se restringindo ao meio privado de produção. Procura a teoria da justiça sustentada pela distribuição equitativa de recursos. Na sua teoria, os grupos são explorados se a distribuição de recursos não ocorrer dessa forma (Santos, 1998).

O conceito de exploração surge no enfoque de Roemer" puramente definido em termos de relações de propriedade" (Roemer, 1989a:9). Seu objetivo é formular uma teoria que seja operativa inclusive na ausência de propriedade privada dos meios de produção. Almeja-se a construção de uma metateoria da exploração aplicável a qualquer modo de produção. Ela é melhor caracterizada em termos da propriedade de recursos produtivos e a sua condição necessária e suficiente é a distribuição desigual desses fatores. A propriedade diferencial dos meios de produção é destacada como a causa principal da exploração capitalista. Uma pessoa ou grupo são explorados se não têm acesso a uma participação justa (equitativa) nos ativos produtivos alienáveis da sociedade. A teoria da exploração é também uma teoria da justiça baseada na igualdade de recursos (Roemer, 1989a:104, 113 e 123 cit.in. Santos, 1998).

Para Wright, a classe não será a causa mais determinante para explicar um certo fenómeno. Na perspetiva do autor, o que distingue a teoria marxista das restantes é que a classe social é a razão para a opressão económica e exploração. Por outro lado, nas relações sociais há uma distribuição desigual de direitos e poderes sobre os “recursos produtivos básicos da sociedade e os resultados do seu uso” (Whight, 2004, cit. in. Santos, 2008, p.1). Das relações de classe geram-se conflitos sociais pela assimetria existente a nível de acesso quer a direitos e poderes, bem como no acesso às oportunidades. As pessoas terão de fazer escolhas profissionais e de consumo.

Na sociologia é utilizado o termo multidimensionalidade das desigualdades sociais, uma vez que, estas assumem várias formas e dimensões, sendo que, com base em

Machado (2015) as principais dimensões são a classe, étnico-raciais e de género. Quando falamos em tipos de desigualdades são destacadas as vitais, as existenciais e as de recursos. Aqui importará abordar as desigualdades existenciais, visto que é neste tipo onde se insere a dimensão do género. De acordo com Theborn (s.d., cit. in. Machado, 2015, p.4) as desigualdades existenciais referem-se ao reconhecimento “de cada ser humano enquanto pessoa, da possibilidade de cada um prosseguir livremente projetos de vida, do acesso aos direitos (...) o contrário (...) é o estigma (...) a escravatura, o patriarcado ou o racismo ilustram historicamente este tipo de desigualdades”. Estas desigualdades são fortemente vincadas e persistentes que acabam por formar as categorias sociais, fazendo assim perdurar no tempo a existência de grupos e até populações na sua totalidade. A sua persistência poderá dificultar a saída das pessoas desses grupos e, em diversas situações, fazer acentuar as desigualdades, nomeadamente no acesso a diversos bens e recursos (Machado, 2015). É aqui que encaixamos as desigualdades de género, fortemente enraizadas, em todo o mundo e dificultam a saída de muitas mulheres de situações injustas, no acesso a bens e recursos. O trabalho também surge aqui inserido numa dicotomia, ou seja, por um lado cria desigualdades e, por outro, potencia a saída de situações desiguais, abrindo portas para a saída de tais dimensões.

Hoje, a classe concorre, e muitas vezes, articula-se com outros fenómenos e movimentos sociais (e.g. diferença sexual, religiosa) que também se apresentam como campos dinâmicos da ação coletiva. No entanto, a classe ainda é um fator explicativo da estruturação das desigualdades. A dimensão socioeconómica apresenta-se fulcral para a análise social. Por outro lado, “as desigualdades, não só continuam a ter no fator económico a sua pedra de toque incontornável, como assentam em estruturas e mecanismos relacionais (...) tendentes a assegurar privilégios e a reproduzir múltiplas formas de opressão e exclusão social” (Estanque, 2005, p.2).

4.6. Desigualdades sociais e género

As desigualdades sociais sempre existiram nas sociedades, mas a ideia atual que povoa as sociedades de hoje acerca das desigualdades não se equipara aquela que dominava as sociedades antigas. Fernandes (2000) faz referência a dois tipos de desigualdade no sistema social, se antes, nas sociedades mais tradicionais, as diferenças existentes eram associadas a um destino traçado e eram aceites, hoje, muitas dessas diferenças são vistas como injustas e nem sempre aceites.

Na linguagem corrente escuta-se por diversas vezes o termo desigualdades sociais, mas nem sempre aquilo que o senso comum interpreta sobre o seu significado é o mais correto. Com efeito, as interpretações são diversas, com a emissão de juízos de valor e com a crença de que as desigualdades têm de ser eliminadas. Segundo Machado (2015, p.1) as desigualdades sociais não são

meras diferenças sociais entre grupos ou populações com estilos de vida distintos ou culturas específicas. Os comportamentos diferenciados dos vários grupos sociais e, mais genericamente, as diferenças culturais de todos os tipos, não são, em si, desigualdades sociais, na medida em que essas diferenças não se expressam em termos de mais ou menos recursos, bens ou oportunidades, em termos de vantagens e desvantagens, ou sob a forma de hierarquias sociais. Outra coisa é os valores culturais poderem constituir-se como causas de desigualdade social (...) também não são diferenças de talentos, capacidades e desempenhos individuais.

Para o mesmo autor as desigualdades sociais são, antes,

diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, que se estabelecem entre pessoas, grupos sociais ou mesmo populações inteiras. (...) essas diferenças de acesso a bens, recursos e oportunidades existem independentemente dos talentos, capacidades e desempenhos individuais. Ou seja, há pessoas e grupos com talentos, capacidades e desempenhos destacados que terão fraco acesso a esses bens, recursos e oportunidades, e outras pessoas e grupos que têm amplo acesso a eles sem disporem de talentos ou capacidades que se salientem ou sem terem desempenhados especialmente meritórios (2019, p.2).

Atualmente, as diferenças, as desigualdades, nas sociedades contemporâneas são vistas como uma forma de injustiça, num mundo onde a equidade, igualdade e liberdade são tidos como objetivos principais. Hoje, reconhecem-se várias formas de desigualdade, como as desigualdades económicas e identitárias, a que se associa um sentimento de exclusão social.

Em resultado das inovações tecnológicas e do progresso económico, em simultâneo com um mercado competitivo bastante seletivo e agressivo, imprimem uma outra configuração aos problemas sociais. Trata-se de desigualdades que desagregam o tecido social e alteram a relação entre os indivíduos. (...). As desigualdades atuais traduzem-se em forma de desintegração social. (Fernandes, 2000, p.206)

Das variadas formas de desigualdade, não excluindo a importância de qualquer uma delas para a compreensão de fenómenos e problemas sociais, iremos explorar a

desigualdade de género, analisando o seu conceito e de que forma está na origem da exclusão social de indivíduos numa sociedade.

Temos vindo a explorar conceitos como género, violência de género e de que modo se relacionam com relações de poder, o que nos conduz à reflexão do modo como esses conceitos se relacionam com o de desigualdade, e neste caso de género. Essa forma de desigualdade, também determinada por relações de poder, leva-nos ao tema central que é a violência de género contra as mulheres nas relações de intimidade. Para além disso, mais adiante, será importante percebermos que outras formas de desigualdade, entre elas, a de género, estão presentes, quando uma mulher sai de uma relação violenta.

Segundo Zanatta e Faria (2018, p.1) a desigualdade de género e a violência contra a mulher “repousam sobre o capitalismo excludente”. Nas relações de poder, que se penetram subtilmente e em grande parte invisíveis, são manifestadas desigualdades.

Com base em Mauritti, Nunes, Alves e Diogo (2019) as desigualdades sociais são notáveis no território português, quer no que diz respeito à desigualdade de rendimentos, quer às múltiplas outras formas de desigualdades, entre as quais, a de género. Essas desigualdades apresentam-se assimétricas e vieram a agravar-se com a crise global. Verifica-se que o baixo nível de qualificações escolares e profissionais verificados num determinado país dificultam o seu desenvolvimento arrastando consequências a nível económico e social que conduzem ao agravamento das desigualdades sociais.

Também segundo Machado (2005) as relações entre os indivíduos na sociedade, denotam-se, em certa medida, como relações assimétricas que estão relacionadas com relações de poder e que geram desigualdade.

O capitalismo e a exploração terão conduzido a uma desigualdade de género e a um sistema que não permitiria a mulher pertencer a todas as esferas da sociedade e ainda, hoje, as consequências desse mesmo sistema são visíveis. Uma das consequências é desigualdade e a violência de género. Aqui recordemos o conceito de emancipação humana, de Marx, procurando perceber de que modo se atingira essa emancipação quando grupos estão a ser marginalizados, não têm igual acesso e cujas liberdades, direitos e justiça lhes são negados (Carloto & Damião, 2017). Para que a emancipação se efetive terão de ser consideradas todas as formas de opressão a que estão sujeitas como a de classe, género e raça/etnia. Tudo que tem vindo a ser aqui abordado leva a uma desigualdade de género, fazendo com que mulheres não tenham acesso idêntico a todas as áreas da vida, nem tenham os seus direitos e liberdades garantidas.

4.7. Indicadores de desigualdade económica

A União Europeia já faz tempo que identificou como uma das suas prioridades a promoção da independência económica das mulheres, integrando-as no mercado de trabalho e aumentando a sua participação na atividade económica (Torres, Pinto, Costa, Coelho, Maciel, Reigadinha & Theodoro, 2018). Apesar dessa preocupação sabemos que é o próprio mercado de trabalho que gera normas desiguais de género pela própria cultura organizacional instaurada, permitindo a reprodução de estereótipos. Como tem sido mote de reflexão ao longo desta monografia, relembramos que à mulher atribui-se o papel de cuidadora e, apenas, em segundo plano o de profissionais. Perante isto, a sua situação face ao mercado de trabalho pode apresentar-se vulnerável

no mundo do trabalho se estabelece um particular regime de género que organiza as relações laborais e as relações sociais no local de trabalho, transformando o trabalho pago numa dimensão crucial da desigualdade de estatuto e poder sobre a qual assenta o padrão mais convencional da masculinidade” (Wall et al., 2016, citado por Torres, et.al., 2018 p.63).

Através do livro “Igualdade de Género ao longo da vida: Portugal no contexto Europeu” foi possível uma análise aprofundada para a questão que se pretende compreender aqui: a desigualdade de género, nomeadamente face ao mercado de trabalho, condições de trabalho e situação económica. Nesse livro são apresentadas diferentes fases da vida: “Infância e Juventude” (até aos 29 anos), a “Rush hour of life” (dos 30 aos 49 anos) e a “Fase tardia da vida ativa” (dos 50 aos 65 anos).

A investigação tem demonstrado que género e idade moldam as interações, as perceções e as expectativas sociais; os papéis e as identidades, as relações de poder e as condições materiais de existência, as oportunidades de escolarização e profissionais ou as condições de trabalho ou a vida depois do trabalho de homens e mulheres (Amâncio, 1994; Arber, Davidson e Ginn, 2003; Torres, 2008; Torres et al., 2007; Venn, Davidson e Arber, 2011, citado por Torres et.al., 2018, p.21).

Deste modo, com base na investigação realizada por Torres e colegas (2018) em seguida será apresentada uma síntese direcionada para o mercado de trabalho e para a situação económica das mulheres em Portugal, situando-a nas fases apontadas pelos autores:

- **Infância e Juventude** (até aos 29 anos)¹ – esta fase vai desde a infância à juventude, mais propriamente à entrada no mercado de trabalho. No ano de 2015, mais de metade da população que compreendia as idades entre os 15 e os 29 anos encontrava-se no mercado de trabalho, no entanto, ainda que em valores reduzidos, a taxa de percentagem de homens ativos surge maior em comparação à das mulheres (de 51,3% para 51,1%). Em Portugal a taxa de emprego é menor nas mulheres jovens (39,2%) comparativamente com os homens jovens (40,9%). No entanto, verifica-se que as jovens com nível de escolaridade mais elevada, ou seja, ensino superior, apresentam uma taxa de emprego superior comparativamente aos rapazes (64,4%-56,5%). Em 2015, em Portugal, a taxa de desemprego jovem comparativamente com outros países da UE apresentava-se entre as maiores, sendo as mulheres as mais penalizadas. Em Portugal a taxa de desemprego para as mulheres é de 23,7% e os homens 21,9%, ou seja, superior. A precaridade laboral² apresenta-se maior para as mulheres, “caracterizada por baixas qualificações, salários baixos e estatuto inferior” (Torres et.al., 2018 p.71). de reforçar que a precaridade contratual está associada à vulnerabilidade económica. Nesta fase o salário médio/hora das mulheres apresenta-se menor comparativamente com os homens e,

apesar de as mulheres muitas vezes excederem as qualificações escolares dos homens, elas ganham menos do que eles. (...) As mulheres mais escolarizadas ganham mais do que as outras. Contudo, o investimento das mulheres na escolaridade continua a ser insuficiente para eliminar a disparidade salarial face aos homens, que aliás aumenta à medida que aumentam os níveis de ensino (Torres et.al., 2018 p.74-75).

Se por um lado, nesta fase, as jovens que detêm um nível de ensino superior se encontram com uma taxa de emprego mais elevada, tal não é sinónimo de uma boa integração no mercado de trabalho, uma vez que,

¹ Os autores consideram que esta fase envolve acrescidos riscos económicos

² “Por um lado, pode-se identificar a precariedade de trabalho associada às condições de trabalho, ao conteúdo do trabalho, bem como à impossibilidade de formação ou de evolução profissional (Casaca, 2012). Por outro, distingue-se a precariedade de emprego (...) isto é, a um conjunto diverso de vínculos laborais não permanentes que conferem especial fragilidade à relação laboral: contratos a termo certo, prestações de trabalho pontuais com ou sem contrato, trabalho temporário ou situações de falso trabalho independente” (Alves et al., 2011; Casaca, 2012 citado por Torres et. al., 2018, p.70)

frequentemente, se encontram numa situação de precariedade face ao emprego, salários baixos e, conseqüentemente, podem encontrar dificuldades no que diz respeito à independência e autonomia económica (Torres et. al., 2018).

Os constrangimentos estruturais, sejam eles determinados pelos recursos económicos ou pelas condições de integração no mercado de trabalho, revelam-se um fator determinante no processo de autonomização, uma vez que a transição para a vida adulta e a saída de casa dos pais implicam, precisamente, algum grau de autonomia e de estabilidade financeira. As formas instáveis de integração no mercado de trabalho, a flexibilidade e o carácter precário dos vínculos, os baixos salários, o desemprego, estão presentes na capacidade que mulheres e homens têm à sua disposição para desenham e ‘escolherem’ os seus projetos de vida individuais (Torres et. al., 2018, p. 119).

- **“Rush hour of life”** (entre os 30 e os 49 anos) – considerada a fase de maior investimento e desenvolvimento (parental, familiar e profissional). É uma fase caracterizada pela dupla jornada, principalmente para as mulheres, pelo investimento profissional e parental, que decorre a par. Quando existem responsabilidades familiares, acresce o risco financeiro, pois as mães tendem a ser retiradas do mercado de trabalho. A taxa de atividade apresenta-se maior nos homens quando comparada com a das mulheres (93,8%-88,3%), bem como a taxa de emprego, que mesmo quando há um maior nível de escolarização por parte das mulheres, esta nunca ultrapassa a verificada nos homens. A taxa de desemprego, em 2015 era de 11,1% para as mulheres e de 10% para os homens. Nesta fase da vida a situação laboral precária é maior entre as mulheres e o trabalho a tempo parcial é, principalmente, uma realidade para elas. Em relação aos salários verifica-se o mesmo, os das mulheres são tendencialmente mais baixos (mulheres-10,3€/hora; homens-11,6€/hora). De referir que

o trabalho a tempo parcial tem conseqüências objetivas para a vida das mulheres que se prolongam do presente para o futuro: potencialmente coloca em causa a autonomia e independência financeira e económica das mulheres; limita a sua capacidade de concretização de projetos individuais de existência; produz desigualdades na remuneração entre

mulheres e homens penalizadoras das mulheres; e tem consequências no bem-estar económico a longo prazo, porque a salários baixos e a carreiras profissionais limitadas correspondem pensões mais baixas na idade da reforma (Torres et. al., 2018, p.135).

Nesta fase é de destacar a presença de uma taxa de emprego feminino que se encontra acima da média europeia, mas a situação em comparação à fase anterior mantém-se: precariedade face ao emprego; salários baixos; detêm o maior número de contratos não permanentes, entre outras situações. Destaca-se também a maior sobrecarga (por parte das mulheres) no trabalho não remunerado, no que compreende a articulação entre responsabilidades familiares e profissionais (Torres et. al., 2018);

- **Fase tardia da vida ativa** (entre os 50 a os 65 anos) – nesta fase há uma descida da empregabilidade quer para homens quer para mulheres. Especificamente no caso das mulheres observa-se a saída do mercado de trabalho para a prestação de cuidados a familiares (tarefa que acaba por recair mais sobre elas, pela ideia de que é uma tarefa que lhes pertence). Nesta fase são mais os homens comparativamente às mulheres que se encontram ativamente no mercado de trabalho. Em relação às mulheres a “idade e o género constituem um duplo risco, porque articulam, sobrepõem ou somam duas formas de subordinação: ser mulher e estar na fase tardia da vida ativa” (Torres et. al., 2018, p.198). É uma fase em que o papel atribuído à mulher como cuidadora está muito presente e pouco valorizado. A taxa de emprego nesta fase das mulheres, no ano de 2015, era de 53,2% e dos homens e de 64,4%. De lembrar que é nesta fase que quer homens quer mulheres saem do mercado de trabalho (ida para a reforma). Nesta fase as formas mais precárias de contratação apresentam-se mais presentes para os homens, em contrapartida o trabalho a tempo parcial é mais visível nas mulheres (Mulheres- 16,4%; Homens-9,7%) (Torres et. al., 2018).

É uma fase marcada pela saída do mercado de trabalho, ainda assim, verifica-se uma saída maior por parte das mulheres (com acrescidas responsabilidades familiares). Nesta fase, para além das situações

verificadas anteriormente, surge também: mais disparidade salarial (salários mais baixos para as mulheres); carreiras contributivas interrompidas mais precocemente. O risco de pobreza apresenta-se acrescido para as mulheres na fase “tardia da vida” (Torres et. al., 2018).

Segundo a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (GIG) (2017), poderão ser analisados os indicadores-chave 2017 relativos à igualdade de Género em Portugal, contando para estes dados a população residente no país em 2015, que era de 10,341 milhões, apresentando-se também na sua maioria mulheres. No que compreende a educação, “em cada 100 pessoas sem nenhum nível de escolaridade, 71 são mulheres e 29 são homens (...) em cada 100 pessoas com ensino superior completo, cerca de 60 são mulheres e cerca de 40 são homens” (CIG, p.3), sendo que à partida o primeiro grupo corresponde ao grupo de mulheres mais idosas e o segundo representa a camada mais jovem da população feminina. No que se refere ao emprego e desemprego, dos 20 aos 64 anos, por sexo, no ano de 2016, a taxa de emprego é superior nos homens (6,8%) e a taxa de desemprego correspondente ao mesmo ano, para as mulheres, apresentou-se igual (11,2%). A explicação apresentada perante a taxa de emprego será “entre outras razões, pela maior participação de homens na atividade profissional, pelo facto de as raparigas tenderem a manter-se mais tempo no sistema de ensino ou ainda pela maior dificuldade das mulheres em obter um emprego” (CIG, p.5). No que se refere ao trabalho a tempo parcial “a maioria das mulheres portuguesas que trabalham a tempo parcial, o fazem apenas porque não conseguem trabalhar a tempo inteiro” (GIG, p.6). A remuneração média de base apresenta-se superior nos homens em comparação com as mulheres (remuneração base mensal: homens 990,05€; mulheres 824,99€), e ainda se verifica “que à medida que aumenta o nível de qualificação, maior é o diferencial salarial entre homens e mulheres, sendo particularmente evidente entre os quadros superiores” (CIG, p7). As mulheres dedicam ao trabalho doméstico (não remunerado) em média, 1 hora e 45 minutos por dia a mais comparativamente aos homens.

São inúmeros os esforços no combate à desigualdade de género, e diversos os relatórios que demonstram que esta é uma realidade que ainda persiste nos dias de hoje. Os dados demonstram que nas várias áreas da sociedade, a desigualdade entre homens e mulheres é alarmante, alertando assim para a necessidade de implementação de medidas que permitam equilibrar os números apresentados adiante. Assim sendo, clarificar-se-á no próximo tópico de que modo é possível trabalhar para o desenvolvimento de uma

sociedade onde haja mais justiça, alertando para a necessidade de medidas efetivas para a sua concretização.

4.8. Justiça social e de género

A Justiça Social apresenta-se como elemento fundamental na resolução e procura de respostas eficazes para trazer equilíbrio a uma sociedade e, conseqüentemente fazer com que as desigualdades que aí persistam e seus problemas sociais, não ganhem poder de forma a causar danos irreparáveis na vida das pessoas. A Justiça de género surgiu na década de 80, mas apenas no ano 2000 ganha força a nível mundial. É um conceito bastante utilizado pelas Nações Unidas e a ONU Mulheres realiza estudos para procurarem responsabilizar o Estado, trabalhar na garantia da igualdade de género e no combate à violência de género.

Ao longo da monografia foi aprofundado como tema central a violência de género contra as mulheres nas relações de intimidade, por isso a necessidade abordar aqui a justiça de género é importante na medida em que se torna urgente perceber que ações estão a ser desenvolvidas para a resolução do problema apresentado.

Outro conceito interessante, a que fazemos breve alusão, é o de igualdade, muitas vezes utilizado como sinónimo de justiça, já que é como se a igualdade fosse uma forma de fazer justiça. Porém, na realidade, são conceitos distintos, uma vez que, a igualdade pode apresentar-se injusta. Como está presente no artigo de Scalon & Salata (2016, p.182), com base no trabalho de Amartya Sen, referem que “tratar com igualdade agentes que apresentam condições competitivas tão dispares e desvantajosas seria uma injustiça”. Hoje fazemos referência ao conceito de equidade na medida em que se utiliza a imparcialidade “para atribuir direitos a cada um, utilizando a equivalência para se tornarem iguais. A equidade adapta a regra para um determinado caso específico, a fim de deixá-la mais justa”.

A autora Nancy Fraser expõe no seu estudo reflexões sobre a emancipação aqui retratada e a sua teoria propõe um novo conceito de justiça social. Apresenta uma conceção tridimensional de justiça: a distribuição, o reconhecimento e a representação. Para a autora justiça é a “paridade de participação” no sentido em que todas as pessoas participam como pares na vida social, e em paridade uns com os outros. A partir da sua conceção tridimensional, a autora procura eliminar todas as dimensões que impedem atingir a paridade. No que se refere à dimensão distributiva é feita referência à estrutura económica da sociedade, na qual as pessoas não têm acesso de igual modo, não participam

de forma paritárias junto de outras pessoas, uma vez que os recursos necessários lhes são negados, transformando-se numa forma de injustiça de distribuição. A dimensão do reconhecimento faz referência às “hierarquias institucionalizadas do valor cultural” não permite que as pessoas interagem em paridade com outras, uma vez que esse reconhecimento não as alcança. A representação correlaciona-se com o aspeto político na medida em que as pessoas se encontram numa falsa representação. Estas não são, contudo, representadas de igual modo na interação social, por exemplo, na esfera política. As lutas realizadas são invisibilidades e pessoas acabam por não ter reconhecimento e paridade na redistribuição (Carloto & Damião, 2017).

Quando falamos de mulheres como um todo, podemos fazer uma análise com base nas três dimensões retratadas por Nancy Fraser. O aspeto económico remete-nos para a questão da divisão sexual do trabalho e em relação ao trabalho remunerado e não remunerado. Neste caso, temos presente a dimensão distributiva e também a dimensão do reconhecimento, uma vez que, os papéis designados são construções culturais. Também são alvo de um “reconhecimento equivocado” quando surgem nas diferentes esferas como uma objetificação, nomeadamente do seu corpo, quando são retratadas diferentes formas de violência ou quando têm uma falsa sensação de autonomia sobre si. Na esfera política, também são pouco representadas em cargos como de presidência, de deputadas (Carloto & Damião, 2017).

Para finalizar, existem inúmeros fatores que contribuem para a manutenção da desigualdade, o patriarcado e o capitalismo, nomeadamente o primeiro, estarão na base da desigualdade de género. Após esta análise verifica-se que independentemente das relações conjugais, as mulheres, não estão em paridade com os seus pares em qualquer uma das esferas dentro de uma sociedade.

Capítulo 5. Estratégias metodológicas

Tendo como principal objetivo compreender a influência da situação económica das mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade, no seu processo de autonomização/projeto de vida, a investigação seguiu uma pesquisa qualitativa orientada por um paradigma interpretativo caracterizando-se como um estudo descritivo.

5.1. Metodologia e método

Na investigação define-se a metodologia utilizada, ou seja, procura-se delinear o estudo, as etapas a seguir aquando do processo, procurando assim descrever e explicar

todos os procedimentos do mesmo. Na fase metodológica o/a investigador/a determina quais os métodos que irá utilizar na sua investigação para assim obter respostas à/s questão/ões de partida. Para tal, “é necessário escolher um desenho apropriado segundo se trata de explorar, de descrever um fenómeno (...) Assegura-se que os instrumentos são fiéis e válidos” (Fortin, 1996, p.40).

A ciência procura a veracidade dos factos, para além de que o conhecimento científico tem como característica a verificabilidade dos factos, podendo distinguir-se assim dos demais conhecimentos. Para que seja possível concretizar essa verificabilidade é necessário demonstrar qual o método utilizado no estudo que se identifica como “operações mentais e técnicas” e pode definir-se como “caminho para se chegar a determinado fim” (Gil, 2008, p.27).

A investigação seguiu uma pesquisa qualitativa orientada por um paradigma interpretativo, uma vez que pretende compreender e interpretar num dado contexto social os significados construídos pelas mulheres acerca da influência da situação económica no momento de rutura e autonomização. Como afirma Coutinho (2006, p.5)

os estudos qualitativos abrangem todas as situações em que as preocupações do/a investigador/a se orientam para a busca de significados pessoais, para o estudo das interações entre as pessoas e os contextos, assim como formas de pensar, atitudes e perceções dos participantes no processo de ensino e aprendizagem.

O/a investigador/a procura uma visão holística do fenómeno em estudo. A investigação qualitativa tem como característica ser descritiva porque procura ter nos resultados citações dos dados recolhidos de modo a sustentar esses mesmos resultados (e.g. transcrições de entrevistas, notas de campo); respeitam os dados obtidos, aproveitam toda a riqueza dos mesmos, respeitando-os na sua essência; nesta investigação a escrita tem particular importância de modo a demonstrar a situação; procuram de forma meticulosa envolver e analisar todos os detalhes. Como referem Bogda & Biklen (1994, p.49)

Não é raro passarem despercebidas coisas como os gestos, as piadas, quem participa numa conversa, a decoração de uma sala (...) A abordagem qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.

Este tipo de estudos procura fatores que possam contribuir para a manutenção e/ou ocorrência de um fenómeno, através da compreensão aprofundada da realidade tornando-

se assim um estudo particularmente complexo (comparativamente com outros) pelo aumento do risco em cometer erros (Gil, 2008). O estudo aqui apresentado é de carácter descritivo porque enfatiza a subjetividade dos/as participantes, já que se pretende compreender a experiência vivida por estas mulheres. De modo a explorar os significados da experiência vivenciada pelas mulheres realizaram-se entrevistas narrativas para que cada mulher pudesse contar a sua própria história. A presente investigação teve em atenção que a recolha de dados não fosse um local previamente frequentado pela investigadora, bem como desconhecida, à priori, a sua população/amostra. Com base em Bogdan & Biklen (1994) ainda que alguns/mas investigadores/as, nessas circunstâncias, tenham desenvolvido o seu estudo com sucesso, o facto de ser um conteúdo em que estamos envolvidos poderá colocar o/a investigador/a sob a dificuldade de manter o devido distanciamento da situação e manifestando, em relação a ele, preocupações pessoais. Quando as pessoas conhecem bem o/a investigador/a e o identificam como membro do grupo, os participantes podem não se sentir completamente confortáveis para a partilha e o/a próprio/a investigador/a demonstrar dificuldade em manter a imparcialidade.

5.2. População alvo/amostra

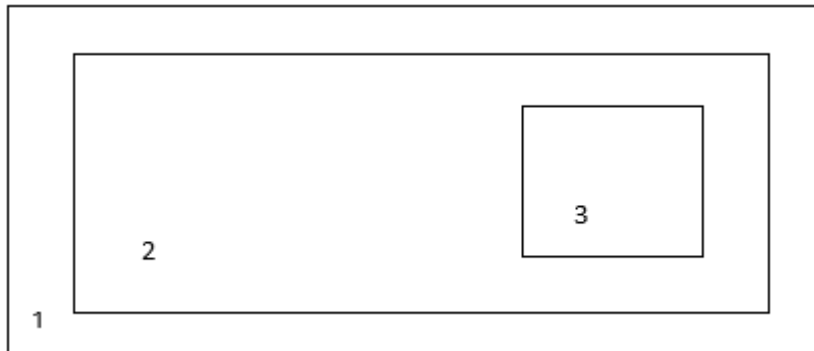
A amostragem é um procedimento de escolha de pessoas (pode ser um grupo ou um subgrupo) da população e que permite ao/a investigador/a recolher dados sobre o fenómeno em estudo. Esses elementos permitem recolher a informação representando a população inteira (Fortin,1999). Para Gil (2008) a população também se pode designar por universo, e segundo o autor esse universo é muito grande dificultando o acesso a todos, desse modo os/as investigadores/as trabalham com uma amostra (designada adiante). Neste procedimento tem-se em conta:

- a) a **população** (ver figura 1) que faz referência a uma “coleção de elementos” que compartilham características em comum e são definidos por critérios. É junto do/s elemento/s (e.g. uma pessoa, um grupo, uma família, uma organização) que se recolhe a informação. Na elaboração do estudo define-se a população, ou seja, os elementos que podem fazer parte do estudo. Posteriormente definem-se critérios e todos aqueles que os cumprem constituirão a população alvo. Dentro dos elementos que constituem a população alvo, temos a população acessível, que são os elementos que o/a investigador/a consegue chegar (uma vez que se

torna difícil abranger toda a população alvo) e devem ter representatividade em relação à população alvo (Gil, 2008; Fortin, 1999).

- b) a **amostra** (ver figura 1) é o subconjunto do universo, da população ou de um grupo de sujeitos, devendo garantir a representatividade, as características do grupo maior (Gil, 2008; Fortin, 1999).

Figura 1-Relação entre a população alvo, a população acessível e a amostra



Elaborado pela própria, 2020 (adaptado de Marie-Fabienne Fortin, 1999).

A figura 1 identifica:

1. População alvo- Todas as mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade que estejam no processo de autonomização;
 2. População acessível- Todas as mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade que estejam no processo de autonomização e que recebam apoio na APAV Porto e casa abrigo;
 3. Amostra- 4 mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade que estejam no processo de autonomização há pelo menos três meses e que recebam apoio na APAV Porto e casa abrigo. Sendo estes os critérios de seleção utilizados para a seleção da amostra.
- c) o **plano da amostragem** é a descrição da estratégia utilizada para a seleção da amostra (Fortin, 1999);
- d) A investigação enquadra-se no tipo de amostragem não probabilística de cariz Intencional. É uma amostragem não probabilística porque a seleção dos elementos não prevê que estes tenham o mesmo grau de probabilidade em serem escolhidos para pertencerem à amostra. O/a investigador/a não tem acesso a toda a população para a amostra ser probabilística (Fortin, 1999). Nas amostras não probabilísticas os critérios de seleção são definidos pelo/a investigador/a e não

requerem uma fundamentação matemática e/ou estatística. É de cariz intencional porque houve a seleção de um subgrupo da população que se apresentou representativo da restante (Gil, 2008).

Salientamos que inicialmente pretendíamos entrevistar todas as mulheres em atendimento no GAV do Porto em processo de autonomização, bem como as mulheres na mesma condição que frequentassem 2 casas abrigo. No entanto o contexto de pandemia (COVID19) impossibilitou a elaboração das mesmas.

5.3. Instrumentos de recolha de dados

Com base em Fortin (1999) antes da recolha dos dados devem definir-se os instrumentos a serem utilizados de modo a responder aos objetivos da investigação. Após uma análise dos instrumentos disponíveis e de ser garantida a fidelidade e validade do mesmo, foi selecionado aquele que demonstrou ser o mais adequado ao estudo em questão- entrevistas narrativas. Deste modo, pode dizer-se que é um método de medida subjetiva, possibilitando a interpretação e, neste caso específico, a informação é fornecida pelo sujeito em estudo.

5.3.1. Pesquisa bibliográfica

Numa primeira fase recorreremos a pesquisa bibliográfica como método de investigação. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183) a “pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (...) Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. São designadas fontes uma vez que o material já foi elaborado por outrem (e.g. livros, artigos científicos, meios de comunicação orais e audiovisuais). A pesquisa bibliográfica permite que o/a investigador/a tenha acesso a uma panóplia de informações e estudos envolta ao fenómeno investigado (Gil, 2008). De modo a não replicar erros que constem em fontes secundárias procurou-se analisar minuciosamente a informação, em utilizar diversas fontes para que a informação fosse o mais fidedigna possível.

5.3.2. Entrevistas semiestruturadas

Numa segunda fase, no sentido de recolher os dados e responder aos objetivos delineados procedeu-se às entrevistas. Segundo Bogdan & Biklen (1994, p. 134) a entrevista “é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo”. Assim como refere Fortin (1999, p. 245) a

entrevista permite recolher junto das pessoas informações sobre “factos, às ideias, aos comportamentos, às preferências, aos sentimentos, às expectativas e às atitudes”. Os dados recolhidos permitem obter informações acerca do estudo, das questões de partida. Para Ruquoy (1997, p.91) “a entrevista adquire aí todo o seu sentido, na medida em que se trata de detetar nos discursos não apenas opiniões, mas sobretudo traços de personalidade de que os detentores não estão necessariamente conscientes”. O social procura uma abordagem compreensiva “de decifrar o sentido que o ser humano atribui à sua ação” (W. Dilthey, s.d. cit in Ruquoy, 1997, p.91). Gil (2008, p.109) e definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Na entrevista, os indivíduos e/ou grupos representam um grupo social, que no fundo seria toda a população alvo. Com a entrevista, o/a investigador/a procura obter dados não existentes. De modo a explorar os significados da experiência vivenciada por mulheres irei realizar entrevistas narrativas para que cada mulher conte a sua própria história, descrevendo a sua história no que se refere a situação económica, profissional e estilo de vida, desde a rutura até à situação em que se encontra no momento da entrevista. As entrevistas narrativas caracterizam-se por “como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade, de aspetos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional” (Muylaert, Jr, Gallo, Neto, Reis 2014, p. 194)

Após a elaboração de um pedido formal de colaboração à APAV para o estudo científico e do envio do plano geral desse mesmo estudo, a associação aprovou a utilização de entrevistas bem como permitiu o contacto com as vítimas para esse efeito. As entrevistas foram precedidas de consentimento informado pretendendo-se explicar todos os objetivos e finalidade quer da entrevista quer do estudo. O GAV do Porto, após ter o conhecimento de quais os critérios de seleção das entrevistadas procurou utentes e articulou previamente com a casa abrigo no sentido de perceber quais as utentes que poderiam participar na investigação. Após a disponibilidade demonstrada por parte das utentes foram entrevistadas quatro utentes, duas no GAV do Porto e duas em casa abrigo, uma vez que devido à situação de pandemia e contingência causada pelo COVID-19 não foi possível entrevistar todas as utentes em situação de autonomização como se tinha

preestabelecido. As entrevistas foram realizadas nos próprios locais, em salas. Procurou-se o conforto das utentes e, portanto, houve o cuidado de serem estas a escolherem o lugar onde sentar. Procurou-se que o lugar da entrevista fosse neutro e conhecido pelas entrevistadas. Estas foram marcadas com antecedência e as entrevistadas foram avisadas de qual iria ser a duração média das mesmas. Devido aos cuidados inerentes consequentes da pandemia, durante a entrevista procedemos ao distanciamento e à utilização de máscara. Sentiu-se que a utilização da máscara foi vista como uma barreira à comunicação (verbal e não verbal). Eram locais arejados, com privacidade, que permitiram a fluidez das entrevistas sem interferências. As entrevistas foram gravadas em suporte áudio e após a sua realização procedeu-se à transcrição e posterior análise.

5.4. Procedimentos éticos

Como define Fortin (1999, p.114)

a ética, no seu sentido mais amplo, é a ciência da moral e a arte de dirigir a conduta. De forma geral, a ética é o conjunto de permissões e de interdições que têm um enorme valor na vida dos indivíduos e em questões que estes se inspiram para guiar a sua conduta.

Para Bogdan & Biklen (1994, p.75), a “ética consiste nas normas relativas aos procedimentos considerados corretos e incorretos por determinado grupo”. É como uma lei criada a partir de normas que nos permite distinguir bons e maus comportamentos, com base nos valores de um determinado sistema e orienta-nos sobre esses mesmos comportamentos. Os preceitos e leis criadas dizem respeito a pessoas, grupos e sociedades. Antes da existência dessas leis, os abusos e atrocidades existentes, em que se utilizavam pessoas para experimentações sem qualquer tipo de respeito pelas mesmas eram práticas recorrentes. Aquando a segunda Guerra Mundial (1933-1945), após verificarem que as práticas utilizadas na investigação violavam os direitos humanos, a moral e a ética mereceram destaque no domínio da investigação. Desse modo, foram criados códigos de ética que definem as regras a seguir nas investigações que implicam a participação de seres humanos, para que a sua dignidade seja respeitada (Fortin, 1999).

Uma vez que o/a investigador/a deve reger-se por obrigações e responsabilidades morais quer no que diz respeito aos participantes, à comunidade científica e à sociedade em geral, seguem abaixo os direitos e liberdades fundamentais para garantir o respeito das pessoas que participaram no estudo (Fortin, 1999):

- Direito à **autodeterminação**, ou seja, o respeito pela pessoa, em

que as suas decisões cabem apenas a si. As pessoas, após serem convidadas, decidiram autonomamente se queriam ou não fazer parte da investigação. Foram também informadas sobre a liberdade de poderem sair do estudo a qualquer momento (artigo 9.º do Código de Nuremberga, cit.in Fortin, 1999);

- Direito à **intimidade**, uma vez que as pessoas partilharam situações que lhe são íntimas, o estudo procurou ser o menos invasivo possível. A pessoa teve o direito de decidir relativamente à informação a dar aquando a investigação bem como aquela que pode ser partilhada;
- Direito ao **anonimato** e à **confidencialidade** foram salvaguardados na investigação, durante a recolha e na divulgação dos dados;
- Direito à **proteção contra o desconforto e o prejuízo** de modo a proteger as pessoas contra inconvenientes que as pudessem prejudicar;
- Direito a um **tratamento justo e equitativo** uma vez que as participantes foram escolhidas com base no problema de investigação.

Na recolha dos dados foram realizadas entrevistas que anteciparam um consentimento informado prévio junto das participantes. No consentimento foi salvaguardado o dever de informação junto das participantes relativamente aos objetivos e fins dos dados recolhidos, bem como da própria investigação e benefícios em participar. Foram informadas acerca dos seus direitos. O consentimento foi prestado por escrito e foi dada uma cópia do mesmo às participantes.

5.5. Metodologia de análise de dados

Durante uma investigação, após as entrevistas, procedeu-se à análise dos dados, com a técnica considerada apropriada para o efeito. Foi realizada uma análise de conteúdo. A análise de conteúdo pretende “descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito” (Guerra, 2006, p. 69).

Com base na análise do material das entrevistas proposto por Guerra (2006) uma vez realizadas as entrevistas, estas foram transcritas para computador. Posteriormente

foram impressas com margens largas à esquerda e à direita. Foram selecionadas cores para uma melhor diferenciação dos tópicos abordados. Do lado esquerdo efetuou-se uma síntese do discurso e do lado direito foram identificadas as problemáticas e/ou os conceitos subjacentes ao mesmo. Foram desenvolvidas categorias, sendo que algumas destas categorias já estavam definidas previamente, no entanto, foram construídas novas categorias. Primeiro foram analisadas individualmente e, posteriormente, foi realizada uma interpretação conjunta dos dados. Foram construídas sinopses das entrevistas que são

sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis, inclusive na linguagem, ao que disseram os entrevistados. Trata-se, portanto, de material descritivo que, atentamente lido e sintetizado, identifica as temáticas e as problemáticas (mesmo as que não estão referenciadas no guião da entrevista) (Guerra, 2006, p. 73).

Com vista à segurança e proteção das entrevistadas foi utilizada uma codificação apresentada na tabela nº 1.

Tabela nº 1– *Codificação*

Participantes no Estudo	Codificação
Entrevistada 1	EC1
Entrevistada 2	EC2
Entrevistada 3	EG3
Entrevistada 4	EG4

Elaborado pela autora, 2020

Capítulo 6. Apresentação e discussão dos resultados

6.1 Análise de conteúdo das entrevistas: GAV APAV Porto e casa abrigo

Como já referimos, inicialmente estavam previstas a realização de dez entrevistas, no entanto devido à situação pandémica em que nos encontramos, provocada pelo COVID-19 apenas foi possível a realização de quatro entrevistas.

No decorrer da análise de conteúdo as entrevistas são referenciadas como EC1 e EC2 (correspondentes a duas entrevistadas em casa abrigo) e EG3 e EG4 (correspondentes a duas entrevistadas no GAV APAV do Porto). Os resultados encontram-se em parte organizados em conformidade com as unidades de análise construídas no guião das entrevistas, de modo a responder aos objetivos iniciais. No

decorrer da análise surgiram resultados para além das unidades de análise que se encontram no guião e nos objetivos pré-definidos.

Tabela 2- Caracterização e dados gerais das entrevistadas

Participantes	Estado Civil	Filhos/as	Habilitação Académica	Condição atual perante a atividade profissional	Acompanhamento (Local e Duração)
EC1	Solteira	2	9º ano	Desempregada/ A frequentar um curso	Casa Abrigo/ 7 meses
EC2	Solteira	2	4ºano	Empregada/ Baixa médica	Casa Abrigo/ 6 meses
EG3	Solteira	0	12º ano	Empregada/ Cabeleireira	GAV Porto
EG4	Casada	1	9ºano	Desempregada/ Auxiliar de geriatria	GAV Porto

Elaborado pela autora, 2020

A identidade das participantes foi ocultada para a proteção das mesmas. São todas de nacionalidade portuguesa, mas são de diferentes partes do país. Mantinham uma relação de conjugalidade com o agressor, neste momento uma das entrevistadas encontra-se casada, no entanto, aguarda a formalização do divórcio. Apenas uma das utentes não tem filhos/as (EG3), as restantes têm (duas da relação com o agressor (EC1 e EC2) e uma de outro relacionamento anterior (EG4). As entrevistadas em casa abrigo encontram-se acolhidas juntamente com os/as filhos/as. Apenas uma das utentes tem baixo nível de escolaridade (EC2: 4º ano). Duas das utentes encontram-se desempregadas, sendo que uma está a frequentar um curso de carácter profissional subsidiado com equivalência ao 12º ano (EC1) e a outra utente desempregada (EG4) aquando a entrevista aguardava resposta de emprego.

Categoria – Violência nas relações de intimidade

Subcategoria: Relação com o agressor

A violência doméstica apresenta-se como um comportamento violento continuado. As pessoas que estão envolvidas podem ou não ser casadas, viver juntas, separadas ou namorar (APAV, 2012).

EC1: *“companheiro e coabitamos juntos durante 6 anos”*

EC2: *“vivia com ele, pai das minhas filhas...20 anos”*.

EG3: *“estávamos juntos há um ano e nove meses, mais ou menos”*.

EG4: *“casada há dois anos. Portanto eu saí de casa no dia 15 de maio”*.

As quatro entrevistadas tinham relações de intimidade, ou seja, uma relação de conjugalidade com os agressores.

Subcategoria: Pedido de ajuda

Duas das entrevistadas (EC2 e EG3) referem que por várias vezes o agressor pediu ajuda para mudar, comportamento que era alterado quase imediatamente quando a vítima procurava efetivamente esse apoio. A entrevistada EG3 referiu sentir pena do agressor quer antes ou após um comportamento conflituoso e/ou agressivo. Estes pedidos de ajuda coincidiam com a fase do ciclo da violência doméstica denominada de “lua de mel”, na qual o agressor demonstra arrependimento utilizando estratégias de modo a demonstrar à vítima que vai modificar o seu comportamento.

EC2: *“Depois lá me começou a dizer “ah, precisava de ajuda para mudar” (...) E ele, “ai, eu mudo eu mudo” e eu, está bem, eu vou ver como é que muda”. Saiu duma coisa, enfiou-se no álcool. E foi a mudança que houve”*.

EG3: *“Na altura não e dizia-lhe “vamos a um psiquiatra, vamos pedir ajuda, não é vergonha nenhuma, vamos pedir ajuda”. Por exemplo, quando ele me fazia mal “desculpa amor” e eu disse “[nome] vamos pedir ajuda? Vamos amanhã a um psiquiatra (...) [ele] “vamos amor, marca que eu vou “. Quando íamos [ele] “doente és tu, vai tu, tu é que és a doente, trata-te tu”, “não sou eu que tenho que ir à consulta, tu é que tens, tu é que és a doente”*”.

Subcategoria: Consumo de álcool e/ou outras substâncias

O consumo de álcool ou de outras substâncias por parte do agressor foi relatado por duas das entrevistadas (EC2, EC3). Nas restantes (EC1, EG4) não se verifica esse comportamento por parte do agressor.

EC2: *“álcool ou droga...Ele fumava e bebia. Se tivesse só com o fumar ainda era como o outro, se tivesse com o copo a mais, ninguém podia falar para ele, nem chamá-lo à atenção...A meio da manhã também já começava ali a rotina. Primeiro era o café, tudo bem, para acordar, mas a partir do meio de manhã já era álcool, álcool, álcool, era até ao final da noite até cair...Diariamente”*.

EG3: *“fui ao maço de tabaco dele e encontrei droga...foi buscar e pôs-se a fazer o charro...ele cheirava mal, porque cheirava ao vinho e ele jurava-me pela morte dos filhos que não bebia e bebia, tinha que beber, ele cheirava, era um bafo a álcool que não se podia”*.

Subcategoria: Relações extraconjugais

A relações extraconjugais por parte do agressor foram referidas por duas das entrevistadas.

EC1: *“eu vim a perceber que ele estava comigo e com outras tantas”*.

EG3: *“também vi mensagens de mulheres e eu confrontava-o. Tinha, tinha, tinha e vim a saber depois também...nessa mesma terça-feira à noite era a filha dele a mandar-me mensagens que o pai andava lá na terra da mãe dele com uma fulana, que não era eu “Vera toma a atenção”. E o amigo a dizer-me “olhe que ele deixa-nos nas obras e vai ter com gajas”*.

Subcategoria: Não denúncia pelas redes de suporte informal

Numa das entrevistas (EC1) verificou-se que não existiu uma ajuda por parte da rede de suporte informal apesar de estes saberem das situações de violência perpetuada à vítima. A ideia que “Entre marido e mulher não se mete a colher” permaneceu nesta situação. Esta situação não é verificada pelas restantes entrevistadas.

EC1: *“Tanto que eu morava em casa de familiares dele, nós morávamos na casa da família dele. É muito complicado, muito complicado, não dava. Tanto que ele chegou-me a bater e eu gritei por ajuda, com pessoas lá na casa e ninguém me veio socorrer”*.

Categoria- Filhos/as

Subcategoria: Duvidar da gravidez e paternidade

Das quatro entrevistadas, três têm filhas (EG1, EG2, EG4). Na EG4 ao contrário das restantes, as suas filhas são de outro relacionamento anterior, no entanto, ambas residiam com o atual companheiro da mãe. Numa das entrevistadas (EC1) houve a desconfiança por parte do agressor em relação à paternidade, alegando que a filha não era sua. Nas restantes entrevistas não foi verificada esta situação.

EC1: *“duvidar que a filha era dele, toda a gravidez me dizia: “a filha não é minha, a filha não é minha”.*

Subcategoria: Mudanças após o nascimento

Numa das entrevistas (EC2) verificou-se uma alteração do comportamento do agressor após o nascimento das filhas, nomeadamente na partilha das tarefas, uma vez que o agressor deixou de compartilhar as tarefas com a vítima. Nas restantes entrevistas (EC1, EG3, EG4) não se verifica esta mudança de comportamento por parte do agressor, verifica-se sim que não houve partilha de tarefas durante todo o relacionamento.

EC2: *“Ele ao princípio ajudava-me muito, depois de as ter às duas começou a se desbandalhar (...) depois da segunda filha me ter nascido, em vez de melhorar, não, piorou”.*

Subcategoria: Aborto

Na segunda gravidez da EC1, esta sentiu a necessidade de omiti-la ao agressor com medo de este obrigá-la a abortar, ato que seria contra a sua vontade. Referiu ainda que já tinha abortado antes (não especificou em que relacionamento) e que não conseguiria voltar a fazê-lo: *“Ele queria que eu fizesse um aborto, mas eu como andei a esconder a gravidez só lhe contei mesmo quando já sabia quando não podia abortar”.*

Nas três restantes (EC1, EG3, EG4) não se verifica este comportamento por parte do agressor.

Subcategoria: Presenciaram Violência

Por vezes as crianças e/ou jovens são expostas a violência doméstica, que pode ocorrer de forma direta ou indireta. O seio familiar nem sempre se apresenta como um lugar seguro, mas sim conflituoso, expondo-as à violência exercida nesse mesmo meio. Apenas a EG3 não apresentou nenhuma situação de exposição e/ou violência na presença

de menores, mas as restantes (EC1, EC2, EG4) evidenciaram a presença das suas filhas em situações de conflito e/ou violência. Na entrevistada EG4 cujas filhas não são do agressor, este exercia violência verbal sobre elas.

EC1: *“bateu-me à frente das filhas...A mais velha foi mais complicado, já tem seis anos, assistiu a muita coisa”*

EC2: *“E depois falava alto, a modo de elas ouvirem. Entravam em pânico em casa. No Natal, numa discussão, noite de ceia, era quase sempre em dias de lembrados...No Natal, numa discussão, uma faca de cozinha, pegou nela, mandou agressivamente para cima da mesa, fez ricochete e bateu na testa da minha filha, da mais nova. A sorte é que foi com o cabo, se fosse com a lâmina não sei o que é que lhe fazia”.* Aqui é retratado um episódio cuja filha foi alvo de um ato violento por parte do agressor.

EG4: *“Muitas vezes ele chamava, por exemplo, às minhas filhas “atrasadas mentais”.*

Subcategoria: Impacto da violência

As crianças e/ou jovens expostos à violência podem sofrer diversos impactos na sua vida. A entrevistada EC1 menciona o impacto negativo da violência nomeadamente numa das suas filhas, e demonstra que esta necessita de atenção. Demonstrou o descuido por parte da escola em atender às necessidades da sua filha. As restantes entrevistadas (EC2, EG4) não referem ao longo das entrevistas possíveis impactos da violência nas suas filhas. A entrevistada EG3, como referido anteriormente não tem filhos/as.

A EC1- *“não souberam lidar com ela, é uma criança que exige muita atenção”.* A utente referiu ainda que a sua filha foi *“rejeitada”* numa escola e, por isso, teve a necessidade de encontrar outro estabelecimento de ensino.

Subcategoria: Responsabilidades Parentais

No que se refere às responsabilidades parentais, duas das entrevistadas (EC1, EC2) referem que à partida (ainda que não especifiquem os termos definidos no âmbito da regulação), que as menores irão ficar entregues aos seus cuidados. A entrevistada EC1 ao que tudo indica ficará com a guarda total das filhas, a entrevistada EC2 não menciona a existência de regularização das responsabilidades parentais a decorrer. As entrevistadas

EG3 não tem filhas e a entrevistada EG4 não tem filhos deste agressor, portanto não aplica aqui a regulação das responsabilidades parentais.

EC1: *“Tenho a provisória para já, normalmente vou ficar com elas porque ele faltou já a duas audiências, não me parece que ele queira muito. Um pai que é um pai devia estar presente”*.

Categoria- Violência Contra a Mulher

Subcategoria: Tipos de violência

Os tipos de violência que podem estar presentes são a violência física, psicológica, social, económica e/ou sexual. A violência física está presente em quase todos os tipos de crime de violência doméstica e, como será possível verificar em seguida, esteve presente nem quais os tipos de violência perpetrada às entrevistadas. A violência psicológica tem tendência a apresentar-se como mais silenciosa, mas foi mencionada pelas várias entrevistadas, talvez significando haverá existência de uma maior consciencialização do que é a violência psicológica. No que diz respeito à violência psicológica ainda temos presentes a desconfiança e acusação por parte do agressor da infidelidade por parte das mesmas. Em vários discursos temos presente a ameaça de homicídio. Numa das entrevistas é mencionada a violência sexual por parte do agressor. Mais especificamente, todas as entrevistadas (EC1, EC2, EG3, EG4) fazem referência à existência de violência física, verbal e psicológica. A entrevistada EC1 foi ameaçada de morte por parte do agressor, relato que não está presente nas restantes entrevistadas (EC2, EG3, EG4). A entrevistada EG3 foi também vítima de violência sexual por parte do agressor e este comportamento não foi evidenciado pelas restantes entrevistadas (EC1, EC2, EG4).

EC1: *“Física e psicológica (muito)...foi muito agressivo...tentou-me matar”*.

EC2: *“Era mais violência psicológica. Abanava-me, falar muito alto aos ouvidos...E era tratar-me muito mal, mandar-me à merda, “vai para o caralho...Era muito agressivo, sim e era murros em cima da mesa, tinha uns balcões antigos com vidraças, partiu-me os vidros de cima derivado à agressividade. (...) se me trais, eu mato-te”*.

EG3: *“Eu costumo dizer que lhe entrava o diabo no corpo. Por exemplo, nós estávamos agora aqui bem, a jantar e não sei o que, de repente começava-se a espumar e a transformar-se completamente...espetou um soco mesmo...deu-me um chapadão e*

saiu pela porta fora (...) que o ando a enganar, que fui ter com um gaijo (...) mas sabe que eu tenho a certeza absoluta que ele nesse dia ele tentou-me violar. (...) Nos momentos em que eu vinha a mim ele estava-me a tentar violar. Eu disse “para com isso”, quando eu estava em mim eu dizia “para”. (...) eu se não tivesse sexo com ele eu não dormia nessa noite porque ele virava-me a cama ao contrário. Houve uma das vezes, que até, eu nem sei como ele fez isso, aquilo de por a roupa no guarda-fatos ele arrancou. Eu não queria, não queria fazer. Ele deitava-me a cama ao contrário, “se não fizeres também não dormes”.

EG4: *“Física, a primeira que foi em dezembro e depois psicológica...em dezembro que foi mesmo o dia 25, no dia de natal, ele pôs-me as mãos ao pescoço. Fiquei toda marcada, já eu tinha feito biopsias e tudo. E negou tudo. E queria que eu fizesse uma reunião com as minhas filhas e dissesse que o que tinha acontecido fui eu que fiz a mim própria, que eu é que estava maluca, pronto, tentava inverter os papéis. |*

A violência psicológica e física foi a tipologia mais identificada pelas entrevistadas, no entanto, no decorrer da análise foram identificadas outras formas de violência: verificou-se em pelo menos uma das entrevistadas que quando ocorria uma tentativa de saída de casa, ou quando esta ocorria e posteriormente regressava, havia um agravamento da violência. Na EG3 o agressor verbalizava que esta lhe iria estragar a vida.

Subcategoria: Significado da violência

Para a entrevistada EG1 a violência psicológica e verbal apresenta-se como o tipo de violência mais marcante e aquela que lhe causou mais danos. Para a entrevistada EG3 as atitudes do agressor deviam-se ao facto de este poder não estar bem e precisar de ajuda. E após o comportamento agressivo este pedia-lhe desculpa pela atitude, ou seja, não via a violência exercida como um ato inaceitável porque associava que para o agressor ter aquele tipo de atitudes era porque não se encontrava bem. Para a entrevistada EG4, esta tinha perceção de que a violência física era um comportamento inaceitável, mas após a rutura percebeu as manipulações que este lhe fazia. Para a entrevistada EG3 não foi possível perceber qual sua perceção em relação à violência. Posto isto, verifica-se que, de um modo geral, a violência psicológica tem bastante impacto na vida das vítimas.

EC1: *“Eu cheguei-lhe a dizer que muitas das vezes: prefiro que me dês duas chapadas do que me digas certas coisas. Há palavras...vou-lhe ser sincera...não é que a violência de bater não é que não doa, dói, mas o psicológico é uma coisa que fica aqui*

na sua cabeça, as palavras ficam aqui. Como lhe dizer “ninguém te quer, achas que alguém te quer como tu és...olha para ti, já te olhaste ao espelho...eu consigo ter qualquer uma, tu devias dar valor.... São frases, palavras que vão ficar aqui marcadas para o resto da vida”

EG3: *“Na altura não. Na altura não e dizia-lhe “vamos a um psiquiatra, vamos pedir ajuda, não é vergonha nenhuma, vamos pedir ajuda...Por exemplo, quando ele me fazia mal “desculpa amor” e eu disse “[nome] vamos pedir ajuda? Vamos amanhã a um psiquiatra...Depois voltava a fazer asneiras [ele] “marca amor, marca que eu vou”. Depois outra vez...”*

EG4: *“Nem sei qual das duas, foram as duas péssimas...Em relação à violência não, o que eu senti depois de sair e começar a ver tudo aquilo que eu passei eu senti que fui usada, manipulada. Coisas que às vezes eu perguntava a mim própria, “mas porquê isto” Agora em relação à violência não... Agora à conclusão que eu cheguei foi que no fundo ele usou-me e manipulava-me pronto”.*

Categoria- Situação económica

Subcategoria: Situação profissional

No que se refere à situação profissional as entrevistadas EC1, EC2 e EG3 encontravam-se empregadas aquando a relação, sendo que a EC1 durante a maternidade esteve desempregada para que, segundo o agressor pudesse cuidar da filha até a ida da menor para a cresce. A EG4 encontrava-se empregada (técnica auxiliar de geriatria) antes do relacionamento, no entanto, durante o tempo que esteve com o agressor manteve-se desempregada, uma vez que este, a conduziu a essa opção (a entrevistada teria de estar disponível para o agressor, nomeadamente, para o cuidar das tarefas domésticas e sair com ele) A EC1 neste momento frequenta um curso como técnica administrativa, a EC2 e EG3 mantêm o mesmo emprego, sendo que a segunda (EC2) se encontra de baixa médica (enquanto se encontra em casa abrigo usufruindo de um direito seu, que consta no estatuto de vítima, de modo a garantir o seu posto de trabalho aquando o regresso a casa). A entrevista ia passar aos quadros da empresa quando foi acolhida em casa abrigo, situação que ficou pendente. A EG4 encontrava-se desempregada aquando a entrevista, mas aguardava uma proposta de emprego, uma vez que lhe surgiu a possibilidade de regressar para o emprego onde se encontrava antes do impedimento de trabalhar.

EC1: *“Estou a fazer o curso que é uma coisa que eu estou a adorar imenso, estou a aprender...Ele tinha que controlar tudo... eu estava à espera que a minha filha fosse para a cresce, não podia trabalhar...ele dizia que me ajudava, mas depois não ajudava... não gosto de depender de ninguém, eu quero ter a minha vida...É muito bom ser livre, ser independente, poder ser aquilo que você quiser, fazer o que quiser”*.

EC2: *“Operadora de Cerâmica...Estou de baixa, para garantir o emprego lá...trabalhava lá há 3 anos. Antes de vir para cá, portanto já tinha passado aos quadros da empresa. No mês de agosto, tive 3 trabalhos, nem deu tempo para procurar apoio para os livros, nem nada. Saiu tudo, digamos, do meu bolso, derivado a tanto trabalho que tinha. Sabia a hora a que me alevantava, mas não sabia a hora a que me deitava”*.

EG3: *“cabeleireira”*.

EG4: *“Um pouco devido à situação porque ele não queria, pronto, ele queria-me sempre disponível para ele, certo? E então eu não trabalhava, não é? Trabalhava em casa. Tratando da lida da casa, tratando dele, das roupas e dessas coisas todas, trabalhava em casa. Mas antes de o conhecer sempre fui uma pessoa lutadora, trabalhava de dia e de noite e tinha a minha casa, tinha um T3+1, mobilada, tudo com o meu suor e estava a trabalhar. Na altura eu usufruía de 1000 e poucos euros...Trabalho, trabalho, trabalho. Saía de fazer noite e ia fazer dia, eu não sei como é que aguentava meu deus. Trabalhava imenso”*.

Subcategoria: Rendimento

Em relação ao rendimento mensal, a EC1 quando foi para a casa abrigo passou a auferir RSI, uma bolsa pela formação que frequenta e subsídio de alimentação. A EC2 auferir o ordenado mínimo e quando se encontrava a trabalhar recebia ainda subsidio por turno. A EG3 auferia mais de 1000,00€ mensais, mas neste momento o seu rendimento baixou e é de cerca de 775,00€. Essa redução no seu salário deve-se à crise pandémica provocada pelo COVID-19 pelo que a entrevistada viu reduzido o seu número de dias e/ou horas do seu emprego. A EG4 auferir o RSI no valor de 417,00€, valor que já recebia anteriormente enquanto permanecia na relação (não foi possível perceber aquando a entrevista detalhes sobre a obtenção deste rendimento).

EC1: *“Era o ordenado mínimo... Uma bolsa (por estar a frequentar a formação). De momento eles dão-me a bolsa... depois pagam-me o subsídio de alimentação. Eu como estou a receber o RSI, já foi cortado um bocado porque estou a receber da bolsa”*.

EC2: *“ordenado mínimo mais um subsídio por turno”*

EG3: *“Nessa altura conseguia tirar mil euros, mil e tal. Trabalhava domingos e tudo... Agora estou a receber 775,00€, mais os duodécimos... Por causa do COVID baixou imenso...”*

EG4: *“Estava a receber o RSI (417,00€)”*.

Categoria- Perceção do estilo de vida

Subcategoria: Capacidade de compra de bens essenciais

No discurso das entrevistadas foi possível perceber a capacidade de compra de bens essenciais enquanto permaneciam na relação e, posteriormente, após a rutura. No que diz respeito a esta análise temos presentes vários tipos de situações. A utente EC1 refere que todo o valor que recebia seria para fazer face às despesas ou para o agressor (não sendo explícito de que forma e em que o agressor utilizava o dinheiro). A utente EC2, igualmente à entrevistada EC1, refere que o dinheiro era direcionado para as despesas, quase não sobrava dinheiro e que o agressor não trabalhava (não tinha rendimentos) e, portanto, não participava em qualquer despesa da casa. A utente EG3 também fazia face às despesas e o agressor não tinha emprego, pelo que também não teria rendimento. A utente EG4 apesar de comprar alguns bens essenciais, quem fazia face às despesas era o agressor. De um modo geral, em três das entrevistadas (EC1, EC2, EG3) tinham capacidade para a compra de bens essenciais, pois esta era garantida por elas e no que diz respeito ao agressor estes apresentam um comportamento semelhante porque não tinham emprego (EC2, EG3) ou utilizavam o dinheiro para outros fins (EC1), não sendo especificado se este último teria emprego e/ou se obteria rendimento. A entrevistada EG4 apresenta uma realidade diferente das restantes, ou seja, apresenta uma capacidade reduzida para a compra de bens essenciais, sendo que estes eram garantidos em grande parte pelo agressor. Após a rutura as entrevistadas (EC1 e EC2) foram para a casa abrigo e a compra de bens essenciais (aquando a entrevista) eram garantidos. Pelo que terá aumentado o poder de compra face a outros bens. A entrevistada EG3 (não foi para casa abrigo) embora referisse ter capacidade de compra de bens essenciais, optou por ir para casa dos pais, no sentido de reduzir as despesas existentes, pois considerou que não

necessitaria de manter uma despesa elevada vivendo sozinha. A entrevistada EG4 (não foi para casa abrigo) após a rutura manteve dificuldades no que concerne à capacidade de compra de bens essenciais.

EC1 refere que após a rutura *“Agora é totalmente diferente, sim”*. Sendo que antes o dinheiro seria para as despesas e referiu ainda *“ele precisava de mais dinheiro e utilizava tudo. O nosso e o dos outros, o que viesse”*.

EC2 referiu em relação à capacidade que *“A bem dizer era quase para as despesas, pouco ou nada sobrava”*. E ainda em relação ao agressor *“se houvesse dinheiro dele... (...) Não trabalhava (...) Tentei nunca faltar com comer em cima da mesa, tentei sempre ter continhas pagas, luz, água, pronto, as despesas mensais...Filhas na escola. Dava-lhes sempre dinheiro, para isto ou para aquilo e para as senhas, para o almoço, para comer”*.

EG3 referiu que *“Nunca faltou nada (...) Era eu que pagava tudo, eu ganhava bem, era eu que ganhava bem. Ele saía de manhã para ir trabalhar só que pelos vistos não ia trabalhar”*.

EG4 referiu: *“Pronto, basicamente mais até para a miúda e para mim eu comprava determinadas coisas, por exemplo, iogurtes (...) mas o que era necessário (...). A habitação era ele que pagava porque a casa era dele, a água, a luz, era ele que tinha essas despesas”*.

Subcategoria: Capacidade de compra de outros bens

No discurso das entrevistadas foi possível perceber a capacidade de compra de outros bens enquanto permaneciam na relação e, posteriormente, após a rutura. Como verificado anteriormente as entrevistadas (EC1, EC2, EG3) apresentavam capacidade de compra de bens essenciais, no entanto, o dinheiro era direcionado para as despesas e necessidades essenciais, sendo que não tinham capacidade para a compra de outros bens. Ainda se verifica que a capacidade não se deve apenas ao facto de não possuírem rendimentos suficientes, mas sim ao impedimento e/ou entraves apresentados pelo agressor. A entrevistada EG4 não tendo capacidade para a compra de bens essenciais face à situação económica e também não apresenta capacidade para a compra de outros bens.

EC1: *“conseguirmos juntar dinheiro porque às vezes queremos uma coisita ou outra, se é que me entente, compramos para as nossas meninas”*.

EC2: *“Sim, agora não tenho aquela pessoa para me criticar”*.

E G3: *“E agora melhor (...) Não, isso não. Isso está fora de questão. Eu enquanto estive com ele não comprei (...) mas eu comprar para mim não, não conseguia”*.

EG3: *“não bens supérfluos (...) Não, não tinha. Isso aí tinha que ser mesmo com a ajuda dele”*

Categoria- Violência de Género contra a mulher

Subcategoria: Violência económica

A violência económica apesar de não ser verbalizada e reconhecida pelas entrevistadas como um tipo de violência perpetuada pelo agressor, de facto verificou-se, de forma indireta, através do discurso das entrevistadas, mais marcante na EC1, EC3, EG4 que esta estava presente. É uma forma de violência que ocorre para que o agressor mantenha o controlo sobre a vítima e, embora a maioria das utentes possuísse um emprego e um bom sustento financeiro, era-lhe incumbida a gestão autónoma dos recursos ou perpetuado algum controlo sobre o seu vencimento. Verifica-se que as entrevistadas (EC1, EC2, EG3, EG4) não faziam a gestão do próprio dinheiro, mesmo no caso das três primeiras entrevistadas, que faziam face às compras de bens de primeira necessidade. Na entrevistada EC1 o agressor controlava e conduziu a que esta ficasse sem emprego aquando o nascimento da filha. A entrevistada EC2 apesar de comprar determinadas coisas sem o conhecimento do agressor, este chamava-a à atenção e questionava-a sobre o gasto do dinheiro. A entrevistada EG3 era obrigada a dar parte do seu dinheiro ao agressor. E a entrevistada EG4 foi induzida a deixar o seu emprego para ficar disponível para o agressor e, portanto, os seus rendimentos já eram muito reduzidos, agravando a dependência económica face ao agressor.

EC1: *“Às vezes eu tentava, às vezes era ele que mexia mais com tudo derivado à situação (...) Ele tinha que controlar tudo”* sendo que numa fase da sua vida foi impedida de trabalhar por parte do agressor *“eu estava à espera que a minha filha fosse para a cresce, não podia trabalhar...ele dizia que me ajudava, mas depois não ajudava (...) não gosto de depender de ninguém”*.

EC2: *“Se eu comprasse alguma coisa para as minhas filhas já chegava a ser criticada. Porque é que gastaste esse dinheiro nelas e podia ser para outras coisas. (...)”*

Comecei a tirar a carta, meti-me no código, ia pagando aos poucos (...) E desabou, esse sonho (...) Começou a bisbilhotar a minha carteira para ver se tinha dinheiro, encontrou um recibo (...) Era um assunto meu, não lhe estava a pedir nada a ele, era do meu ordenado, era do meu suor e ele pôs-me em baixo, pôs-me em baixo de uma tal forma (...)”.

EG3: *“ele obrigava-me a dar-lhe dinheiro. Eu chegava a alturas que eu não tinha para mim. Que eu tinha que lhe dar dinheiro, eu tinha que lhe dar dinheiro senão. Por exemplo, eu trabalhava aos domingos, o dinheiro que eu recebia aos domingos tinha que lhe dar. [se não lhe desse] ui, porque eu sou esta, porque, era horrível. Tinha que lhe dar”*.

EG4: *“Um pouco devido à situação porque ele não queria, pronto, ele queria-me sempre disponível para ele, certo? E então eu não trabalhava, não é? Trabalhava em casa. Tratando da lida da casa, tratando dele, das roupas e dessas coisas todas”*.

Subcategoria: Controlo da rede informal

A rede informal compreende a rede de amigos e familiares que, apesar de em alguns casos não se verificar muito forte é evidente que há um controlo por parte do agressor, situação que se verifica em todas as entrevistas. No fundo, são estratégias utilizadas pelo agressor para afastar a vítima da sua rede e conseguir manipulá-la e controlá-la mais facilmente. Assim verificamos que as entrevistadas EC2 e EG3 tinham uma boa rede informal, nomeadamente familiar e que as entrevistadas EC1 e EG4 não tinham uma rede de suporte familiar boa, sendo que entrevistada EC4 refere como rede de suporte as filhas que residiam com ela. Verificamos também que em todas as entrevistadas, a rede de suporte informal de amigos, ainda que existente e boa (menos na EC1) houve um controlo e um impedimento por parte do agressor no contacto com a rede e foram utilizadas estratégias por parte destes para o isolamento da vítima. Situação que se verifica a nível da rede de suporte informal familiar (não tão presente na EG4).

A EC1 no que compreende à rede de suporte familiar referiu: *“Era normal. Eu não sou muito de conviver com a minha família. Sabe, no meio de cinco filhas há sempre uma que foge e eu fui aquela que fugi mais. Não era muito próxima da minha família.* No que se refere à rede de suporte de amigos referiu: *“E amigos tinha poucos”*. No entanto, embora a sua rede de suporte se apresentasse frágil, durante o relacionamento a mesma

refere que: *“Depois quando me juntei com ele...costumo falar sempre com a minha mãe e coisas assim, há coisas que eu já não podia... já não podia falar com a minha mãe ou porque se tivesse, já não podia ter amigos. Mesmo que eu quisesse ter já não podia ter amigos e amigas só a partir daquela idade, não podia ser raparigas muito novas para eu não sair com elas”*.

A EC2 (a que compreende uma relação de intimidade mais longa) no que compreende à rede de suporte familiar referiu: *“A minha família, da minha parte, quando eu os queria ver ia lá casa, poucas vezes vinha à minha, também derivado à situação. Dávamo-nos todos bem, mas derivado a ele ter o feitio que tinha eles não queriam tanto ir a minha casa (...) À minha mãe. Desabava muito com ela. E às escondidas dele porque até isso ele, agora para o fim, me andava a controlar. Eu não podia estar ao telefone com ninguém”*. No que se refere à rede de suporte de amigos referiu: *“Tinha muitas amizades só que começaram-se a afastar derivado a ele ser da maneira como era. (...) Tinha poucas amizades porque ele não me deixava fazer muitas amizades. Se eu tivesse amizades femininas ele era atiradiço. Se fosse amizades masculinas já andava com eles, por isso poucas amizades ou nenhuma tinha. (...) eu se tivesse uma, já era posta de parte, já era criticada”*.

A EG3 no que compreende à rede de suporte familiar referiu: *“Em termos familiares eu tenho uma família maravilhosa, eu só agradeço”*. No que se refere à rede de suporte de amigos referiu: *“Ui, era fixe. Mas em termos de amigos tinha um bom grupo de amigos”*. Durante o relacionamento referiu que em relação à rede de suporte familiar: *“Mas ele não deixava nem ir à minha mãe. E se eu fosse ele sabia”*. Em relação à rede de suporte de amigos- *“depois acabou tudo. (...) Fechou-me dentro de casa “não vais porque és uma puta, as tuas amigas são todas umas putas”. (...) deixei completamente tudo, não podia. Se eu tivesse um jantar, no meu aniversário que era só mulheres, ele tinha que ir”*.

A EG4 no que compreende à rede de suporte familiar referiu: *“o meu suporte era as minha filhas. Nunca pude contar com mais ninguém a não seu contarmos umas com as outras”*. Em relação à restantes redes nada referiu, mas referiu que praticamente estava sempre em casa disponível para o agressor.

Subcategoria: Tomada de decisão

As tomadas de decisão quer sejam do foro pessoal da vítima, do agressor ou questões do foro comum do interesse do casal, eram tomadas, segundo duas das entrevistadas (EC1, EG4), pelo agressor. As outras duas entrevistadas (EC2, EG3) referem que muitas vezes eram elas que tomavam as decisões, no entanto, essa decisão não era bem aceite pelo agressor que por vezes acabava por ter uma reação conflituosa.

EC1: *“Normalmente tinha que ser ele sempre a fazer tudo, não me deixava fazer nada, se eu fizesse estava mal, “tu não sabes nada, tenho que ser eu a fazer”. E quando eu fazia, fazia mal. Havia sempre algum defeito para mim de todas as maneiras”. Aqui temos presente a violência psicológica (emocional) uma vez que o agressor criticava negativamente todas as suas ações.*

EC2: *“Muitas vezes era eu, gostando ou não gostando, a casa era do meu pai e eu é que tomava as decisões. Se ele gostava, gostava, se não gostasse paciência, temos pena, era o que acontecia”. No entanto, as reações nem sempre eram pacíficas, indicando ainda “Às vezes reagia mal, “ah, vais gastar dinheiro nisso? Ah, tu é que sabes”.*

EG3: *“depende do estado de espírito dele”.*

EG4: *“Era ele que as tomava. Nem era capaz de me perguntar “olha em relação a isto o quê que tu achas?” pedir opinião, eu não opinava em nada”.*

Subcategoria: Controlo da forma de vestir

Num contexto de violência, por vezes, o agressor controla a vítima na sua forma de vestir. Das entrevistadas apenas a EC1 referiu essa situação: *Sim, não podia vestir qualquer coisa não, “és uma mãe não podes andar assim vestida, até parece mal” entende? Tipo de comentários “ai, tu és uma mãe. Eu por causa dele desleixei-me completamente, tinha que andar toda tapada, até à cabeça quase”.*

Subcategoria: Controlo social

A violência social verifica-se quando o agressor promove o isolamento da vítima através de estratégias que utiliza para promover o afastamento da sua rede informal. Nos seus discursos, as entrevistadas, não identificam ao longo das entrevistas como sendo um tipo de violência, mas através do discurso indireto percebe-se a sua existência no relacionamento. A EC1 referiu que o agressor a controlava e que não podia fazer as coisas que gostava. A EC2 para além de não poder fazer as coisas que gostava, o agressor fazia-

lhe esperas no trabalho. A EG3 era impedida de sair no momento em que tinha uma saída, ou o agressor tinha de acompanhá-la aos locais/eventos. A EG4 tinha de ter o tempo todo disponível para o agressor.

EC1: *“Não...quando estava com ele sentia que não se podia fazer nada (...) Ele controlava bastante (...) não, era em relação a mim...controlava-se a mim e os meus passos. Eu tinha de ir de casa para casa, casa para o trabalho, trabalho casa. Não podia ir tomar um café com uma amiga minha mais cedo, entende? (...) eu tinha que seguir aquelas regras. Eu não podia ter essa liberdade porque eu é que era a mãe, eu é que tinha de estar em casa a olhar pelas filhas”.*

EC2: *“Não. Se tivesse uma voltinha ou outra já era criticada, pouco ou nada saía. Fazia-me esperas no trabalho para ver se saía com alguém, perseguia-me até casa (...)”.*

EG3: *“Não, deixei completamente tudo, não podia. Se eu tivesse um jantar, no meu aniversário que era só mulheres, ele tinha que ir. Eu na minha folga não podia sair de casa, E se eu fosse ele sabia. Uma vez ele disse-me “ah, saíste” e eu “saí, como é que tu sabes?”.*

EG4: *“eu estava limitada a casa, vamos supor, porque eu tinha que estar olha “apetece-me ir a li” eu tinha que estar pronta para ir com ele para qualquer lado entende. Basicamente estava sempre em casa”.*

Subcategoria: Tarefas domésticas

As tarefas domésticas associadas ao papel da mulher socialmente construído, eram incumbidas às entrevistadas como se fosse esse o seu papel (verificou em todas as entrevistadas). Em três entrevistas (EC1, EC2, EG3) verificamos uma situação de dupla-jornada, estando a EG4 totalmente dedicada às tarefas domésticas e ao cuidado do lar. Neste último caso a entrevistada referiu que essa “posição” de doméstica era uma forma de controlo que o agressor exercia sobre ela.

EC1: *“Empregada. E se não tivesse a casa arrumada já era um problema, por isso é que eu estou a dizer, o meu papel para ele era ser uma empregada”.*

EC2: *“Para lhe ser franca? Muitas vezes eu lhe perguntava se tinha escrito escrava na testa, porque era para o trabalho, era para casa, casa-trabalho, trabalho-casa”.*

EG3: *“Sei lá, tinha que fazer tudo”*. Reforçou o facto do agressor fazer como tarefa doméstica o jantar.

EG4: *“Trabalhava em casa. Tratando da lida da casa, tratando dele, das roupas e dessas coisas todas. Basicamente o que ele queria é que eu estivesse sob a alçada dele, ou seja, tu estás aqui eu faço de ti o que quero e me apetece porque tu dependes de mim”*.

Subcategoria: Cuidar dos/as filhos/as

O cuidado dos/as filhos/as associado ao papel da mulher socialmente construído mantinha-se presente na maioria das utentes entrevistadas como uma tarefa incumbida à mesma. As entrevistadas EC1 e EC2 sentiam que o seu papel era cuidar das filhas e os agressores, pais das menores, não participavam nas tarefas mesmo no que compreende ao cuidar dos/as filhos/as. Nas restantes não foi possível verificar isso, por um lado a EG3 não tem filhos/as e a utente EG4 não foi possível perceber nos discursos, no entanto, todas as tarefas ligadas ao lar e ao cuidado eram-lhe incumbidas.

EC1 referiu- *“Exato, era o meu papel”*.

EC2 referiu- *“Elas podiam estar doentes, ele não as levava ao hospital, nem ao centro de saúde”*.

Categoria- Ser mulher

Subcategoria- Como era durante a relação

As entrevistas (EC1, EC2, EG3, EG4) quando questionadas acerca de qual consideram que foi o seu papel enquanto mulheres, aquando a permanência na relação, referiram que eram empregadas, criadas ou destinadas a cumprir tarefas ligadas ao lar. Este tipo de papéis que elas identificam como sendo os seus, são papéis que a sociedade assume como parte integrante do que é ser mulher, principalmente quando casam (passam a cuidar do lar, das tarefas, dos/as filhos/as e do marido).

EC1: *“Empregada”*.

EC2: *“Às vezes sentia-me um caco. Por mais que eu fizesse, nunca fui agradecida. Tentei nunca faltar com comer em cima da mesa, tentei sempre ter continhas pagas, luz, água, pronto, as despesas mensais...Filhas na escola”*.

EG3: *“Sei lá, eu acho que era só trabalho e casa, casa trabalho, deixei tudo completamente. Já nem tinha vontade de me vestir nem arranjar. Eu era muito vaidosa, por exemplo, eu sou muito vaidosa nas unhas, eu até nas unhas desleixei-me imenso. Acho que deixei de ser, ainda hoje acho que perdi tudo, a vaidade e assim”*.

EG4: *“Criada. Eu parece que era uma criada. Eu acho que era tipo uma criada, passar a ferro, cozinhar, pronto. (...) estipular até mesmo o quê que se ia fazer para o jantar”*. Ainda referiu que ele era *“O todo poderoso, o rei. Eu quero, eu posso e mando”*.

Subcategoria- Mudanças após rutura da relação

Após a rutura, na sua maioria as entrevistadas começaram a sentir mudanças, principalmente em características individuais nomeadamente no bem-estar consigo mesma (EC1), no pensar em si (EC2), no gostar de si (EG4). A entrevistada EG3 considera que vai ficar melhor consigo mesma e voltar a cuidar de si quando casar, ou seja, vê o casamento como um fator chave de mudança (não é algo que consiga fazer estando só). Verifica-se que as entrevistadas atribuem o que consideram ser o seu papel após a rutura da relação a características e padrões socialmente construídos no que compreende o papel da maternidade e o cuidar dos/as filhos/as (EC2).

EC1: *“Sinto-me melhor comigo mesma, já consigo vestir certas roupas que me sinto mais à vontade. Sinto-me super bem, mais realizada”*.

EC2: *“Eu nunca, digamos, para lhe ser franca, ponho-me sempre para trás, nunca penso quase em mim. Penso mais filhas e pensava nele, pensava, agora não penso, agora só penso nas filhas. É filhas, filhas, filhas e depois se tiver tempo, penso em mim, mas primeiro está as filhas”*.

EG3: *“É uma construção e vou lá chegar, agora depois do casamento vou lá chegar”*.

EG4: *“estou a voltar a gostar de mim. Estou a dar mais valor e ser eu própria, lutar pelos meus objetivos”*.

Subcategoria: Sociedade

De um modo geral, também há uma imagem socialmente construída do que é ser mulher verificada através da entrevista (EC1, EG4) por um lado um grande número de

mulheres que estão a passar pela mesma situação o que só demonstra que estamos perante um problema social e, por outro, a discriminação existente face a empregos, rendimentos, o julgamento em relação à capacidade da mulher ser autónoma. A EG4 também faz uma sobrevalorização do papel da mulher em ser mãe como forma de obter respeito e não unicamente pelo facto de existir.

EC1 referiu que *“aqui nesta casa estamos todas pela mesma razão. E histórias similares, outras não, mas todas nós foi pela violência”*

EG4 referiu *“até mesmo não sei se posso dizer, discriminação. Mesmo em termos de empregos, de ordenados, pronto, julgam, a mulher é mais frágil, mais sentimental, pronto. O que eu acho que não, acho que deviam dar muito mais valor à mulher. Porque a mulher tem o dom de pode trazer ao mundo algo. Basicamente eu acho que são vistas como um objeto, se calhar, para satisfazer os caprichos, os prazeres deles”* e acrescentou *“O facto de estar só e por ser mulher muitas vezes as pessoas julgam que a mulher que não tem capacidade para ser autónoma para conseguir levar uma vida sozinha com uma filha, conseguir pagar renda, água, luz”*.

Categoria- A Rutura

Subcategoria- Razões para permanecer

São múltiplas as razões que levam a vítima a permanecer na relação, sendo que as utentes identificaram várias. A EC1 permanecia na relação porque sentia medo, porque era impedida por parte do agressor a recorrer a pessoas e de seguir com a sua vida fora deste relacionamento. Para a EC2 o amor e a forma de rendição apresentada pelo agressor em certos momentos são vistos como forma de esconder a violência perpetuada e o facto de ter filhas do relacionamento fez com que permanecesse mais tempo. A EG3 olhava para o agressor com pena, para alguém que tinha aquele comportamento porque não estava bem e que precisava de ajuda. A EG4 tinha receio de ficar sozinha porque apresenta medo da solidão. Como verificamos são diferentes as razões apresentadas pelas entrevistadas para permanecerem na relação.

EC1: *“Eu não podia falar com outras pessoas, se é que me entende, eu não podia refazer a minha vida, mas ele podia”*.

EC2: *“Mas sabe como é que diz o ditado: o amor é cego e depois com as filhas a crescerem. Fui sempre criada sem pai, não queria que, digamos, de certo modo, as*

minhas fossem criadas sem pai também. Não me estava a ver... foi derivado a isso que eu aguentei o tempo que aguentei (...) Em 2016, a minha relação também estava por um fio, mas lá me, lá me deu à volta. Conversa doce, conseguiu-me dar a volta e regresssei, mas estava mesmo, vai e não vai, por um fio”.

EG3: *“Pronto, e depois comecei a ter pena. Porque eu em outubro foi quando tentei sair a primeira vez, só que “por favor ajuda-me que eu não tenho onde ficar”, “a minha mãe não me aceita”, e pronto, toca a aceitar outra vez”.*

EG4: *“Não, tentar sair não. Que pensei, pensei, mas não tive forças. Sentia-me, mesmo correndo esses riscos e estar sempre pronto (eu digo) alçada dele eu acabava por não me sentir tão só, ou seja, eu tenho muito medo da solidão, certo, mas nunca tive a coragem para”.*

Subcategoria: Várias tentativas de saída

Até à rutura que motivou a saída das utentes das relações violentas em que se encontravam, três delas (EC1, EC2, EG3) referiram ter tentado sair anteriormente e uma delas (EG4) embora tenha pensado não efetivou o ato. As entrevistadas que tentaram sair acabaram por regressar (razões apresentadas na próxima subcategoria). Demonstra que para conseguir uma saída permanente não é fácil e que por diversas vezes a vítima acaba por regressar.

EC1: *“Eu já tinha deixado o meu companheiro uma vez”.*

EC2- *“Sim, cheguei a sair”.*

EG3- *“Ah sim, 3 vezes”.*

EG4- *“Não, tentar sair não. Que pensei, pensei, mas não tive forças”.*

Subcategoria: O que fez voltar

Das várias tentativas de saída, que se efetivaram, três que indicaram ter tentado (EC1, EC2, EG3), mas voltaram indicaram como motivos o facto do agressor a ter encontrado (EC1) o agressor demonstrar arrependimento e que precisava de ajuda (EG3) e a conquista e sedução (EG3). Na EG4 não são apresentadas razões porque nunca tentou uma saída. Verificamos que, por um lado, há uma insegurança para a vítima sair da relação livremente e sem medo (EC1) e por outro, que o agressor utiliza formas para que as vítimas regressem a casa (EC2, EG3).

EC1: *“ele encontrou-me, foi muito agressivo. Voltei, foi muita complicação, tentou-me matar. Foi depois de ter voltado para ele, ele disse-me que queria ficar comigo (...)”*.

EC2: *“a minha relação também estava por um fio, mas lá me, lá me deu à volta. Conversa doce, conseguiu-me dar a volta e regresssei (...)”*.

EG3: *“depois comecei a ter pena. Porque eu em outubro foi quando tentei sair a primeira vez, só que “por favor ajuda-me que eu não tenho onde ficar”, “a minha mãe não me aceita”, e pronto, toca a aceitar outra vez. Depois ele começou outra vez, que não tinha ninguém que o aceitasse”*.

Categoria- Processo de autonomização

Subcategoria: Razões para saída

Foram várias e distintas as razões que levaram as entrevistadas a sair da relação violenta. O principal motivo apresentado pela entrevistada (EC1) para a saída foram os/as filhos/as da vítima, uma vez que não queria que elas presenciassem as agressões. O motivo apresentado pela EC2 em sair da relação também foi as filhas, no entanto, foi devido à sinalização na comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ) que originou a saída da relação violenta porque a comissão disse-lhe que para esta ficar com as suas filhas teria de sair da relação. A EG3 saiu da relação após um episódio de violência grave por parte do agressor. A EG4 foi “convidada” (utilizando a sua expressão) a sair pelo agressor após realizar a Mastectomia. Posto isto, os motivos apresentados são distintos, não encontrando situações comuns.

EC1: *“Chega a um ponto (...) você com [idade] e não tem nada, entende? Não tem vida. É este o futuro que eu quero dar às minhas filhas? Não, não é. Depois ameaçava-me “aí quando chegar aí, vamos falar, vamos conversar” (...) “ele vai-me matar, não, eu tenho que resolver a minha vida, eu tenho que encontrar alguma solução”*.

EC2: *“O que me levou a sair foi elas (...) Foram elas próprias que denunciaram a situação. Andavam com comportamentos fora do normal na escola, o diretor de turma tinha à vontade com elas e elas com ele falaram e foi a CPCJ, porque eu, para lhe ser franca, não tinha coragem”*.

EG3: *“E eu disse “não, chega”. Deitei-me na cama, chorei, isso era práí 15:00h, chorei, chorei, chorei, eram 19h acordei e disse “chega”. (...) liguei à GNR.*

EG4: *“Eu quase que fui convidada, tanto eu como a minha filha fomos convidadas a sair de casa. O que me leva a querer que ele pensava que eu não ia ter coragem disso, então no dia 15 de maio já estava saturadíssima, pronto, eu sentia-me um lixo, eu tinha medo de abrir a boca, eu tinha medo de falar porque tudo o que eu dizia ou fizesse estava tudo errado. Foi mesmo saturação, então peguei na miúda e saí de casa”. O episódio sucedeu-se após a cirurgia (Mastectomia), uma vez que a utente se encontrava com cancro da mama”.*

Subcategoria: Rede de suporte informal no projeto de vida

A rede de suporte informal pode ser constituída por familiares e/ou amigos/as que apoiam a vítima. Embora esta rede de suporte tenha algumas fragilidades, podemos verificar que há um apoio quer seja de familiares e/ou amigos/as que se demonstra imprescindível durante o processo. Esta rede pode ter um papel decisivo para a vítima romper com o ciclo da violência. Como vimos numa subcategoria anterior, nem todas as entrevistadas mantinham laços fortes com a rede de suporte familiar e/ou de amigos/as e aquelas que mantinham o agressor conseguiu controlar. No entanto, após a rutura percebemos que para a EG1 não teve suporte familiar, mas recorreu à ajuda de uma amiga para ficar em sua casa até ir para a casa abrigo. A EC2 não obteve apoio da rede de suporte informal porque foi para casa abrigo diretamente da CPCJ. A EG3 teve apoio da rede de suporte familiar, nomeadamente da mãe e da irmã. A EG4 recorreu à rede de suporte familiar para sair de casa, passando a residir em casa dos pais. A mesma (EC4) mais tarde foi para casa de uma amiga porque teve um desentendimento com os pais, uma vez que estes lhes exigiam um montante mensal muito elevado face às suas dificuldades económicas. De um modo geral, verificamos que a rede de suporte se apresentou imprescindível para apoiar as vítimas na fase de rutura, mesmo no caso da EG2 que foi diretamente para a casa abrigo, irá para casa da sua mãe quando sair da casa abrigo, até conseguir autonomizar-se.

EG1: *“tudo para mim, tudo para mim. Não tinha em quem confiar”.* Em relação à rede de amigos referiu ainda A utente C1 referiu- *“sim, porque eu tive que ficar lá a dormir naquela noite porque eu saí logo...eu pensei logo, é hoje, tem que ser hoje, não*

vou esperar para amanhã, não vou esperar mais, é hoje, é hoje, é hoje. (...) Peguei nelas, peguei em tudo que eu podia e vamos embora”.

EC2: *“À minha mãe. Desabava muito com ela”.* A utente C2 foi de imediato para casa abrigo, devido a vários fatores ficou sem a habitação que residiu e, portanto, referiu que após a saída *“vou voltar para casa da minha mãe”* onde segundo a mesma permanecerá temporariamente.

EG3: *“Da minha mãe”.* A utente G3 referiu- *“e a minha irmã achou estranho e eu comecei a chorar. E ela ligou logo para a APAV. (...) Da minha mãe”.* A utente após a rutura da relação ainda permaneceu na habitação, no entanto, devido às despesas serem elevadas foi residir com a mãe que segundo a mesma *“não tinha necessidade de estar a pagar uma renda tão grande, que eu pagava 350€, mais o meu carro, mais as viagens (...)”.* No momento da entrevista encontrava-se a residir com o atual companheiro.

EG4: *“as minha filhas. Nunca pude contar com mais ninguém (...) Aos meus pais. O que também é muito complicado porque sempre foi uma altura de luta e regressar a casa dos nossos pais não aconselho, pronto. Fui para os meus pais (...) A semana passada, pronto, a coisa ficou um bocadinho chata, a gente chateou-se, pronto, a minha mãe acha que o que eu estava a dar não era suficiente para cobrir as despesas. Não sei, pronto, são ideias. E eu sai de casa, com a minha filha”.* A utente G4 referiu ter pedido ajuda a amigos/as- *“E pronto, pedi ajuda, se me podia ajudar no sentido de me arranjar uma casa e tudo mais”.* Após essa saída de casa dos pais *“Fui para casa de uma senhora amiga, provisoriamente”.*

Subcategoria: Rede de suporte formal no projeto de vida

A rede de suporte formal dá-se após a rutura e a procura de ajuda em Gabinetes de Apoio à Vítima ou outras instituições, demonstra-se como o primeiro passo para romper com o ciclo de violência e possível encaminhamento para casa abrigo. Todas as entrevistadas (EC1, EC2, EG3, EG4) recorreram a rede de suporte formal, nomeadamente à APAV, GNR, bombeiros (EC1) e a EC3 passou pela CPCJ. Todas elas passaram pela APAV e duas foram acompanhadas pelo GAV do Porto (EG3, EG4), outras duas (EC1, EC4) foram encaminhadas para casa abrigo. Quer a APAV e a casa abrigo apresentaram-se como rede de suporte formal importante no projeto de vida destas mulheres após a rutura.

EC1 após ter pernoitado em casa de uma amiga provisoriamente procurou apoio formal que segundo a mesma “*primeiro: fui à polícia e depois a APAV (...) os bombeiros vieram-me buscar*”.

EC2: “*Isto foi numa terça, estava de folga numa quarta e elas às quartas tinham tarde livre, então foi numa quarta-feira, foi tudo resolvido. Levei os documentos. (...) Roupa, consegui recuperar alguma porque telefonei à filha dele mais velha (...) Sim, mas no próprio dia. (...) Da CPCJ fui fazer queixa, tinha que haver uma queixa para ter o estatuto de vítima e com esse estatuto de vítima, vim diretamente para aqui*”.

EG3: “*quando foi a primeira vez que a minha irmã ligou, depois as meninas iam-me ligando. Eu vinha cá [APAV] a viver com ele. (...) liguei à GNR (...)*”.

EG4: “*APAV e falei hoje também com a assistente social para um início de vida, digamos assim*”.

Subcategoria: Apoios económicos

A utente C1 começou a receber apoio económico (RSI) cerca de 2 meses após a entrada na casa abrigo; a C2 está de baixa médica, não se encontrando a receber outro apoio económico; a utente G4 já recebia RSI antes da rotura e recebeu um apoio social, não inicialmente após rutura, mas sim quando teve de sair de casa dos pais e se encontra à procura de habitação.

EC1: referiu- “*Não, ainda demorou, ainda demorou. (...) Sem nada, sem nada. Dois meses. Sabe que meter papeis. (...) Eu como estou a receber o RSI, já foi cortado um bocado porque estou a receber da bolsa*”.

EC2: “*Não*”.

EG3: “*na altura elas foram excelentes, se eu queria, não*”.

EG4: “*falei hoje também com a assistente social para um início de vida, digamos assim. Já me ligou de manhã a dizer que vou ter um apoio de 900€. É para um início. Mas já é bom, pronto*”.

Subcategoria: Habitação

Das utentes entrevistadas, todas elas, por vários motivos, não se encontram na habitação onde residiam com o agressor. A entrevistada EC1 após a ida para a casa abrigo decidiu mudar de cidade e já tem uma habitação para residir junto das suas filhas. A

entrevistada EC2 ficou sem habitação, devido a fatores não diretamente relacionados com a situação em si, sendo que foi residir com a mãe temporariamente. A entrevistada EG3 após perceber que não tinha necessidade de ter uma despesa tão elevada foi viver para a habitação dos pais e, neste momento, encontra-se a residir com o atual companheiro. A entrevistada EG4 foi residir para casa dos pais, no entanto, devido a problemas com a rede de suporte familiar foi residir para casa de uma amiga enquanto procura habitação permanente. A entrevistada EG3 apresenta dificuldades estar fora da sua zona de conforto (e.g. espaços públicos) porque tem receio que o agressor apareça. A EG4 apresenta dificuldade em relacionar-se com outros homens porque tem receio que o comportamento agressivo seja perpetuado.

EC1: *“Eu já tenho a casa, agora é aos poucos”.*

EC2: *“vou voltar para casa da minha mãe, porque até a casa onde eu estava a morar, eu perdi-a. Estava a viver na casa do meu pai de favor, só que o meu pai fez aí umas trocas e baldrocas e os bens que ele tinha passou-os todos para a irmã, a irmã, na minha ausência lá da casa, “afinhou” tudo”.*

EG3: *“Estou com o [nome/noivo]”.*

EG4: *“Procurar casa é complicado, porque uma pessoa que não tenha rendimentos, não tenha recibos de vencimento nem nada é muito complicado. As rendas são caríssimas, mas a gente nunca deve desistir”.*

Subcategoria: Medos

Durante o processo de autonomização, as entrevistadas, identificaram alguns medos que estiveram inerentes a todo o processo de rutura e projeto de vida. A EC1 apresentou receio em ser encontrada pelo agressor, portanto, ter a sua segurança ameaçada. A EC2 apresentou dificuldade em manter o afastamento da rede de suporte informal, uma vez que tem de se manter afastada enquanto está em casa abrigo.

EC1: *“Eu ao início tinha muito medo, muito medo que ele me viesse procurar, que me pudesse encontrar. É muito medo que você tem, você está a fugir de uma pessoa que é muito agressiva consigo e que sabe que tem meios para poder encontra-la...tive muito medo, tive muito medo. Ao início tive muito medo”.*

EG2: *“eu chamo-lhe abandono, mas não é bem o abandono o termo, é saber que não posso receber visitas e gostava de por exemplo, nestes seis meses, ter uma visita. Foi isso que me custou mais. Ao princípio foi muito má. Primeiro que me habituasse a isto... chorei muito, agora, agora sabendo que vou voltar até me sinto assim com um certo, um ceeeeerto, alívio”*.

EG3: *“Mas só se for mesmo o psicológico. Mas de resto ainda tenho muito medo (...) não consigo fazer uma caminhada. Não consigo, tenho medo que ele venha (...) Fiquei com muito medo de ele me aparecer, ainda agora vim no carro do [nome], ele não fecha os trinques e eu assim “ai meu deus, se eu paro no semáforo e ele me entra e me mata” fiquei assim a bater mal”*.

EG4: *“tenho muito receio, sabe o que é estar a falar com alguém e até sinto nojo, não sei explicar”*.

Categoria- GAV do Porto no processo de autonomização

Subcategoria: 1º atendimento

Ambas as entrevistas que foram acompanhadas no âmbito do processo de autonomização chegaram até à APAV, a entrevistada EG3 através de contacto telefónico, ou seja, realizou-se um primeiro atendimento e posterior abertura do processo. A entrevistada EG4 não especificou. A entrevistada EG3 recorreu à APAV antes da rutura e a utente EG4 após a rutura da relação.

EG3: *“E ela ligou logo para a APAV”*.

Subcategoria: Apoios prestados

As entrevistadas (EG3, EG4) recorreram aos apoios prestados pelo GAV, nomeadamente apoio psicológico e jurídico. Ambos mostraram satisfação pelos apoios prestados.

EG3: *“Psicológico”*.

EG4: *“Apoio psicológico, jurídico (preenchimento do requerimento de apoio jurídico). Ajudaram-me também a requerer um processo de indemnização”*. A utente ainda reforça o papel da APAV no apoio quando menciona que está à procura de habitação *“e com a ajuda aqui da APAV”*.

Subcategoria: Encaminhamento

A EG4 foi encaminhada para a Segurança Social e vai receber um apoio pontual, foi questionado a ambas sobre a possibilidade de integração em casa abrigo, sendo que a utente EG3 foi questionada no GAV e a utente EG4 pela assistente social da segurança social.

EG3: *“Elas disseram se eu não queria ir para uma casa de acolhimento. Mas não, não podia porque eu tenho que trabalhar. Mas de resto não me conseguiram ajudar em mais nada porque não têm esse poder”*.

EG4: *“Por acaso a doutora hoje da segurança social falou-me nessa situação, mas que achava que o meu perfil não seria o “pronto”. Ainda para mais a minha pequena vai para o 12º ano aqui no Porto e pronto. E é assim uma área muito específica”*.

Categoria- Casa Abrigo da APAV no Processo de autonomização

Subcategoria: Encaminhamento

As entrevistadas (EC1, EC2) foram encaminhadas para casa abrigo logo na fase inicial do processo. De referir que a utente EC2 chegou à APAV após a abertura de processo na CPCJ e foi agilizada na comissão uma estratégia de segurança para a mesma e as suas filhas chegarem à APAV e posteriormente à casa abrigo sem que o agressor tivesse conhecimento disso. A EC1 após ficar em casa de uma amiga procurou apoio e encontrou a APAV que a encaminhou de forma rápida e eficaz para a casa abrigo (a resposta demorou cerca de dois dias).

EC1: *“Fui para casa de uma amiga minha, encontramos o site da APAV, liguei, passado dois dias, nem dois dias vim para aqui. Só disse obrigada. (...) primeiro: fui à polícia e depois a APAV...os bombeiros vieram-me buscar”*.

EC2: *“Éramos supostamente para sermos ouvidos, eu e ele, separados, e fomos juntos, porque ele começou a desconfiar. Pedi lá às doutoras da CPCJ para não lhe lerem o relatório, porque senão havia zaragata em casa. Elas leram-me a mim, mas eu pedi para não lerem a ele, já para evitar confusão, porque ele também as ameaçava. (...) pedi às doutoras para não fazer isso. Era mais uma denúncia anónima (...) Eu sabia que não era, elas também sabiam que não era, mas derivado à situação, para não agravar,*

fizemos como se fosse”. Acrescentou ainda *“só me deram duas hipóteses, ou eu vinha para uma casa-abrigo ou infelizmente ficava sem as minhas filhas, indo para uma instituição”*.

Subcategoria: Viver com outras vítimas

A EC1 verbalizou que ocorriam pequenos conflitos dentro da casa abrigo entre as utentes que vivem na casa. A EC2 não fez qualquer referência em relação a esse tipo de situações.

EC1: *“E aqui nesta casa são muitas mulheres, há aquelas picardias, mas não foi por isso que desisti “não, vou-me embora estou farta desta gente toda, nunca”*”.

Subcategoria: Apoios

São vários os apoios prestados pela casa abrigo sendo que as entrevistadas (mais especificamente a EC1) referem a proteção, o apoio ao nível das necessidades básicas, formação profissional, emprego. Em relação às crianças e/ou jovens a casa procura resposta para as necessidades dos/as menores a nível das necessidades básicas (e.g. habitação, alimentação, educação).

EC1: *“Proteção logo. Mas nunca me faltou nada. Elas aqui dão-me todo o apoio, dão-me a alimentação que é o essencial. É o mais importante. Nós temos alguém que está sempre mais dentro dos assuntos, eu tenho uma pessoa que me acompanha, uma doutora que me acompanha. Foi ela que me ajudou a tratar dos papéis para receber abonos, foi ela que também me ajudou a procurar trabalhos, formações. Mas eles ajudam bastante e como temos essa vantagem deu para juntar um pé de meia para quando sair”*”.

Subcategoria: A equipa

Em relação à equipa que acompanha as entrevistadas (EC1, EC2), enquanto estas permanecem na casa abrigo e se autonomizam, as referências são boas reforçando que as técnicas são vistas como um apoio à mudança e durante todo o processo. Verificamos que a equipa foi imprescindível no processo de autonomização face ao acompanhamento das vítimas no processo de autonomização (e.g. formação, emprego, requerimentos de apoios).

EC1: *“É uma realização, no fundo ela ajudou-me bastante esta doutora”*”.

EC2: *“Dou-me bem com as técnicas todas. Ao princípio foi muito má. Primeiro que me habituasse a isto...chorei muito, agora, agora sabendo que vou voltar até me sinto assim com um certo, um ceeeeerto, alívio”*.

Subcategoria: Mudanças

Durante o processo de autonomização ocorreram mudanças, sobretudo positivas, para a vida destas mulheres (EC1, EC2). A EC1 mostrou-se feliz com todo este processo de mudança, durante o seu acolhimento conseguiu iniciar um curso, arranjar dinheiro e uma habitação para si e para as suas filhas. A EC2 não foi para casa abrigo por iniciativa própria, mas ao longo do seu discurso referiu sentir-se bem. Neste momento sente-se bem (EC2), sente-se aliviada.

EC1: *“Sinto-me bem. Sinto-me segura. Mudou tudo”*.

EC2: *“agora sabendo que vou voltar até me sinto assim com um certo, um ceeeeerto, alívio”*.

Subcategoria: Saída

Como referido anteriormente as entrevistadas (EC1, EC2) estavam na fase da saída da casa abrigo. A EC1 já tem habitação (e os bens necessários para conseguir habitá-la), uma das suas filhas vai para a creche e a outra para a escola (não vai regressar à área de residência onde vivia antes de ser acolhida). A EC2, devido a outros fatores já referidos anteriormente, ficou sem habitação pelo que vai residir temporariamente para casa da mãe. A EC2 não conseguiu habitação enquanto estava em casa abrigo, pelo que teve de recorrer à rede de suporte informal familiar até encontrar uma habitação.

EC1: *“Eu já tenho a casa, agora é aos poucos (...) As meninas já estão na escola (...) Por isso é que eu estou a dizer, no final do mês saio”*.

EC2: *“A minha mãe até me ligou no domingo. Eu dei-lhe uma pista. Que ia chegar lá de surpresa, ainda não lhe disse. (...) é provisório, mas depois temos que, a gente as três, procurar uma casa”*.

Categoria- Queixa

Subcategoria: Formalização da queixa

Em todas as situações (EC1, EC2, EG3, ECG4) houve uma queixa ou denúncia por violência doméstica e os processos crime estão a decorrer.

EC1: *“Duas...três”*

EC2: *“fui fazer queixa”*

EG3: *“Houve, claro que sim. Mas ainda não sei como é que está a situação”*.

EG4: *“Sim”*

Subcategoria: Estatuto de Vítima

Todas as entrevistadas (EC1, EC2, EG3, ECG4) têm o estatuto de vítima em que passaram a possuir de um conjunto de sete direitos fundamentais: direito à informação; direito à audição e à apresentação de provas; direito às despesas resultantes da sua participação no processo penal; direito à proteção; direito a indemnização e a restituição de bens; direitos sociais e cessação do próprio estatuto de vítima (Paulino & Rodrigues, 2016). As entrevistadas (EC1, EC2) referem necessitar do estatuto de vítima quer para o acolhimento em casa abrigo quer para a obtenção de direitos como, por exemplo, a EC2 necessitou de baixa médica para garantir o emprego. As restantes (EC3, EC4) não fazem apreciações em relação ao estatuto de vítima.

EC1: *“Depois apresentei outra que era para vir para casa com o estatuto de vítima”*.

EC2: *“tinha que haver uma queixa para ter o estatuto de vítima”*.

Subcategoria: Proteção e segurança

Uma das entrevistadas (EG3) tem apoio e proteção através de teleassistência, que no fundo é um dispositivo que permite responder a situações de emergência ou mesmo situações de crise. É um apoio à distância, cuja resposta deverá ser rápida, funcionando diariamente 24h por dia. No caso da entrevistada (EC2) foi aplicada uma medida de coação de proibição de contactos do agressor com a vítima. Nas restantes (EC1, EC4), durante a entrevista, não se verificou nenhuma medida de proteção ou segurança aplicada.

EC2: *“estou à espera de resultados do tribunal, já lhe foi atribuído pulseira eletrónica, já tenho o aparelho para o detetar, mas até ver ainda não sei mais nada. Vou regressar porque ele já está sinalizado, com a pulseira e já tenho o aparelho, mas o caso ainda não está totalmente resolvido”*.

EG3: *“Depois eram 6horas da manhã, a campainha tocou, mas a campainha já de cima, da porta de cima, não foi a campainha da porta da entrada e eu espreitei pelo buraquinho, era ele e eu carreguei. Carreguei e disse que ele estava lá, mas ele disse “eu não estou a ouvir nada” e eu disse “caraças, você não está a ouvir a campainha? Quê, vai esperar que ele arrombe a porta?” e ao mesmo tempo que estava a falar com ele*

liguei para a minha mãe, disse “oh mãe ele está aqui à porta”. (...) A minha mãe e a minha irmã vieram, foram à GNR porque de minha casa à GNR, a pé, é rápido. A minha mãe ainda veio, da casa dela à GNR da Lixa, ainda conseguiu chamar a GNR primeiro do que o aparelho”.

Categoria- Futuro

Subcategoria: Perspetivas para futuro

Para o futuro das entrevistadas são apresentados vários planos e objetivos, sendo que para a EC1 o objetivo principal é sair da casa abrigo e ir viver com as suas filhas (irá permanecer na cidade); para a EC2 futuramente pretende voltar à sua rotina no que compreende o trabalho (o regresso), ganhar o seu dinheiro e encontrar uma habitação para si e para as suas filhas; a EG3 vê como planos futuros o seu casamento; a EC4 pretender reatar laços com amigos/as, conseguir emprego e habitação. Verificamos que duas das entrevistadas (EC2, EG4) ainda não têm habitação e, portanto, ou vão ou permanecerão em casa de amigos ou familiares até conseguirem alcançar esse objetivo. Procuram também (EC1, EC2) dar estabilidade às suas filhas.

EC1: *“O meu objetivo é sair daqui com as minhas filhas, que ninguém mas tira.*

Tendo responsabilidades na mesma como é obvio (...) mas para mim está tudo bem porque vou ter o meu espaço...finalmente... para mim e para as minhas filhas que era aquilo que eu queria...longe dele. (...) As meninas já estão na escola (...) Eu não saio daqui, vou ficar aqui (...) Uma nova etapa para toda a gente porque vamos começar uma vida nova, ambas as três. Desde que vim par aqui tive sempre um foco”.

EC2: *“Vou voltar à minha rotina, elas já estão encaminhadas na escola, mas não é só isso que me dá esse alívio. Dá-me alívio sim, voltar ao trabalho, voltar à minha atividade, ganhar o meu próprio dinheiro (...) A carta dá para conseguir conciliar”.*

EG3: *“é uma construção e vou lá chegar, agora depois do casamento”.*

EG4: *“eu retomei as coisas que tinha deixado passado, comecei a visitar pessoas que eu já não via desde que entrei nesta relação. Eu disse que sim, hoje fiquei de ir ter com a doutora que me ofereceu emprego (...)”.*

Subcategoria: Influência na vida dos/as filhos/as

De referir que toda esta mudança também tem influência na vida dos/as filhas e, duas das entrevistadas (EC1, EC2) tinham acolhidas as suas filhas que viram totalmente alterada a sua rotina, entre outras coisas. No caso da EC1, em que vão permanecer noutra cidade, tiveram também a necessidade de integração numa escola nova. No caso da EC2 as suas filhas vão regressar à escola.

EC1: *“Ela agora já está noutra ATL e agora está a ir, ela está a gostar, por enquanto”*.

EC2: *“elas terem a sua escola, terem a rotina que devem ter, porque isto não é rotina nenhuma e elas estudarem e aprender, o meu objetivo é esse”*.

6.2. Discussão dos resultados das Entrevistas: GAV APAV Porto e casa abrigo

Com as entrevistas pretendeu-se perceber qual a influência da situação económica no processo de autonomização da mulher, após rutura de uma relação violenta. Procurou-se perceber e aprofundar, além disso, para uma melhor compreensão do conceito, a violência de género contra a mesma, problema social que pela sua complexidade e gravidade, merece particular atenção.

Depois de uma análise cuidada das entrevistas, pretendeu-se então desenvolver uma discussão acerca dos resultados a que essa análise chegou. Todas as entrevistadas foram vítimas de violência por parte dos seus companheiros, ou seja, mantinham uma relação de conjugalidade. Estamos perante uma forma de violência continuada, conforme explicitamos no capítulo onde falamos do conceito de violência entre parceiros íntimos (ver página 40 desta monografia). O sentimento de pena, em relação ao agressor e a esperança na possibilidade de mudança está, também, aqui patente, nomeadamente quando este se tenta desculpar e redimir perante a vítima. Este comportamento coincide com a fase de apaziguamento (reconciliação ou de “lua-de-mel”), referente ao ciclo de violência (analisado no capítulo 4 desta monografia) e que vem corroborar o que apontam já as investigações sobre o tema. Estes atos tendem, contudo, a desaparecer, retomando-se o ciclo de violência.

Verificou-se, além disso, a presença de álcool e/ou de substâncias por parte de alguns agressores. O consumo de álcool e a violência conjugal devem, porém, ser vistos

separadamente, ainda que se verifique, em muitas das situações, a interligação destes fatores, por parte dos agressores. Estudos apontam que em 92% dos casos de violência conjugal, o consumo de substâncias psicoativas aparece como elemento de desinibição e facilitador de comportamentos violentos, por parte do agressor (Almeida, 2009). Este ocorre, no entanto, independentemente do estado do agressor, “uma grande percentagem de maltratantes exerce a sua violência em estado sóbrio ou após uma ingestão moderada. Contudo, indivíduos com problemas de consumo tendem a evidenciar uma violência mais séria e mais frequente” (Almeida, 2009, p.50).

Constatou-se, ainda, que nem sempre o conhecimento, por parte de terceiros, da existência de violência, é sinónimo de auxílio, mesmo que estejamos perante um crime público e se tenha vindo a procurar uma maior sensibilização nesse sentido. Isso denota a clara falta de consciencialização que subsiste na denúncia destas situações.

A violência entre parceiros íntimos é caracterizada pela desconfiança do agressor em relação à vítima. Verificou-se, neste caso, numa das entrevistas, a desconfiança face à paternidade, na medida em que um dos agressores duvidou que a filha era sua. Por outro lado, é interessante perceber como, noutra das situações, o agressor alterou o comportamento em relação à vítima após o nascimento das suas filhas, principalmente no que ao compartilhamento de tarefas diz respeito.

O medo da vítima em relação ao agressor é também muito evidente nas relações de violência, tendo ficado perfeitamente patenteado na realização das entrevistas, nomeadamente quando uma das entrevistadas referiu que, por receio do companheiro não aceitar e coagi-la a abortar, escondeu a gravidez. Perante esta situação a literatura, várias investigações e também a presente monografia são claras: a tentativa por parte do agressor de mandar na vítima, bem como a posição de submissão face a esse controlo, são inegáveis.

Como referimos anteriormente (veja-se o capítulo 4) nem sempre a família se revela um lugar de proteção para as crianças, expondo-as a situações de violência, confirma-se nas entrevistadas que têm filhos/as, que estas foram efetivamente expostas a conflitos e violência por parte do agressor. Essa exposição, direta ou indireta, tem consequências para as crianças, conformes diversos estudos tem vindo a comprovar.

São várias as razões que levam a vítima a sair das relações violentas (capítulo 4) e comprova-se que os/as filhos/as se apresentam como fator influenciador de saída da relação, por perceberem que não é o futuro que lhes querem oferecer. Verificou-se também num dos casos que foi uma das menores que acabou mesmo por denunciar as

situações (sem que disso se apercebesse) junto da primeira linha e de forma quase imediata chegou ao conhecimento da CPCJ.

A violência esteve presente praticamente no decurso de toda a relação das entrevistadas, ainda que as formas de violência sejam discretas ou mesmo invisíveis e que nem sempre a vítima se dê conta que está perante um comportamento violento.

Os tipos de violência analisados nesta monografia (capítulo 4) estão presentes entre as formas de violência que as entrevistadas vivenciaram. As entrevistadas identificam de imediato a presença de violência física (a mais visível) e violência psicológica, o que é interessante denotar já que, segundo os estudos, esta forma de violência é aquela que como mais silenciosa, nem sempre é identificável. Podemos, assim, estar perante uma maior consciencialização deste tipo de violência, ao contrário do que se verifica, por exemplo, com a violência económica e sexual, que não foram percecionadas pelas participantes, não sendo neste estudo possível identificar as causas.

A violência psicológica é aquela que parece causar impacto maior. Quer nas entrevistas quer no atendimento, várias vezes era referido, por parte das vítimas: “prefiro que me dê um estalo do que me diga certas coisas”.

Relativamente à situação profissional das entrevistadas apenas uma se encontrava desempregada, as restantes tinham emprego e duas delas, depreende-se, tinham estabilidade financeira. A dependência face ao agressor, em muitas das situações, é uma realidade, sendo confirmada por uma das entrevistadas, que apresentava (ainda que auferisse o rendimento social de inserção) uma quase total dependência em relação ao agressor. Esta dependência (como podemos verificar mais aprofundadamente no capítulo 3) pode ser um dos motivos para que a vítima permaneça na relação, mas nesta situação em concreto, segundo a entrevistada, foi o medo de ficar sozinha e viver na solidão que motivou a permanência.

São, por outro lado, apresentados dois panoramas distintos em relação ao rendimento: a estabilidade financeira no que compreende ao salário e empregos estáveis e o emprego precário, perda do emprego ou desemprego com o recurso a apoio económico, face à dependência em relação ao agressor. No capítulo 4 (4.5) é explorado o conceito de classes e desigualdades sociais, que nos demonstram, por sua vez, que a desigualdade existente não se deve apenas a fatores económicos. Apresenta-nos, antes, a ideia fundamentada de que o capitalismo utiliza o trabalho não remunerado das mulheres na esfera privada, o que se verifica precisamente numa das entrevistadas, visto que se encontrava totalmente dependente do agressor e dedicada ao trabalho doméstico (como teremos oportunidade

de ver mais à frente). De confirmar ainda que a classe deixa de ser a causa e foco estanque da desigualdade, mas sim articulada com outras formas de desigualdade, nomeadamente desigualdade de direitos e deveres, desigualdade de género ou desigualdade existencial (como verificado no capítulo 3). Após a rutura, ainda que não se verifique em todos os casos, a situação face ao emprego altera-se podendo deixar as vítimas em posição de precaridade e com a necessidade de recorrer a apoios económicos ou outras respostas. Após a rutura, uma das entrevistadas procurou apoio através do rendimento social de inserção, que se apresentou demorado face à urgência com que era necessário e, mais tarde, a entrevistada recorreu igualmente a formação profissional. Outra entrevistada, que previa ascender de posição no emprego onde se encontrava, depois da rutura, teve a necessidade de colocar baixa médica e, ao momento da entrevista, tinha receio dessa condição não se manter, ou seja, acaba por se encontrar numa situação de maior fragilidade e instabilidade face ao emprego. Verificou-se também que a entrevistada que já se encontrava numa frágil situação económica, viu agravada a sua situação, acrescentando as suas dificuldades. Para se conseguir autonomizar recorreu então a apoios, principalmente da rede informal e pontual (da segurança social). Após a rutura a sua situação económica agravou-se, dificultando a sua capacidade para adquirir bens essenciais (não tinha, nomeadamente, onde residir e teve grandes dificuldades em obter habitação).

Aquando da realização do estágio na APAV foi possível perceber que a habitação social, ainda que seja solicitada por parte das vítimas que, nessa condição usufruem de prioridade em relação aos restantes requerentes, revela-se uma resposta demorada, tendo estas de recorrer a outras vias (tais como viver em casa de amigos/as e também familiares). Já para não falar da burocracia inerente ao arrendamento de habitação cujas exigências são incontáveis e em nada facilitam o processo. Afigura-se urgente repensar outras formas de apoio à habitação, como a possibilidade de haver um apoio por parte do estado aos arrendatários que alugassem habitação às vítimas (e.g. facilitação na burocracia inerente ao arrendamento; apoio às vítimas nas dificuldades económicas em relação às despesas, entre outras). Os apoios económicos não se demonstram suficientes para o arrendamento, uma vez que, existem outros requisitos (e.g. pagamento de vários meses; folha de vencimento, etc.).

As entrevistadas, de um modo geral, apresentam capacidade de compra de bens essenciais (o que não se verifica, todavia, com apenas uma das entrevistadas, mercê da dependência em que se encontrava). Percebeu-se também que, para além da capacidade

de compra, faziam face à maioria, senão totalidade, das despesas existentes. Os agressores exerciam violência e controlo em relação aos gastos que elas tinham, bem como exigiam-lhes dinheiro. Em três situações, constatou-se que os agressores apresentavam precaridade económica e há dúvida se mantinham ou não emprego. A capacidade de compra de outros bens era, por seu turno, praticamente inexistente, mas não se relacionava propriamente com a incapacidade financeira (como confirmado numa das situações), mas à superintendência por parte do agressor sobre o dinheiro das vítimas e a não colaboração por parte destes em fazer face às mesmas.

Analisando a violência de género contra a mulher, pode concluir-se que a violência económica está presente em todas as entrevistadas ainda que seja informalmente identificada, isto é, por meio dos seus testemunhos, uma vez que não a identificaram como tipo de violência. Foi reconhecido, igualmente, o controlo da rede informal (amigos/as e/ou familiares) em todas as entrevistadas. O vestuário da vítima configura, por vezes, da mesma forma, fator de controlo por parte do agressor, tendo-se constatado em pelo menos uma das entrevistadas. Denota-se, além do mais, a privação da vida social das vítimas, bem como da prerrogativa de poderem escolher como ocupam o seu tempo, constituindo uma forma de violência para com elas. Este é um tipo de violência que não é facilmente identificável.

O facto de numa sociedade de índole patriarcal a mulher desempenhar um papel de submissão, foi atestado quando percebemos que, ainda que na sua maioria as entrevistadas participem ativamente do emprego, auferam salários, paguem despesas, podendo ser isto aqui entendido como motivo de independência financeira, estas não tinham uma participação ativa nas tomadas de decisão, verificando-se, inclusive, numa das situações em que a vítima pretendia fazê-lo, alegando, nesse caso, que a habitação pertencia à sua família, que a reação do agressor era, em resposta, conflituosa. As tarefas domésticas, bem como o cuidado dos/as filhos/as também se evidenciam atribuídos às vítimas, confirmando que este é o seu papel, socialmente construído e aceite pela sociedade. Verifica-se assim um duplicar de tarefas, traduzindo-se na fase do “Rush hour of life” (veja-se indicadores de desigualdade económica, capítulo 4), considerada a fase de maior investimento parental, familiar e profissional. Constata-se também que, no caso das mulheres mães, acresce o risco financeiro porque tendem a ser retiradas do mercado de trabalho, exatamente o que se apurou numa das entrevistadas cujos cuidados da filha lhe ficaram entregues até a menor passar a frequentar a creche.

Analisando o ser-se mulher (pretendendo perceber se as entrevistadas associavam o seu papel a características socialmente contruídas), pode concluir-se que quando se colocou a questão acerca de qual considerariam ser o seu papel numa relação, todas identificaram o papel socialmente construído do que é ser-se mulher, tão enraizado, apesar dos esforços no sentido de consciencializar-se para a mudança. Continua a persistir a ideia de que a mulher é “empregada”, “criada”. As tarefas do cuidado ainda são assumidamente direcionadas para a mulher que, mesmo que procure um emprego e, assim, independência económica, vêm-se sobrecarregadas. Após a rutura, estas mulheres começaram a sentir-se melhor, a restaurar a sua autoestima, um caminho longo para recuperarem das sequelas físicas e psíquicas a que foram sujeitas. Referem que, na sociedade, existem múltiplas formas de discriminação em relação às mulheres e não apenas nas relações de conjugalidade. O tema sobre a violência contra a mulher, e num sentido mais lato o que é ser mulher e como o mundo vê, interpreta e distingue os papéis, assente no género. As entrevistas possibilitaram evidenciar o que os estudos em relação a esta realidade vinham demonstrando, isto é, a independência da mulher, nomeadamente por meio da ingressão no mercado de trabalho e que à partida geraria a sua emancipação (e não negando que em algumas situações isso verifica), ainda acentuou, de certo modo, a desigualdade. O capitalismo (analisado no capítulo 4) tem, de facto, conduzido à desigualdade de género. Como referem Arruzza, Bhattacharya & Fraser (2019, p. 49)

o número de horas de trabalho que o neoliberalismo exige aos agregados familiares em troca de um salário e a crescente falta de apoio do Estado no que se refere ao bem-estar social estão a levar as famílias, as comunidades e (acima de tudo) as mulheres a um ponto de rutura.

E acrescentam ainda que (p.54), “o que possibilita esta violência é um sistema de poder hierárquico que funde género, raça e classe, daí resultando a normalização e legitimação desse sistema”. Interessante é ainda verificar que a ideia socialmente construída de que é o homem quem tem um emprego para conseguir suprir as despesas, aqui apenas se verifica numa das situações, pois, na sua maioria, estes homens não detinham ocupação profissional ou desempenhavam trabalhos precários, sendo as entrevistadas a dar resposta à esfera privada e à esfera pública.

Analisando a rutura, pode concluir-se que esta não é uma decisão fácil. Entre vários fatores como o medo, a insegurança, o acreditar na alteração de comportamento, podem fazer com que esta decisão se prorrogue ou nunca chegue a ser tomada. Os/as filhos/as

podem aparecer como principal motivo para a tomada de decisão, uma vez que, por tomarem consciência de que estes também estão a ser vítimas e em sofrimento, não é o futuro que lhes querem proporcionar. Noutras situações, contudo, é, pelo contrário, a ideia de que crescer com os pais juntos é mais benéfico do que com os pais separados, ou com a ausência do pai que motiva a permanência. Entre várias tentativas de saídas, por vezes, as vítimas acabam por regressar à companhia dos agressores, ora porque eles as localizam, ora com medo de represálias, ora por fazerem crer que mudaram e que o seu comportamento será diferente. A violência tende, porém, a aumentar quer em intensidade, quer em gravidade, o que se verificou em pelo menos uma das relações das entrevistadas, no qual o comportamento do agressor se intensificou quando a vítima regressou à habitação.

Já no que se refere ao o processo de autonomização, pode concluir-se que os motivos que conduziram à saída das vítimas das relações violentas em que se encontravam foram em uma situação os filhos, já que existia um processo na CPCJ; outra situação apresentada como motivo de saída foi a ocorrência de uma agressão grave (já era acompanhada pela APAV); outra das entrevistadas saiu porque o agressor lhe disse, após a realização de uma mastectomia, quando esta se encontrava ainda em recuperação, que teria de abandonar a casa. Estamos, deste modo, perante fatores de ordem múltipla, decisivos para a rutura. A rede de suporte informal e formal apresenta-se, ao mesmo tempo, importante para acompanhar as vítimas nesta fase. Por um lado, os/as amigos/as e/ou familiares, ainda demonstram algumas fragilidades (e até resistências) no apoio a prestar, mas apresentaram-se essenciais nesta fase, tendo todas as entrevistadas recebido suporte dessa rede, quer as que são acompanhadas pelo GAV Porto, quer as que se encontram em casa abrigo. A rede de suporte formal foi, portanto, imprescindível no acompanhamento das entrevistadas.

O fator económico tem implicações na autonomização das vítimas, uma vez que necessitam de recursos económicos para conseguirem fazer face às despesas que esse processo exige. Nem sempre têm, todavia, essa capacidade e então há apoios que auxiliam as vítimas nesta fase. Uma das entrevistadas recorreu ao RSI e com o apoio da casa abrigo recebeu algum dinheiro que lhe permitiu arrendar uma habitação para quando daí saísse. Outra entrevistada, já recebia RSI, mas o valor apresentava-se reduzido para suprimir as suas necessidades, pelo que se encontra numa situação de carência económica. Aquando da entrevista estava à procura de um emprego que lhe possibilitasse arrendar uma habitação (recebeu um apoio pontual da segurança social no valor de 900,00€). As

restantes não estão a receber qualquer apoio económico. A habitação é uma das necessidades apresentadas pelas vítimas, uma vez que nenhuma tem habitação própria e, porque tiveram de sair daquela em que se encontravam, a procura de habitação torna-se imperativa. Devido à situação em que se encontram têm dificuldades em obter um contrato de arrendamento, bem como um rendimento que lhes permita fazer facilmente face às despesas impostas pela habitação e todos os gastos que esta acarreta. Quando existe estatuto de vítima, estas usufruem de prioridade no pedido de habitação social, mas aquando da realização do estágio, fui-me deparando com uma demora na resposta. Não temos a informação se alguma das entrevistadas recorreu a este apoio. Apenas uma das entrevistadas ficou a residir no apartamento (cujo contrato estava em seu nome) após a rutura, mas optou por residir na casa da mãe afirmando que não necessitava de suportar tanta despesa sozinha. A rutura e toda a fase do processo de autonomização, para além de obrigar a uma decisão difícil, acarreta medos para as vítimas como insegurança ou receio de que o agressor as encontre, de se verem distanciadas da família ou da vida das filhas. A APAV teve um papel interventivo muito importante no processo de autonomização uma vez que acompanha as vítimas, informa-as dos seus direitos e deveres e articula e encaminha para outros serviços, acompanha também em momentos de stress e insegurança, como a ida ao tribunal. Foi possível perceber que o primeiro contacto com a APAV se deu essencialmente por via telefónica e ao longo da intervenção é prestado apoio jurídico e psicológico (aqueles que são mais solicitados, sendo que o social não é mencionado, a APAV do Porto, por exemplo, não tinha nenhum/a técnico/a da área social, nomeadamente, do serviço social, a não serem estagiários/as, que desempenham um papel muito dedicado na intervenção junto das vítimas), e aqui estamos a fazer referências apenas às vítimas que foram acompanhadas pelo GAV e não que se encontram em casa abrigo. Houve o encaminhamento para a segurança social a pelo menos uma das entrevistadas, atribuindo-lhe um apoio económico pontual. A ida para a casa abrigo não se afigura um processo simples, requer mudança da área de residência para qualquer zona do país, necessitando as vítimas (neste caso as mulheres e filhas) de se ajustarem a uma nova realidade, pelo que a decisão de deixar a sua habitação e recorrer a uma casa abrigo não é, por sua vez, fácil. Em conformidade, uma das entrevistadas sentiu que não teve escolha, referiu ter chorado muito, mas com o tempo percebeu o quanto foi benéfico para ela e para as suas filhas esta mudança.

O trabalho da equipa técnica é elogiado pelas entrevistadas, quer pela empatia que criada, quer por todo o acompanhamento que lhes é prestado enquanto lá se encontram.

Percebe-se, por outro lado, a dificuldade que têm em compreenderem se existe um plano de intervenção que está a ser colocado em prática, ainda que identifiquem que estão a ser acompanhadas a nível de emprego, formação, habitação, entre outras. Também não apresentam uma perceção clara de qual é o papel/função de cada técnico/a que as acompanha. São referidas as dificuldades e conflitos entre utentes da casa abrigo, uma das entrevistadas refere a sobreposição de papéis no cuidar (por parte de outras utentes) das filhas/os das utentes que estão em casa abrigo. Deverão ser espaços sem violência, sem conflitos que culminem em medo ou stress, pois foi um lugar que escolheram para sair precisamente de um ambiente conflituoso. A casa abrigo acompanha as vítimas mais de perto na construção de um projeto de vida, quando comparamos com o GAV. A ida para a casa abrigo dá outro tipo de suporte que não se verificou nas vítimas que não integraram a casa abrigo. O facto de a casa dispor de um conjunto de bens essenciais (habitação, roupa, alimentação) permite que a vítima consiga adquirir maior estabilidade financeira (estamos a comparar com as vítimas que seguem o projeto de vida pelo GAV e não têm recursos económicos). No que respeita à procura de habitação, mesmo aquelas que estão em casa abrigo e pretendem regressar à sua área de residência, apresentam dificuldade em, à distância, encontrarem uma habitação. No entanto, de referir que ambos são importantes no processo de autonomização das vítimas, sendo uma oportunidade para se reorganizarem e saírem da violência em que se encontravam. Essencialmente, a casa abrigo proporciona proteção e segurança às vítimas, pelo que é difícil os agressores, ou outra pessoa, terem conhecimento de onde estão. O que não se verificou nas vítimas acompanhadas no GAV porque seguem a sua rotina, vivem na área de residência do agressor, apresentando medo que este apareça a qualquer momento.

São identificadas mudanças positivas na vida das utentes, a nível físico e psicológico (ainda que se perceba o muito que ainda há para fazer a este nível). São claras as motivações para o futuro, a esperança de uma vida sem violência, com a capacidade de autodeterminação (e para as suas filhas, aquelas que têm). Mesmo a entrevistada que não foi por sua própria vontade, reconheceu a importância da casa abrigo na sua vida. Foram adquiridas novas competências e foram dados recursos que se apresentaram necessários à reorganização do projeto de vida das entrevistadas. As entrevistadas encontravam-se na habitação já há 7 meses. Já se encontravam na fase de saída da habitação, pelo que permitiu perceber todo o percurso até à saída, bem como as suas previsões para o futuro.

No que se refere a queixa, pode concluir-se que todas as entrevistadas formalizaram a queixa, no entanto, não têm noção clara da fase em que o mesmo se acha, vendo a queixa como forma de alcançarem o estatuto de vítima.

PARTE III. ANÁLISE REFLEXIVA

Conclusão

A monografia aqui apresentada, desenvolvida no âmbito do mestrado em Serviço Social, pretendeu contribuir para o enriquecimento do conhecimento na área da violência de género contra a mulher nas relações de intimidade. O objetivo central foi compreender qual a influência da situação económica das mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade no seu processo de autonomização. Procurou dar um contributo para o Serviço Social, visto que apurou qual o papel do/a assistente social no atendimento e acompanhamento de vítimas de crime, mais especificamente, do público-alvo objeto desta investigação.

Foi, para tal, desenvolvido estágio que permitiu um conhecimento aprofundado acerca da APAV, nomeadamente do gabinete de apoio à vítima do Porto. A par do estágio, toda a recolha de informação sobre a associação, bem como os resultados obtidos nesta investigação, leva-nos a crer com clareza que a APAV tem um papel imprescindível no atendimento e acompanhamento de vítimas de crime. Intenta que os/as técnicos/as, estagiários/as e voluntários/as adquiram formação específica na área (curso de técnico de apoio à vítima) antes de permitir que sejam autónomos no papel que desempenham na associação. Evidentemente que a formação principal do/a profissional tem um enorme peso, pois quem não detém formação superior nas áreas específicas pretendidas não exerce funções de TAV. No que se refere aos apoios prestados, importante será dizer que, apesar de existir um apoio social prestado pelo GAV do Porto, não existe um/a profissional qualificado/a na área para fazer o acompanhamento de vítimas (pelo menos enquanto fui estagiária no local), sendo que esse auxílio era prestado por quem detinha maior conhecimento nessa área e por estagiários/as. Relevante será dizer, também, que os/as estagiários/as apresentam um papel importante de atendimento e acompanhamento das vítimas, mas em nada substituem profissionais qualificados para o efeito e que, devido ao número elevados de pessoas que procuram os serviços, talvez devesse existir um reforço na equipa, nomeadamente de profissionais qualificados dos serviços de apoio social (segundo o manual Alcipe, estes podem ser, por exemplo, assistentes sociais, educadores sociais). Aquando do estágio, foi notável a gratificação demonstrada pela equipa aquando a presença de um/a profissional/a formado na área do Serviço Social. Fique a salvação esta é visão profissional de quem reconhece a importância do trabalho desenvolvido por Assistentes Sociais e que merece o devido reconhecimento.

De modo a sintetizar, são várias as teorias explicativas da violência, existindo duas que ganham ênfase nesta área de conhecimento tão abrangente que é a violência

doméstica (assim identificadas na sua maioria) e violência contra a mulher. A teoria feminista ganhou grande expressão nesta área de investigação, bem como grandes conquistas no que compreendem as respostas e soluções para a minimização do problema. E, portanto, os conceitos de género, violência de género e violência contra a mulher são explorados ao longo desta monografia, uma vez que, os estudos desenvolvidos nesse sentido nos demonstram e apresentam muita informação pertinente para a compreensão do fenómeno, bem como nos permitiram chegar a conceitos que hoje são bastantes empregados (e.g. violência contra a mulher).

Leu-se e releu-se, ao longo de muitos artigos, livros, dados estatísticos e outros trabalhos que estamos perante um problema de carácter mundial, e esta monografia não demonstrou o contrário. Aliás, por muitos estudos que se façam, retém-se a ideia de que ainda há muito por fazer e a inquietação e ânsia da procura por mais respostas. Diariamente são muitas as vítimas e são muitos os crimes perpetrados contra mulheres que nem sempre são visibilizados e identificados. Reforço, que em nenhum momento deste trabalho se pretende minimizar ou ocultar outras formas de violência pois, qualquer forma de violência é entendida como um ato inaceitável que coloca em causa os direitos humanos.

É um tema que gera controvérsias e que, tantas vezes, se acredita que tudo já foi feito, no entanto, este estudo confirma que ainda é extremamente necessária uma investigação continua, uma melhoria das políticas públicas, a formação contínua e específica no atendimento às vítimas de crime de violência nas relações de intimidade. Este estudo dá especial importância às políticas direcionadas para o processo de autonomização, sobretudo relativamente à situação económica das vítimas que pode reforçar as fragilidades económicas existentes das mesmas.

Foram vários os planos nacionais contra a violência doméstica implementados em Portugal e, foi igualmente, desenhada uma estratégia para a igualdade e a não discriminação (ENIND) 2018-2030 (em vigor na atualidade). Esta estratégia está alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável- agenda 2030, que tem como objetivo, entre outros, a prevenção e combate à violência contra mulheres e violência doméstica (tema central desta monografia). O que nos demonstra que estamos perante um problema que está na agenda política, apontando assim a preocupação nacional (alinhada com instrumentos jurídicos internacionais) para a sua eliminação.

Após a análise das entrevistas pude constatar que as entrevistadas têm caminhos que se entrecruzam no que compreende os tipos de violência vivenciada, os vários tipos

de controlo exercidos pelos agressores. Sentimentos como pena e esperança que o comportamento do agressor mude, por vezes dificultam a tomada de decisão da relação. Assim sendo, para que ocorra um processo de autonomização de mulheres vítimas de violência doméstica é necessário que haja a rutura das relações violentas. Como verificamos na literatura são vários os apoios existentes para dar suporte à vítima, entre eles, os que compõem a rede de apoio informal (e.g. família) e os que compõem a rede de suporte formal (e.g. APAV). Na análise e discussão é possível verificar (como também é analisado na revisão da literatura), a rutura não se apresenta como sendo uma decisão fácil e, para além desse passo, a vítima precisa de apoio para a construção de um projeto de vida, realizando-o em segurança. O GAV do Porto e a casa abrigo surgiram como rede de apoio formal no apoio às vítimas entrevistadas, que como já foi referido anteriormente, tiveram um papel muito importante na autonomização das entrevistas. A rede de apoio informal também demonstra o papel importante que pode ter no apoio e suporte às vítimas, mas, em simultâneo, demonstra como podem apresentar-se como omissores de um crime público. Os caminhos percorridos são distintos e, após a análise dos resultados, são evidenciadas diferenças entre o percurso de quem segue o processo de autonomização pelo GAV ou pela casa abrigo. É certo que são várias as razões que levam, ou não, ao acolhimento em casa abrigo, todas elas válidas e em todas as situações é visível a mobilização dos esforços para que as vítimas alcancem os seus objetivos. De referir que, e relembrando que o objetivo central desta monografia foi perceber a influência da situação económica, aquilo que nos demonstrou a investigação é que as vítimas com maiores fragilidades económicas, que não seguem por casa abrigo, ainda ficam numa condição económica mais frágil. A casa abrigo dá suporte, entre outros, em recursos de primeira necessidade (e.g. habitação, higiene, alimentação), tem um acompanhamento de proximidade junto das vítimas, através do delineamento de um plano de intervenção com objetivos, que permite dar suporte, durante alguns meses, até a vítima se reorganizar. Com isto não se quer dizer que todas as vítimas, principalmente as que se encontram frágeis economicamente, tenham de ir para casa abrigo, mas sim que os apoios também se direcionem para as vítimas que não pretendam ir para casa abrigo.

A capacidade económica para as vítimas conseguirem uma habitação é reduzida e repleta de burocracias (mesmo as de carácter social estão lotadas e a resposta não é imediata), o tempo que necessitam de passar em casa de amigos e familiares (em que sentem que estão a invadir o espaço destes), a demora nos apoios económicos, faz com que as vítimas vejam demorado o seu processo de autonomização, acabando por estar

mais tempo sem conseguirem (como referiram) “um espaço para mim e para as minhas filhas” ou sem dependerem de terceiros após saírem da relação abusiva em que, nos diversos casos se encontravam.

Sugere-se aqui repensar políticas de apoio às vítimas no processo de autonomização, procurando apoios mais eficientes, para aquelas vítimas que se encontram nesta fase e não seguem por casa abrigo (e.g. apoios económicos; apoio para renda, mesmo no que compreende a burocracia inerentes ao processo de arrendamento). Os apoios prestados às vítimas que se autonomizam sem apoio da casa abrigo carecem de uma maior adequação do apoio prestado, para que consigam fazê-lo de forma autónoma. O apoio prestado a estes, através de profissionais deve ser mais frequente, continuado e não pontual.

Percebeu-se que o emprego e o vencimento não são garantias de uma maior independência económica, já que nas diversas situações o agressor possuía controlo face à gestão económica do vencimento que “entrava em casa”, mesmo que este fosse adquirido somente pela vítima. Assim como demonstrou a análise, a perceção do estilo de vida (compra de outros bens) melhorou após a rutura porque conseguiam fazer uma gestão autónoma do seu rendimento. Numa das entrevistas verificou-se o contrário, isto é, que o agressor não a deixava ter um emprego, originando uma maior dependência financeira por parte da vítima em relação a ele. Neste caso, a situação económica da vítima agravou-se ainda mais após a rutura, mantendo dificuldade em adquirir recursos de primeira necessidade. Salientamos que a questão da habitação não foi considerada aqui, já que nesse campo a situação de todas as mulheres piorou.

As consequências para as vítimas e para as crianças e/ou jovens que vivenciaram episódios de violência são negativas e muito difíceis de serem reparadas. As entrevistadas demonstraram que a violência psicológica é silenciosa e perdura no tempo. Apesar disso, foi possível perceber que a violência mais subtil referente à violência económica e social não era conscientemente interiorizada como sendo uma forma de violência pelas participantes do estudo.

O papel socialmente contruído do que é ser mulher e homem na sociedade ainda está bem presente. Ao longo da análise dos dados denota-se uma divisão clara de papéis, confirmando o que nos diz a teoria, que “o género constitui a construção da hierarquização patriarcal, onde a desigualdade entre homens e mulheres se assume como crucial na discriminação sexista e originária da violência de género” (Paulino & Rodrigues, 2016, p. 34).

O estudo pretende reforçar a importância destas respostas sociais no atendimento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência nas relações de intimidade, mais concretamente no que compreende a violência de género contra as mulheres e situação económica das mesmas aquando a rutura.

Como entrave principal deste estudo tivemos a pandemia, que assolou o mundo inteiro e, face ao isolamento, não foi possível recolher dez entrevistas. Apesar da hipótese de realizar a recolha à distância, após tanto tempo de preocupações e preparação para as entrevistas, entendeu-se que essa condicionalidade poderia dificultar o processo (e.g. empatia, segurança), no entanto, como a situação não veio a melhorar, apenas foram recolhidas quatro entrevistas. As entrevistas foram realizadas seguindo à risca o plano de contingência, de referir que a utilização de máscara também dificulta o processo (e.g. dificuldade em entender a linguagem não verbal), é que se fosse criada uma barreira (pelo menos da ótica do entrevistado). Fica como sugestão para temas futuros, perceber qual o impacto que o COVID-19 causou nas situações de violência nas relações de intimidade, uma vez que, as vivências das relações violentas ficaram mais restritas ao espaço privado do lar. Por outro lado, também perceber qual o resultado de planos preventivos de atuação no que respeita a violência com base no género, pois estamos perante um problema que está bastante enraizado na sociedade e apresenta-se necessário, talvez, uma maior consciencialização nas camadas mais jovens da sociedade.

Olhar para um problema a uma escala mundial demonstra que colocar várias formas de violência no mesmo conceito pode dar a ideia que estamos a falar do mesmo problema, com bases e formas idênticas de atuação, o que não sucede. É uma forma específica de violência que deve ser identificada, não correndo o risco de omitir outras formas de violência (e.g. crianças, idosos) que também são identificadas como violência doméstica.

Assim sendo, após um longo trabalho de investigação e análise do tema em estudo, espera-se que este trabalho venha a contribuir com respostas, que crie inquietações e venha a abrir portas para investigações futuras dentro da mesma área de estudos.

Bibliografia

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (1999). *Manual alcipe. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2017). *Código de Boa Conduta da APAV*.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2018). *Estatutos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2019). *Relatório Anual 2019*.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. *Carta Dos Direitos E Deveres Dos(as) Utentes*.
- Bandeira, Lourdes Maria. (2014). “Violência de género: a construção de um campo teórico e de investigação”. In *Revista Sociedade e Estado*, vol. 29, nº2. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, pp. 449-469.
- Baptista, I., Silva, A. P., Silva, M. J. & Neves, V. (2003). *Violência: Trajectórias institucionais de reinserção*. CESIS.
- Bogdan, R., Biklen, S., (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bruhn, Marília Meneghetti., Lara, Lutiane de. (2016). “Rota crítica: a trajetória de uma mulher para romper o ciclo da violência doméstica”. In *Revista Polis e Psique*, vol. 6, pp. 70-86.
- Canezin, Thays Cristina Carvalho., Canezin, Claudete Carvalho., Cachapuz, Rozane da Rosa. (2017). “Mediação nos casos de violência contra a mulher”. In *Revista do Direito Público*, vol. 12, pp. 287-310.
- Carmo, Perla Cristina da Costa Santos do., Moura, Fernanda Gomes de Andrade de. (2010). *Violência Doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo*. Acedido em:
http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_VIOLENCIADOMESTICAADIFICILDECISAODEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf

- Cavalcanti, Vanessa Ribeiro Simon. (2018). “Violências Sobrepostas: contextos, tendências e abordagens num cenário de mudanças”. In *Violência doméstica e de género: uma abordagem multidisciplinar*, (coord. Dias, Isabel). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2009). *Violência e género: inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*. Lisboa: CIG.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2016). “A violência Doméstica”. In *Violência Doméstica – implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*. Lisboa: Centro de Estudos Jurídicos & Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Costa, Dália (2018). “A evolução de políticas públicas em Portugal na área da violência doméstica”. In *Violência doméstica e de género: uma abordagem multidisciplinar*, (coord. Dias, Isabel). Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Coutinho, Clara. (2006). “Aspectos metodológicos da investigação em tecnologia educativa em Portugal (1985-2000)”. In *Para um balanço da investigação em educação de 1960 a 2005: teorias e práticas: actas do Colóquio da AFIRSE*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Damião, Nayara André., Carloto, Cássia Maria. (2017). “A contribuição de Nancy Fraser para a construção da emancipação das mulheres”. In *Seminário Internacional Fazendo Género 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*.
- Damião, Nayara André., Carloto, Cássia Maria. (2017). “A contribuição de Nancy Fraser para a construção da emancipação das mulheres”. In *Seminário Internacional Fazendo Género 11 & 13th Women’s Worlds Congress*, pp. 1-11.
- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher*. (1995). Pequim.
- Dias, Isabel (coord.). (2018). “Violência Doméstica e de Género: paradigmas e debates atuais”. In *Violência doméstica e de género: uma abordagem multidisciplinar*. Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

- Dias, Isabel. (2004). *Violência na Família. Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Vítima de Violência Doméstica. (2020). *Manual EMVA - atendimento e encaminhamento de vítimas de violência doméstica e de género*. Lisboa: APAV.
- Estanque, Elísio. (2005). “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº71, pp. 113-140.
- Estanque, Elísio., Costa, Hermes Augusto. (2018). “Trabalho e desigualdades no século XXI: velhas e novas linhas de análise”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº especial, pp. 261-290.
- Fernandes, António Teixeira. (2000). “Desigualdades e representações sociais”. In *Sociologia: revista da Faculdade de Letras do Porto*, pp. 203-214.
- Fortin, M. F. (1999). *O Processo de Investigação: Da Concepção à Realização*. Loures, Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.
- Gil, António Carlos (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Guareschi, N., Comunello, L. N., Nardini, M. & Hoenisch, J. C. (2004). “Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência”. In M. Strey, M. Azambuja & F. Jaeger (Orgs). *Violência, género e políticas públicas*, vol. II. Porto Alegre: Edipucrs, pp. 177-194.
- Guerra, Isabel. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. São João do Estoril: Príncípa.
- Guimarães, M. C. & Pedroza, R. L. S. (2015). “Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas”. In *Psicologia & Sociedade*, vol. 27 (2). Brasília: Universidade de Brasília, pp. 256-266.
- Lisboa, Teresa Kleba., Pinheiro, Eliane Aparecida. (2005). “A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher”. In *Revista Katálysis*, vpl. 8, nº 2, pp. 199-210.

- Lourenço, N., Lisboa, M. & Pais, E. (1996). “Violência contra as mulheres no quadro conjugal em Portugal”. In *III Congresso Português de Sociologia, Práticas e Processos da Mudança Social*, vol. 17, pp. 17-23.
- Machado, F. L. (2015). “Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas”. *Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais*, vol. 9, pp. 297-318.
- Machado, Helena. (2005). “Noções elementares sobre poder, desigualdades e classes sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas”. In *Geo-Working Papers*, nº 5, pp. 5-14.
- Manita, Celina., Ribeiro, Catarina., Peixoto, Carlos. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais de Saúde*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade De Género.
- Martins, Bárbara Novais. (2015). *Dar voz às mulheres vítimas nas relações de intimidade: percepções sobre a (re)construção do projeto de vida – enredos e atores*. Coimbra: Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Mauritti, Rosário., Nunes, Nuno., Alves, João Emílio., Diogo, Fernando. (2019). “Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: Um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade”. In *Revista Sociologia On line*, n.º 19, pp. 102-126.
- Meireles, Marisa da Silva. (2012). *A integração em casa abrigo como forma de reorganização do projeto de vida*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
- Moura, Tatiana. (2007). *Mulheres e Violências. A invisibilidade feminina em contexto de violência armada*. Coimbra: CES.
- Paulino, Mauro., Rodrigues, Miguel. (2016). *Violência Doméstica: identificar, avaliar, intervir*. [S.l.]: Prime Books, ([Venda do Pinheiro]: Cafilesa).
- Rocha, Cláudia Costa Leite. (2017). *O ambiente familiar, as crenças e representações sociais dos papéis de género como preditores de violência doméstica*. Coimbra: Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

- Saffioti, Heleieth I. B. (2001). “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. In *Cadernos pagu*, nº 16. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, pp. 115-136.
- Santos, José Alcides Figueiredo- (1998). “A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright”. In *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 41, nº 2, pp. 377-410.
- Santos, José Alcides Figueiredo- (2008). “Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil”. In *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 51, nº 2, pp. 353 a 402.
- Scott, Joan. (1995). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In *Educação & Realidade*, vol. 20, pp. 71-99.
- Serra, Dânia Raquel Vasco. (2014). *A violência doméstica contra as mulheres: indicadores de risco e representações sociais*. Lisboa: Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, Luciane Lemos da., Coelho, Elza Berger Salema., Caponi, Sandra Noemi Cucurullo. (2007). “Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica”. In *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, vol. 11, pp. 93-103.
- Silva, Salette Maria da., Wright, Sonia Jay. (2016). “Uma reflexão feminista sobre o conceito de justiça de gênero”. In *Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica*, vol. 2, nº1, pp. 1-19.
- Torres, Anália. (coord.). (2018). *Igualdade de gênero ao longo da vida: Portugal no contexto europeu*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Zanatta, Michelle Ângela., Faria, Josiane Petry. (2018). “Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder”. In *Revista de gênero, sexualidade e direito*, v. 4, nº 1, pp. 99–114.

Legislação

- Constituição da República Portuguesa*, 1976.
- Resolução do Conselho de Ministros*, n.º 103/2013, de 31 de Dezembro, DR nº 253, I Série, p. 7036.

- Resolução do Conselho de Ministros*, n.º5/2011, de 18 de Janeiro, DR n.º 12, I Série, p. 296.
- Resolução do Conselho de Ministros*, n.º 49/97, de 24 de Março, DR n.º70, I Série - B, p. 1323.
- Resolução do Conselho de Ministros*, n.º 61/2018, de 21 de Maio, n.º97, I Série, p. 2220.
- Resolução do Conselho de Ministros*, n.º 82/2007, de 22 de Junho, DR n.º 119, I Série, p. 3949.
- Resolução do Conselho de Ministros*, n.º 88/2003, de 7 de Julho, DR n.º154, I Série – B, p. 3866.
- Lei* n.º 61/91, de 13 de Agosto, DR n.º185, I Série – A, p. 4100 – Garante protecção adequada às mulheres vítimas de violência.
- Lei* n.º107/99, de 3 de Agosto, DR n.º179, I Série – A, p. 4994 - Criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência.
- Resolução do Conselho de Ministros*, n.º2/2018, de 5 de Janeiro, DR, 1.ª série — N.º 4 — 5, P. 121.